



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA OCIDENTAL

2023

RELATÓRIO ANUAL



2023

RELATÓRIO ANUAL

(VERSÃO RESUMIDA)



2023

RELATÓRIO ANUAL



O relatório anual do Banco Central dos Estados da África Ocidental pode ser consultado no site do Banco, no endereço <https://www.bceao.int/fr/publications/>

Para obter mais informações, favor contatar a Direção da Documentação, Publicações e Arquivos:

SEDE DO BCEAO EM DAKAR Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 – Dakar – SENEGAL
Tel. : (221) 33 839 05 00 • Fax : (221) 33 823 93 35

E-mail : courrier.bceao@bceao.int - Site web : www.bceao.int

ISSN : 08508712

© Banco Central dos Estados da África Ocidental

ÍNDICE

MENSAGEM DO GOVERNADOR.....	IX
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO.....	XII
MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2023.....	XVII
VISÃO GLOBAL.....	XXVI
I - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL, EVOLUÇÃO ECONÓMICA NA UEMOA.....	1
II - POLÍTICA MONETÁRIA, RESERVAS CAMBIAIS.....	23
III - SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO, FINANCIAMENTO DAS ECONOMIAS.....	35
IV - ESTABILIDADE FINANCEIRA.....	45
V - INCLUSÃO FINANCEIRA, FINANÇAS ISLÂMICAS, FINANÇAS VERDES.....	51
VI - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO....	59
VII - ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS E ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO.....	69
VIII - FORMAÇÃO, PESQUISA E PARCERIAS.....	93
IX - RELAÇÕES COM FMI, COOPERAÇÃO MONETÁRIA DENTRO DA CEDEAO.....	101

LISTA DOS GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento da atividade económica global.....	3
Gráfico 2: Evolução dos preços do petróleo (NYMEX).....	6
Gráfico 3: Evolução dos preços do cacau	6
Gráfico 4: Evolução dos preços do café.....	7
Gráfico 5: Evolução dos preços do algodão.....	7
Gráfico 6: Evolução dos preços da borracha.....	8
Gráfico 7: Evolução dos preços do fosfato.....	8
Gráfico 8: Evolução dos preços de urânio.....	9
Gráfico 9: Evolução da Taxa de inflação (média anual em %)......	10
Gráfico 10: Evolução das taxas diretas do BCEAO (em %).....	25
Gráfico 11: Crescimento anual do crédito bancário (em pontos percentuais).....	30
Gráfico 12: Crescimento anual da massa monetária (em %).....	31
Gráfico 13: Evolução das taxas devedoras na União (em %).....	32
Gráfico 14: Níveis de concentração de riscos bancários por setor de atividade (em %).....	38
Gráfico 15: Evolução da circulação fiduciária de 2014 a 2023.....	61
Gráfico 16: Evolução em número de participantes no STAR-UEMOA e SICA-UEMOA de 2019 a 2023.....	63
Gráfico 17: Evolução em volume das trocas inter-países de 2018 a 2023.....	64
Gráfico 18: Evolução em valor das trocas inter-países de 2018 a 2023	64
Gráfico 19: Evolução do pessoal do BCEAO de 2019 a 2023.....	88

LISTA DOS QUADROS

Quadro 1: Evolução das taxas de câmbio médias anuais (quantidade de moeda estrangeira por 1.000 FCFA)	12
Quadro 2: Evolução das taxas de câmbio médias trimestrais (quantidade de moeda estrangeira por 1.000 FCFA)	13
Quadro 3: Evolução das contribuições para o crescimento do Produto Interno Bruto da UEMOA (em pontos percentuais)	14
Quadro 4: Variação dos preços no consumidor em 2022 e 2023 (em %)	17
Quadro 5: Situação das finanças públicas em 2020 e 2023 (em mil milhões de FCFA)	19
Quadro 6: Rácios da dívida externa em 2022 e 2023 (em % do PIB)	20
Quadro 7: Evolução da balança de pagamentos no período 2021-2023 (em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)	21
Quadro 8: Coeficientes de reservas mínimas aplicáveis aos bancos (em %)	26
Quadro 9: Evolução das taxas interbancárias em 2023 (média ponderada em percentagem).....	27
Quadro 10: Evolução dos empréstimos interbancários na UMOA em 2023 (em milhões de FCFA)	28
Quadro 11: Créditos líquidos das instituições depositárias na APUC (em mil milhões de FCFA)	29
Quadro 12: Emissões brutas por concurso e sindicância no mercado regional dos títulos públicos (em mil milhões de FCFA)	42
Quadro 13: Taxa de juro e rendimentos médios de títulos e obrigações do Tesouro (em %)	43
Quadro 14: Stocks públicos no final de dezembro de 2023 no mercado financeiro regional (em mil milhões de FCFA).....	43
Quadro 15: Levantamento de notas e moedas em 2023 (em mil milhões de FCFA)	60
Quadro 16: Pagamento de notas e moedas em 2023 (em mil milhões de FCFA).....	60

LISTA DAS CAIXAS

Caixa 1: Repatriamento das receitas de exportação	33
Caixa 2: Classificação das empresas não financeiras	38
Caixa 3: Participação nas atividades da Aliança para a Inclusão Financeira	54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
AFI	Alliance for Financial Inclusion / Aliança para Inclusão Financeira
AFIS	Africa Financial Industry Summit / Plataforma da Indústria Financeira Africana
AfPI	African Financial Inclusion Policy Initiative / Iniciativa Africana de Políticas de Inclusão Financeira
AFES	Africa Meeting of the Econometric Society / Conferência Africana da Sociedade Econométrica
AFREXIMBANK	African Export-Import Bank / Banco Africano de Importação-Exportação
AICFM	Associação Internacional dos Pesquisadores Francófonos em Microcrédito
AJUR	Aplicativo Dedicado à Gestão de Assuntos Jurídicos
AMF-UMOA	Autoridade dos Mercados Financeiros da União Monetária da África Ocidental
API	Application Programming Interface / Interface de Programação de Aplicativos
APUC	Administração Pública Central
ASE	African School of Economics / Escola Africana de Economia
ASS	África Subsariana
ATTF	Agência de Transferência de Tecnologia Financeira
BADEA	Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África
BC/FT/FP	Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destrução Maciça
BCC	Banco Central do Congo
BCE	Banco Central Europeu
BCEAO	Banco Central dos Estados da África Ocidental
BCRG	Banco Central da República da Guiné
BCSF-UMOA	Escritório de Conhecimento e Seguimento das FinTech na UEMOA
BEAC	Banco dos Estados da África Central
BIC	Bureau do Informação sobre o Crédito
BM	Banco Mundial
BOAD	Banco Oeste Africano de Desenvolvimento
BoE	Bank of England / Banco de Inglaterra
BoG	Bank of Ghana / Banco do Gana
BoJ	Bank of Japan / Banco do Japão
BPCI	Banco Popular da Côte d'Ivoire
BRVM	Bolsa Regional de Valores Mobiliários
BSR	Vales de Apoio e Resiliência
CBN	Central Bank of Nigeria / Banco Central da Nigéria
CDP	Cassa Depositi e Prestiti / Fundo de poupança e pensão
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEMAC	Comunidade Económica e Monetária da África Central
CEMSTRAT	Certificado Executivo em Gestão Estratégica Bancária
CER	Comunidade Económica Regional
CEPDI	Centro de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (CERDI)
CGAP	Grupo Consultivo de Assistência aos Pobres
CIC	Capital Imagem de Cheque (plataforma de digitalização de cheques)
CIFIA	Companhia Independente da Finança Islâmica em África
CIPES	Centro Ivoiriense de Pesquisa Económica e Social (CIRES)
CIEAG	Comité de Identificação de Estruturas de Apoio e Gestão

CIWA	Creditinfo West Africa
CLCB	Comité de Ligação Contra Branqueamento
CMFI	Comité Monetário e Financeiro Internacional
CNPC	Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS)
COFEB	Centro Oeste Africano de Formação e Estudos Bancários
CPC	Comité de Política Climática
CPM	Comité de Política Monetária
CREA	Consórcio para a Pesquisa Económica em África
CSF-UMOA	Comité de Estabilidade Financeiras na UMOA
CPI	Centro de Processamento Informático (CTI)
CTE	Comité Técnico Especializado
DC/BR	Depositário Central/Banco de Liquidação
DEP	Documentos de Estudo e Pesquisa
DOC	Departamento Operacional de Cibersegurança
DSI	Direção dos Sistemas de Informação
DSPR	Direção da Supervisão e Prevenção dos Riscos
DSE	Direito de Saque Especial
EAE	Estruturas de Apoio e Enquadramento
ECO	Moeda única da CEDEAO
ENIF	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
ENSEA	Escola Nacional Superior de Estatística e Economia Aplicada de Abidjan
ERIF	Estratégia Regional de Inclusão Financeira (SRIF)
ERMA	Associação Internacional para Estudos e Pesquisa Macroeconómicos e Monetários em África
FCFA	Franco da Comunidade Financeira Africana
FCI	Factors Chain International / Rede Global de Empresas de Factoring
FCR	Facilidade de Crédito Rápido
FED	Federal Reserve System / Reserva Federal dos Estados Unidos
FEPDI	Fundação para os Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (FERDI)
FMI	Fundo Monetário Internacional
MRS	Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade
GAFI	Grupo de Ação Financeira
GE	Grandes Empresas
GIABA	Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental
GPE	Gestão da Política Económica
IBFI	Instituto Bancário e Financeiro Internacional
IDE	Investimentos Diretos Estrangeiros
IFI	Instituto de Finança Islâmica
IFRS	International Financial Reporting Standards / Normas Internacionais de Informação Financeira
IMA	Instituto Monetário Africano
IME	Instituição de Moeda Eletrónica
IMF	Infraestruturas do Mercado Financeiro
INTERMON	Interface de Pagamento eletrónico
IROCO	Sistema de Informação e Relatórios Contábeis
LBC/FT	Luta contra o Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
LBC/FT/FP	Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e

	Proliferação de Armas de Destrução Maciça
LEO	Laboratório de Economia de Orléans
MDBC	Moeda Digital de Banco Central
MEDC	Mecanismo Alargado de Crédito
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OdR	Obrigações ditas de Recuperação
PAFLA	Programa Acelerado de Formação em Língua Inglesa
PBoC	People's Bank of China / Banco Popular da China
PCN	Plano de Continuidade do Negócio
PCI/DSS	Payment Card Industry / Data Security Standard/ Norma de segurança de dados da indústria dos cartões de pagamento
PCO	Plano de Continuidade das Operações
PCS	Estação de Monitorização Central
PCS	Taxa de Solidariedade Comunitária
Pdb	Ponto base
Pdp	Ponto percentual
PEF	Programa Económico e Financeiro
PIB	Produto Interno Bruto
PIMF	Princípios para as Infraestruturas de Mercados Financeiros
PKI	Public Key Infrastructure / Infraestrutura de chave pública
PME	Pequenas e Médias Empresas
PRDEN	Programa Regional para o Desenvolvimento da Economia Digital
PSAV	Prestadores de Serviços de Ativos Virtuais
RBI	Reserve Bank of India / Banco Central da Índia
RDC	República Democrática do Congo
REM	Revista Económica e Monetária
RMP	Retorno Médio Ponderado
RO	Reservas Obrigatórias
RSSI	Responsável pela Segurança de Sistemas de Informação
SFD	Sistema Financeiro Descentralizado
SFI	Sociedade Financeira Internacional
SGCB-UMOA	Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA
SGI	Sociedade de Gestão e Intermediação
SGPME	Sociedade Garantidora de Crédito para Pequenas e Médias Empresas
SIB	Sistema de Informação Bancária
SICA-UEMOA	Sistema Interbancário de Compensação Automatizado na UEMOA
SIGMA	Sistema Integrado de Planeamento e Gestão de Atividades
SMQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SMS	Estrutura Ministerial de Seguimento
SPSME	Serviços de Pagamento Suportados por Moeda Eletrónica
STAL-UEMOA	Sistema de Transferência Automatizada e Liquidação na UEMOA (STAR-UEMOA)
SWIFT	Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais
TCN	Títulos de Dívida Negociáveis
Tmoney	“Tresor Money” / Carteira Eletrónica de Tesouraria
TMP	Taxa Média Ponderada
TPN	Tesouros Públicos Nacionais
UEMOA	União Económica e Monetária Oeste Africana

UMOA	União Monetária Oeste Africana
UNCDF	United Nations Capital Development Fund / Fundo de Capital das Nações Unidas
VSAT	Very Small Aperture Terminal / Terminal de Abertura Muito Pequena
ZLECAF	Zona de Comércio Livre Continental Africana

MENSAGEM DO GOVERNADOR

O ano de 2023 foi marcado por uma desaceleração significativa da atividade económica global, em grande parte devido às persistentes pressões inflacionárias. Essas pressões foram agravadas por tensões geopolíticas, incluindo o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que impactaram mercados e cadeias de suprimento em várias partes do mundo. Essa situação levou a um ambiente económico desafiador, com muitos países enfrentando dificuldades para equilibrar crescimento e controlo da inflação.

Neste contexto, os bancos centrais adotaram uma política monetária mais restritiva, o que teve efeitos recessivos na atividade económica global. O crescimento económico mundial registou uma ligeira desaceleração, passando de 3,5% em 2022 para 3,2% em 2023. A inflação global diminuiu, com uma taxa média anual de 6,8% em 2023, após 8,7% em 2022.

Na UEMOA, dado o bom desempenho da campanha agrícola 2022/2023 e o declínio dos preços internacionais dos principais produtos importados, a taxa de inflação média anual da União situou-se em 3,7% em 2023 contra 7,4% registado no ano anterior. O Produto Interno Bruto (PIB) da União aumentou em 5,3% em 2023, após 5,5% em 2022, impulsionado principalmente pelo bom desempenho do setor terciário.

Face aos receios de uma reincidência das pressões inflacionárias, em ligação com o aumento das incertezas tanto a nível internacional como regional, o BCEAO prosseguiu a normalização progressiva da sua política monetária, iniciada em 22 de junho de 2022. Assim, em 2023, o BCEAO aumentou a sua taxa diretora em 25 pontos base em três ocasiões, refletindo a necessidade de controlar a inflação e estabilizar a economia.

A partir de 10 de fevereiro de 2023, o BCEAO decidiu retomar o funcionamento normal dos seus balcões de refinanciamento, após ter utilizado adjudicações de liquidez com taxa fixa durante a crise sanitária do Covid-19. Essa mudança foi feita em conformidade com as orientações do seu Comité de Política Monetária e marca um retorno a um sistema de taxas variáveis, onde os montantes são anunciados antecipadamente nos concursos.

Num contexto internacional onde as condições de financiamento nos mercados financeiros se tornaram mais restritivas, o Banco Central decidiu manter o balcão especial de refinanciamento das obrigações de recuperação, assim como o balcão dos Títulos de Apoio e de Resiliência. Essas iniciativas são fundamentais para ajudar os Estados-Membros da União a angariar recursos em condições de taxas favoráveis, permitindo que possam atender às suas necessidades de financiamento.

Além disso, os empréstimos do sistema bancário aos Estados aumentaram, devido às baixas entradas de capitais estrangeiros para financiar o seu défice orçamental. As disponibilidades líquidas de todas as instituições de depósitos na Administração Pública Central, aumentaram em 16,5% em 2023 ao situar-se em de 3.370,0 mil milhões. Os créditos atribuídos às empresas privadas progrediram de 10,1% e os atribuídos às famílias e instituições sem fins lucrativos evoluíram igualmente em 7,6%.

A atividade de intermediação financeira das instituições de microcrédito consolidou-se com a evolução do saldo dos depósitos e créditos. Os depósitos recolhidos estabeleceram-se em 2.263,8 mil milhões no final de dezembro de 2023 contra 2.023,7 mil milhões no ano anterior, ou seja um aumento de 11,9%.

No plano regulamentar, o BCEAO iniciou reformas importantes que levaram, durante o ano de 2023, à adoção pelo Conselho de Ministros da União da Convenção que rege a Comissão Bancária, da Lei relativa à regulamentação bancária revisada, da nova Lei que regula a microfinança e da Lei relativa à luta contra o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e a proliferação das armas de destruição maciça nos Estados membros da UMOA.

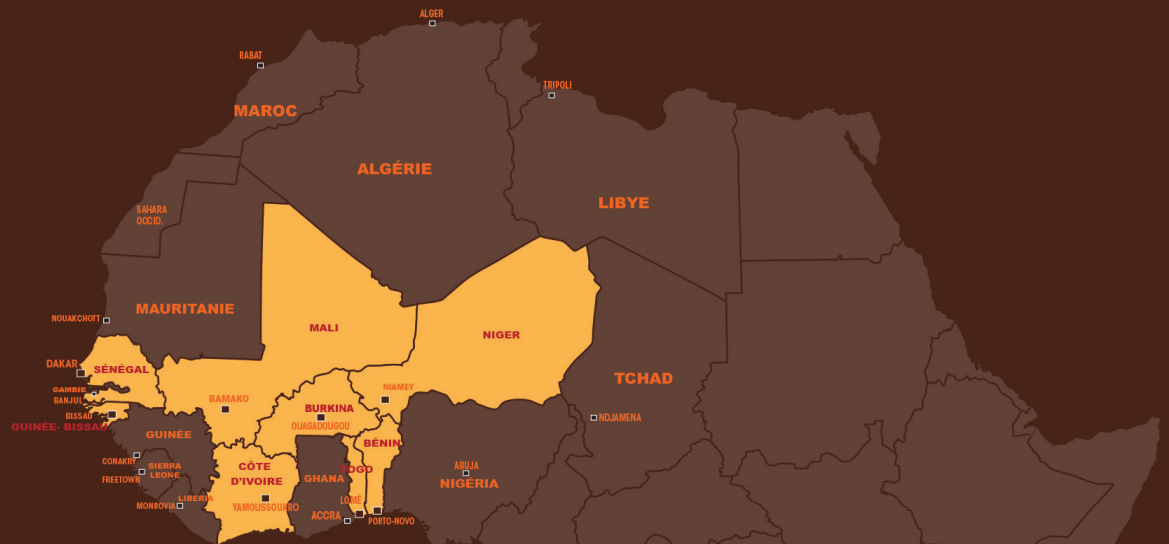
Em 2023, o Instituto emissor continuou a avançar na implementação das medidas estabelecidas na Estratégia Regional de Inclusão Financeira.

As ações desenvolvidas pelo BCEAO, decorrem da dinâmica de preservação e consolidação da estabilidade monetária e financeira na União, bem como da inclusão financeira das populações. Em conformidade com as suas atribuições, o Banco Central continuará a trabalhar para criar condições propícias ao desenvolvimento de um ambiente financeiro inovador, à manutenção da estabilidade dos preços e à realização de um crescimento forte e sustentável.

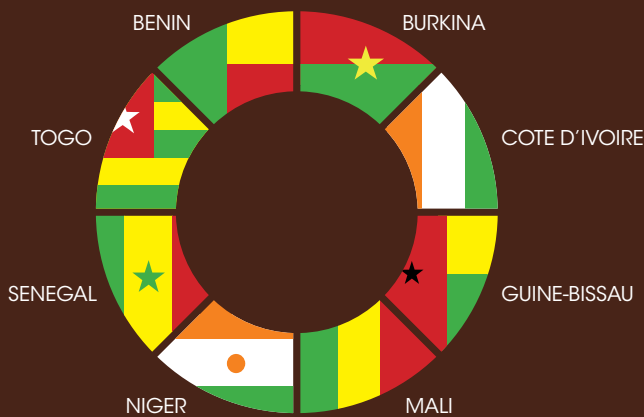
Jean-Claude Kassi BROU
Governador do Banco Central dos Estados da África Ocidental

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS DA UMOA E DO BCEAO

UNIÃO MONETÁRIA OESTE AFRICANA (UMOA)



A União Monetária Oeste Africana (UMOA), reúne os oito Estados membros seguinte :



A União Monetária estabelecida entre os Estados acima mencionados caracteriza-se pelo reconhecimento de uma mesma unidade monetária cuja emissão foi confiada ao Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

Instituto de emissão comum dos Estados membros da UMOA, o BCEAO é responsável nomeadamente pela gestão da sua moeda comum, o Franco da Comunidade Financeira Africana (FCFA), das suas reservas cambiais e pela implementação da política monetária comum.

N.B. : Na ausência de qualquer outra precisão, os valores indicados neste relatório são expressos em FCFA.

CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

PRESIDENTE: Sua Excelência o Senhor **Alassane OUATTARA**
Presidente da República da Costa do Marfim

Sua Excelência o Senhor **Patrice Guillaume Athanase TALON**,
Presidente da República do Benin

Sua Excelência o Capitão **Ibrahim TRAORE**,
Presidente da Transição do Burkina Faso, Chefe de Estado

Sua Excelência o Senhor **Umaro Sissoco EMBALO**,
Presidente da República da Guiné-Bissau

Sua Excelência o Coronel **Assimi GOÏTA**,
Presidente da Transição do Mali, Chefe de Estado

Sua Excelência o General **Abdourahamane TIANI**,
Presidente do Conselho Nacional de Salvaguarda
da Pátria do Níger, Chefe de Estado

CONSELHO DE MINISTROS DA UMOA

REPÚBLICA DO BENIN		REPÚBLICA DO MALI
Sr. Romuald WADAGNI, Ministro de Estado, Ministro da Economia e Finanças, responsável pela Cooperação;		Sr. Alousséni SANOU, Ministro da Economia e Finanças;
Sr. Olushegun ADJADI BAKARI, Ministro dos Negócios Estrangeiros		Sr. Moussa Alassane DIALLO, Ministro da Indústria e Comércio.
BURKINA FASO		REPÚBLICA DO NÍGER
Sr. Aboubakar NACANABO, Ministro da Economia, Finanças e do Planeamento;		Sr. Ali Mahaman LAMINE ZEINE, Primeiro-Ministro, Ministro da Economia e Finanças;
Sr. Karamoko Jean Marie TRAORE, Ministro dos Negócios Estrangeiros, da Cooperação Regional e Burquinabê no Estrangeiro.		Sr. Moumouni Boubacar SAIDOU, Ministro Delegado ao Primeiro-Ministro, responsável pelas Finanças.
REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM		REPÚBLICA DO SENEGAL
Sr. Adama COULIBALY, Ministro das Finanças e do Orçamento, Presidente do Conselho de Ministros;		Sr. Mamadou Moustapha BA, Ministro das Finanças e do Orçamento,
Sra. Nialé KABA, Ministro da Economia, do Plano e Desenvolvimento.		Sr. Doudou KA, Ministro da Economia, Planeamento e Cooperação.
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU		REPÚBLICA DO TOGO
Sr. Ilídio VIERA TE, Ministro das Finanças.		Sr. Sani YAYA, Ministro da Economia e Finanças
		Sr. Simféichéou PRE, Ministro, Assessor do Presidente da República.

COMITÉ DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Sr. Jean-Claude Kassi BROU,
Governador do BCEAO
Presidente do Comité.

Sr. Norbert TOE, **Sr. Mamadou DIOP,**
Vice-Governador Vice-Governador

MEMBROS EM REPRESENTAÇÃO DOS ESTADOS

REPÚBLICA DO BENIN		REPÚBLICA DO MALI
Sr. Yaovi Clément AZIAGNIKOUDA, Diretor de Assuntos Monetários e Financeiros.		Sr. Sidiki TRAORE, Inspetor do Tesouro.
BURKINA FASO		REPÚBLICA DO NÍGER
Sr. Tertus ZONGO, Diretor da Cátedra Sahel da Fundação para os Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (FERDI).		Sr. Ibrahim MAHAMANE DAN SOUNSOU, Consultor na Casa das Empresas Coach Vencedor CPA-Administrador em SAHFI Tanyo, instituição financeira de garantia.
REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM		REPÚBLICA DO SENEGAL
Sr. Mama OUATTARA, Professor na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Cocody, Diretor do Programa de Formação em Gestão da Política Económica (GPE).		Sr. Cheikh Tidiane DIOP, Direção-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU		REPÚBLICA DO TOGO
Sr. Jeremias António DA CRUZ PEREIRA, Coordenador do Gabinete Técnico do Ministro das Finanças da Guiné-Bissau.		Sr. Mohamed TAKPARA-KHOURA, Docente-Pesquisador reformado.

MEMBROS NOMEADOS INTUITU PERSONAE		
Sr. Lansina BAKARY, Presidente do Conselho de Fiscalização da Caixa de Depósitos e Consignações (República da Côte d'Ivoire);		Sr. Adama Diaw, Professor Titular de Ciências Económicas, Diretor da Escola Doutoral de Ciências do Homem e da Sociedade na Universidade Gaston Berger, Saint-Louis (República do Senegal);
Sr. Abdoulaye SOUMANA, Presidente do Conselho de Administração da Universidade de Ciência e Tecnologia do Níger (República do Níger);		Sr. Kodzo Mawuena DOSSA, Economista, Lomé (República do Togo);
		Sr. Michel LAZARE, Economista, Chevy Chase (EUA).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Sr. Jean-Claude Kassi BROU,
Governador do BCEAO
Presidente do Conselho.

REPÚBLICA DO BENIN		REPÚBLICA DO MALI
Sr. Oumara KARIMOU ASSOUMA, Direção-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Abdoulaye TRAORE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.
BURKINA FASO		REPÚBLICA DO NÍGER
Sr. Bruno Raymond BAMOUNI, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Alio DAOUDA, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.
REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM		REPÚBLICA DO SENEGAL
Sr. Arthur AHOUSI, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Abdoulaye FALL, Tesoureiro Geral da Direção-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro.
REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU		REPÚBLICA DO TOGO
Sr. RODRIGUES PINA Faustino, Tesoureiro Geral.		Sr. Ekpao ADJABO, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.

COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

BURKINA FASO		REPÚBLICA DO MALI
Sr. Bruno Raymond BAMOUNI, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública.		Sr. Abdoulaye TRAORE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.
REPÚBLICA DA COSTA DO MARFIM		REPÚBLICA DO NÍGER
Sr. Arthur AHOUSI, Diretor-Geral do Tesouro e Contabilidade Pública, Presidente do Comité de Auditoria.		Sr. Alio DAOUDA, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças.

MOMENTOS IMPORTANTES DO ANO 2023

EVENTOS SIGNIFICATIVOS

13 de janeiro de 2023

Nova Equipa da FAPBEF-UEMOA reúne-se com o Governador do BCEAO

Em 13 de janeiro de 2023, o Governador Jean-Claude Kassi BROU, recebeu em audiência a nova equipa dirigente da Federação das Associações Profissionais dos Bancos e Instituições Financeiras da UEMOA (FAPBEF-UEMOA).

O encontro permitiu à Presidente cessante, Nana Aïssa ANGO, Presidente da APBEF do Níger, fazer um balanço de seu mandato, após dois anos como chefe da Federação, e apresentar ao Governador do BCEAO, a nova equipa dirigente da FAPBEF-UEMOA, encabeçada por Mamadou Bocar SY, Presidente da APBEF do Senegal.

De 27 de fevereiro a 2 de março de 2023

Concertação regional sobre a Política Geral das Infraestruturas de Mercados Financeiros (IMF), dos meios e serviços de pagamento na UEMOA 2023-2027 na sede do BCEAO

O BCEAO organizou, de 27 de fevereiro a 2 de março de 2023, uma consulta regional sobre a Política Geral das Infraestruturas dos Mercados Financeiros (IMF), dos meios e serviços de pagamento da UEMOA no período 2023-2027, a fim de ter em conta as preocupações de todos os atores internos e externos do ecossistema de pagamentos sub-regional.

O encontro reuniu uma centena de participantes, incluindo agentes do mercado (bancos, sistemas financeiros descentralizados, instituições de moeda eletrónica, FinTech, etc.), Tesouros públicos nacionais, Parceiros técnicos e financeiros, de AFI, UNCDF e CGAP.

9 de março de 2023

Reunião ordinária do Gabinete da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) na Sede do BCEAO

A equipa dirigente da Associação dos Bancos Centrais Africanos (ABCA) realizou a sua reunião ordinária em 9 de março de 2023, em Dakar, na Sede do Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO).

A reunião, que contou com a participação de doze (12) Bancos Centrais membros do Gabinete e da Comissão da União Africana (CUA), foi presidida pelo Senhor Buah SAIDY, Presidente da ABCA, Governador do Central Bank of The Gambia (Banco Central da Gâmbia).

A reunião do Gabinete analisou, entre outros assuntos, a implementação das decisões tomadas pelo Conselho de Governadores em sua 44ª reunião ordinária, realizada em 5 de agosto de 2022, em Banjul, na Gâmbia.

De 10 a 16 de abril e de 9 a 15 de outubro de 2023

Reuniões de Primavera e Assembleias Anuais de 2023 das Instituições de Bretton Woods

Uma delegação do BCEAO, liderada pelo Governador Jean-Claude Kassi BROU, participou nas reuniões de primavera e Assembleias anuais das instituições de Bretton Woods. Estas reuniões

ocorreram respectivamente de 10 a 16 de abril de 2023 em Washington e de 9 a 15 de outubro de 2023 em Marraquexe. Foram marcadas, nomeadamente, pelas sessões semestrais do Comité Monetário e Financeiro Internacional (CMFI), do Comité do Desenvolvimento (CD) e do Grupo África II. Esses encontros representam fóruns de discussão excepcionais sobre a elaboração das políticas económicas e oferecem a oportunidade de realizar encontros bilaterais entre o BCEAO e os Bancos Centrais ou outras Instituições sobre temas de interesse comum.

Por ocasião destas reuniões, o Governador encontrou-se com a Senhora Kristalina GEORGIEVA, Diretora-Geral do FMI e com o Senhor François Villeroy De GALHAU, Governador do Banco da França. Na reunião com o FMI, o Governador fez um balanço da situação económica da União e dos desafios que se avizinham. Com base nisso, advogou para uma maior mobilização de recursos financeiros a favor dos Estados da UEMOA. O Governador desejou igualmente que o FMI examine a possibilidade de fazer beneficiar os Estados dos mecanismos de desembolso avançado (*front-loaded access*) que lhes permitirão, a partir do início da implementação dos programas económicos e financeiros, enfrentar os desafios a curto prazo. Estas propostas foram bem-vindas pela Diretora-Geral, que instruiu os seus Serviços para que as tomassem em conta. O encontro com o Banco da França permitiu abordar questões estratégicas de interesse comum para os dois Institutos emissores, nomeadamente a aprovação do programa de ação conjunta 2023-2024 e a reforma da arquitetura institucional do Comité de Ligação Anti-Branqueamento (CLAB).

Durante as assembleias anuais de 2023, o Governador do BCEAO encontrou-se com o senhor Ousmane DIAGANA, Vice-Presidente do Banco Mundial, assim como com os senhores Andrew BAILEY e Abdellatif JOUAHRI, respetivamente do Governador do *Bank of England* e Governador do *Bank Al-Maghrib*. A entrevista com o Senhor DIAGANA, tinha por objetivo trocar informações sobre as questões de ordem estratégica ligadas aos financiamentos dos Estados e as perspectivas de cooperação entre as duas instituições. Durante as trocas de impressões com o seu homólogo do *Bank of England*, Andrew BAILEY, os dois Governadores congratularam-se com a oportunidade que este quadro multilateral de concertação lhes oferece para se encontrarem pela primeira vez e trocarem assim, de viva voz, as perspectivas de cooperação. O Governador BROU, destacou três áreas em que as futuras ações de cooperação poderiam ser mais importantes, a saber : política monetária, finanças verdes e educação financeira. O encontro com o Governador do *Bank Al-Maghrib*, permitiu fazer o ponto da situação da cooperação frutuosa entre os dois bancos centrais. O Governador recebeu, além disso, os dirigentes de Grupos bancários para trocar informações sobre a situação e as perspectivas do setor na UEMOA.

5 de junho de 2023

Conferência Internacional sobre o tema: “Digitalização financeira: *um instrumento de desenvolvimento sustentável para África?* »

O Governador Jean-Claude Kassi BROU, liderou uma delegação do BCEAO na conferência internacional intitulada: “Digitalização financeira: *um instrumento de desenvolvimento sustentável para África?* », organizada em Paris, em 5 de junho de 2023 pelo Banco da França, a Fundação para os Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento Internacional (FERDI) e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). O objetivo da conferência foi explorar o impacto da digitalização financeira no desenvolvimento sustentável na África, com ênfase na análise de sua contribuição para o desenvolvimento dos sistemas financeiros, a compreensão do seu potencial para promover o desenvolvimento sustentável, bem como a identificação dos riscos associados e das regulamentações necessárias. O Governador falou na mesa redonda final sobre as

oportunidades e os riscos associados à digitalização e concorrência das moedas, em particular as moedas digitais para a África.

19 de junho de 2023

Mesa Redonda de alto nível sobre moedas digitais dos bancos centrais

Uma delegação do Banco Central liderada pelo Governador Jean-Claude Kassi BROU, participou na mesa redonda de alto nível sobre as moedas digitais dos bancos centrais, com o tema: *“Papel do setor público em moeda e nos pagamentos - uma nova visão”*, organizada pelo FMI e pelo Banco Al-Maghrib, a 19 de junho de 2023 em Rabat. O encontro teve como objetivo examinar as implicações das moedas digitais de bancos centrais para a política monetária, estabilidade financeira, inclusão financeira e pagamentos internacionais. Ofereceu também a oportunidade de apresentar uma nova perspetiva sobre o papel do setor público nos serviços de moeda digital, aproveitando a maior eficiência da inovação financeira e gerindo os riscos associados ao advento das moedas digitais. A intervenção do Governador BROU no debate estratégico de alto nível sobre o tema: *“Onde estamos e para onde vamos?”* destacou os benefícios notáveis que a introdução das moedas digitais dos bancos centrais traria, nomeadamente aos países da UEMOA, no que diz respeito ao reforço da inclusão financeira, e a redução da circulação de notas e moedas, bem como a facilitação das transações transfronteiriças, estimulando simultaneamente o comércio entre os países.

24 e 25 de junho de 2023

93ª Assembleia Geral Anual do BRI e Mesa redonda de 2023 dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos

O Governador Jean-Claude Kassi BROU, participou na 93ª Assembleia-Geral Anual do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) e na Mesa redonda de 2023 dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos, realizadas em Basileia, nos dias 24 e 25 de junho de 2023. Estes encontros reuniram os primeiros responsáveis dos bancos centrais da maior parte do mundo.

Nesta Assembleia Geral, os dirigentes das instituições de emissão abordaram os principais desafios que o cenário atual apresenta, caracterizado pela persistência das pressões inflacionárias e pelo reforço das vulnerabilidades financeiras, com níveis recordes de endividamento dos setores público e privado. Além desses desafios, há os relacionados às turbulências no setor bancário, nas finanças descentralizadas e nos cripto-ativos. Por sua parte, o Governador BROU compartilhou as perspetivas macroeconómicas da UEMOA e destacou as preocupações relacionadas ao encarecimento das condições de financiamentos internacionais, nomeadamente as dificuldades de mobilização de recursos externos para o financiamento dos défices públicos e o seu corolário em termos de pressão sobre as reservas cambiais da União. Além disso, o Governador BROU teve encontros com alguns de seus homólogos e uma sessão de trabalho com o Diretor-Geral Adjunto do BRI, Luiz Awazu PEREIRA DA SILVA, sobre o fortalecimento da cooperação entre a sua Instituição e o BCEAO.

A Mesa Redonda de 2023 dos Governadores de Bancos Centrais Africanos, foi a oportunidade para os primeiros responsáveis das instituições de emissão do continente, trocarem opiniões sobre as perspetivas de crescimento e inflação da região, bem como sobre a eficácia das políticas monetárias implementadas, para conter as pressões inflacionistas, o impacto da deterioração das finanças públicas na política monetária e os efeitos da orientação da política monetária sobre a sustentabilidade da dívida pública.

3 de julho de 2023

Reunião do Conselho de Convergência da CEDEAO

O Governador do Banco Central participou, em 3 de julho de 2023, por videoconferência, na reunião do Conselho de Convergência da CEDEAO, organizada no âmbito da implementação das atividades do Programa da moeda única da Comunidade. Durante a reunião, foram abordados vários pontos, nomeadamente o relatório de convergência macroeconómica da CEDEAO para o ano 2022 e o estado de implementação do referido Programa.

14 de setembro de 2023

62ª Reunião Ordinária do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais dos Estados membros da CEDEAO

O Governador do BCEAO, Senhor Jean-Claude Kassi BROU, presidiu a 62ª Reunião ordinária do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais dos Estados Membros (BCEM) da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), no dia 14 de setembro de 2023, em Accra, no Gana.

O encontro que encerrou as reuniões estatutárias semestrais da Agência Monetária da África Ocidental (AMAO), foi uma oportunidade valiosa para discutir questões estratégicas e tomar decisões importantes para o progresso da futura união monetária.

O Comité dos Governadores analisou os relatórios do Comité Técnico e do Comité de Auditoria da AMAO. Durante esta reunião, os intervenientes elogiaram a qualidade do trabalho realizado pelas instituições regionais em matéria de integração monetária, recomendado um reforço da sua cooperação para a implementação efetiva das atividades previstas no roteiro para o lançamento do ECO.

25 de setembro de 2023

Reconhecimento do BCEAO no 13º Fórum Global da Aliança para a Inclusão Financeira por seus avanços na implementação da Declaração de Maya, sobre políticas de inclusão financeira

Uma delegação do BCEAO, liderada pelo Vice-Governador Norbert TOE, participou, de 12 a 15 de setembro de 2023, em Manila, nas Filipinas, no 13º Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira. O evento foi organizado pela Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), em colaboração com o Banco Central das Filipinas sob o tema "*Estabilidade, sustentabilidade e inclusão para uma prosperidade compartilhada*".

Este encontro, o mais importante a nível internacional sobre a problemática da inclusão financeira, reuniu mais de 700 participantes, incluindo reguladores, decisores políticos e diversos organismos internacionais, públicos e privados, envolvidos na promoção da inclusão financeira.

Durante este Fórum, cinco (5) prémios foram atribuídos no âmbito de reconhecimento denominada AFI Global Financial Inclusion Awards, que visam recompensar os esforços realizados pelas instituições membros da Aliança na implementação de políticas e estratégias inovadoras favoráveis à inclusão financeira.

Nesta ocasião, o BCEAO foi premiado pela segunda vez na categoria da Declaração de Maya, em relação aos seus esforços para promover a inclusão financeira e os recentes progressos registados na União.

A Declaração de Maya é um conjunto de compromissos mensuráveis, adotados pelos membros da AFI no México em 2011. Tem como objetivo promover a inclusão financeira e contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da busca de soluções adequadas para auxiliar as pessoas sem conta bancária no mundo.

Recorde-se que o BCEAO foi premiado, na mesma categoria, no 10º Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira, realizado em 2018 em Sochi, na Rússia.

11 de outubro de 2023

16ª Edição Mundial do Fórum dos Mercados Emergentes

À margem das Assembleias anuais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), o Governador Jean-Claude Kassi BROU, participou num painel de reflexão de alto nível sobre a reforma do sistema monetário internacional no âmbito da 16ª Edição Mundial do Fórum dos Mercados Emergentes, que se realizou em 11 de outubro de 2023, em Marraquexe. Os temas do painel foram: “As perspetivas económicas globais: *Perspectivas para as Economias de mercado emergentes*”, “*Finança de alterações climáticas*”, “*Combate às Desigualdades Socioeconómicas*”, “*Promoção da Governação nas Economias de Mercado Emergentes*”, “*Reforma do Sistema Multilateral*” e “*Fragmentação Global*”.

Na sua intervenção, o Governador recordou os múltiplos choques enfrentados pelos países africanos, em particular os Estados membros da UEMOA, fortemente afetados pelos efeitos da crise sanitária, mas também pela segurança com as atividades terroristas no Sahel, as pressões inflacionistas e o impacto das alterações climáticas.

Num contexto em que os 100 países mais pobres recebem apenas 3% das reservas internacionais, o Governador BROU defendeu um sistema monetário mais justo que permita aos países africanos ter acesso a recursos à altura de suas necessidades.

O Governador do BCEAO, também saudou a proposta da Diretora-Geral do FMI de criar um terceiro cargo de Administrador para os países da África Subsariana no Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de aumentar a sua representatividade nas instâncias de decisão do sistema monetário internacional.

12 de outubro de 2023

Reunião entre o Departamento África do FMI e o Conselho de Ministros da UEMOA em Marraquexe

O Governador Jean-Claude Kassi BROU participou, em 12 de outubro de 2023 em Marraquexe, numa reunião, organizada pelo Departamento África do Fundo Monetário Internacional (FMI), com os membros do Conselho de Ministros da UEMOA e o Presidente da Comissão da UEMOA sobre o tema «*Manter a estabilidade macroeconómica para preservar o dinamismo de crescimento na UEMOA*». A reunião permitiu fazer o ponto da evolução da economia no seio da União e identificar as diferentes alavancas que permitem manter uma boa estabilidade económica e financeira.

20 de outubro de 2023

4ª Sessão Extraordinária do Comité Técnico Especializado (CTE) sobre Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração

O Governador Jean-Claude Kassi BROU, liderou uma delegação do Banco Central na reunião ministerial virtual organizada pela Comissão da União Africana em 20 de outubro de 2023. Os objetivos deste encontro foram: Examinar e aprovar o projeto de estatutos revistos do Instituto Monetário Africano (IMA), garantir que o projeto seja submetido a uma revisão completa e aprovação pelo CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos antes de ser apresentado à próxima sessão ordinária da Assembleia da União para adoção pelo Conselho Executivo e fornecer uma atualização sobre a ativação do mecanismo de avaliação pelos Pares para acompanhar a aplicação dos critérios de convergência macroeconómica.

30 de outubro de 2023

Audiência concedida à APBEF-Benin pelo Governador do BCEAO

Na segunda-feira, 30 de outubro de 2023, o senhor Jean-Claude Kassi BROU, Governador do BCEAO, em visita de trabalho no Benin, recebeu em audiência uma delegação de representantes da Associação Profissional dos Bancos e Instituições Financeiras do Benin (APBEF-Benin), chefiada por Lazare NOULEKOU, Presidente da Associação.

A reunião teve lugar nas instalações da Agência Principal do BCEAO em Cotonou, permitindo ao Governador trocar opiniões com os dirigentes das instituições de crédito da praça sobre as especificidades do mercado beninense e os pontos de preocupação da profissão bancária a nível nacional.

15 a 16 de novembro de 2023

Cimeira da Indústria Financeira de África (AFIS 2023)

O Governador BROU participou na terceira edição da Cimeira da Indústria Financeira Africana (AFIS), organizada em conjunto pelo Jeune Afrique Media Group e pela Corporação Financeira Internacional (IFC), entre 15 e 16 de novembro de 2023 em Lomé. Esta reunião, juntou líderes do setor financeiro, reguladores e decisores públicos, proporcionou ao BCEAO a oportunidade de apresentar as suas iniciativas e partilhar sua perspetiva sobre questões cruciais relacionadas ao sistema bancário e financeiro. As discussões abordaram vários temas, incluindo: posicionar a indústria de serviços financeiros no centro do sucesso do projeto da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLECAf), reforçar a inclusão financeira, garantir um financiamento sustentável das economias, fazer ouvir a voz do setor financeiro africano nas discussões sobre a regulamentação internacional e contribuir para o desenvolvimento de um setor financeiro africano de dimensão mundial.

O Governador do BCEAO fez uma intervenção no painel de encerramento dos Governadores dos bancos centrais sob o tema: “União Monetária: O futuro de África está a acontecer? ». A sua contribuição incidiu sobre os benefícios potenciais de uma união monetária, bem como sobre os desafios a superar, tais como a convergência macroeconómica, a disciplina orçamental e a cooperação regional.

17 de novembro de 2023

Audiência concedida à APBEF-Togo pelo Governador do BCEAO

À margem da sua participação na Cimeira da Indústria Financeira de África (AFIS) em Lomé, o Governador do BCEAO, Jean-Claude Kassi BROU, realizou uma sessão de trabalho com a Associação Profissional dos Bancos e Instituições Financeiras do Togo (APBEF-Togo), em 17 de novembro de 2023.

Esta reunião, realizada nas instalações da Agência Principal do BCEAO, permitiu a troca de impressões em diversas questões de interesse dos profissionais do setor bancário.

21 de novembro de 2023

Reunião virtual dos Governadores e Governadores Suplentes sobre a constituição da terceira cadeira africana no FMI

Em 21 de novembro de 2023, uma delegação do Banco Central liderada pelo Governador Jean-Claude Kassi BROU, participou numa reunião em videoconferência no âmbito da criação de uma terceira cadeira para a África Subsariana (ASS) no Conselho de Administração do FMI. Co-presidida pelos Governadores do FMI, respetivamente para a República Democrática do Congo (RDC) e a Namíbia, o encontro teve por objetivo examinar as propostas formuladas pelo Comité de Direção Ministerial criado, para discutir uma melhor configuração das três cadeiras. Os critérios que orientaram a elaboração de três configurações possíveis, foram divididos em três opções, destacando as vantagens e desvantagens de cada opção. Estes princípios-chave dizem respeito à consideração, nomeadamente, das Comunidades Económicas Regionais (CER) existentes, da proximidade geográfica entre os países membros do grupo, da dimensão dos grupos de trabalho e do equilíbrio no poder de voto.

O Governador do BCEAO, insistiu na importância da solidariedade como princípio orientador das discussões para determinar a configuração final das três cadeiras. Defendeu a manutenção do princípio de rotação para garantir uma governação equilibrada dentro das três circunscrições a criar. Salientou ainda a necessidade de ter em conta o tamanho dos grupos de forma a distribuir equitativamente a carga de trabalho, tendo em conta o número de países em programa com o FMI e o equilíbrio do poder de voto entre os três constituintes. Após as trocas, uma tendência geral se mostrou a favor da opção 1, que privilegia o agrupamento regional. Os Governadores concordaram que é de importância crucial para o FMI, fornecer recursos humanos e financeiros substanciais aos três grupos da África subsariana.

No final das deliberações, o Co-Presidente para a RDC reconheceu, de acordo com seus pares, que a solidariedade tem uma importância superior à das quotas e manteve uma consulta apenas sobre a opção 1, escolhida pela maioria.

22 de novembro de 2023

Encontro entre Governador Jean-Claude Kassi BROU e uma delegação da APBEF da Guiné-Bissau

No âmbito de uma visita de trabalho à Guiné-Bissau, o Governador Jean-Claude Kassi BROU reuniu-se com uma delegação da Associação Profissional dos Bancos e Instituições Financeiras (APBEF), no dia 22 de novembro de 2023.

As discussões incidiram-se essencialmente sobre as especificidades do mercado bissau-guineense e as preocupações não evocadas nos encontros periódicos entre os Diretores Nacionais e o Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA.

24 de novembro de 2023

Reunião do Comité de Alto Nível sobre o Projeto Paz e Segurança no espaço UEMOA

O Governador do BCEAO, participou na reunião do Comité de alto nível sobre o Projeto Paz e Segurança no espaço da UEMOA, organizada pela Comissão da UEMOA em 24 de novembro de 2023 em Dakar.

Esta reunião, presidida por Sua Excelência o Senhor Macky SALL, Presidente da República do Senegal, examinou vários pontos, nomeadamente o andamento da implementação das medidas da 5ª Reunião do Comité de alto nível sobre o projeto paz e segurança, a situação de segurança nos Estados membros da UEMOA, o relatório de progresso sobre a implementação do Acordo-quadro de cooperação em matéria de segurança e de informações entre os Estados membros da UEMOA, bem como as conclusões da terceira edição das concertações sobre a paz, segurança e o desenvolvimento nas zonas fronteiriças, que ocorreu em Ouagadougou, em setembro de 2023.

24 a 28 de novembro de 2023

Reuniões anuais entre o Secretariado-geral da Comissão Bancária da UMOA e os dirigentes das instituições dos setores bancário e de microcrédito

O Governador do BCEAO, Jean-Claude Kassi BROU, Presidente da Comissão Bancária, procedeu, nos dias 24 e 28 de novembro de 2023, à abertura da 3ª e 8ª edições das reuniões anuais do Secretariado Geral da Comissão Bancária da UMOA. Estiveram presentes os principais dirigentes dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) de grande dimensão, por um lado, e os Diretores-Gerais das instituições de crédito e das companhias financeiras, por outro lado, organizadas por videoconferência, na sequência da concertação com as Estruturas Ministeriais de Seguimento (EMS) dos SFD, em 21 de novembro de 2023.

O Senhor BROU, dirigiu uma mensagem ao setor bancário e aos atores do microcrédito sobre as disposições a tomar para uma melhor gestão dos riscos e um reforço da solidez dos sujeitos. Sublinhou igualmente a necessidade de corrigir, de forma permanente, as insuficiências observadas na aplicação das disposições regulamentares relativas à luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo (LBC/FT) e relativas às relações financeiras externas.

A reunião com os primeiros gestores de grandes SFD permitiu rever a evolução da sua atividade, os principais riscos assumidos por estas entidades, bem como o seu nível de conformidade com os regulamentos a eles aplicáveis.

No encontro com a comunidade bancária, foi possível trocar informações sobre a situação do setor, as principais problemáticas relacionadas aos controlos de moedas e sobre a praça, bem como as expectativas do supervisor. As discussões incidiram igualmente sobre a aplicação das disposições do Regulamento relativo às relações financeiras externas dos Estados-Membros da União, assim como sobre a apropriação do quadro regulamentar relativo à luta contra o branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

27 de novembro de 2023

Reunião do Comité de Alto Nível para Lançamento da Moeda Única da CEDEAO (ECO)

Em 27 de novembro de 2023, o Governador do BCEAO participou na reunião do Comité de Alto Nível para o lançamento do ECO, organizada por videoconferência pela Comissão da CEDEAO. O objetivo desta reunião era discutir os detalhes práticos do lançamento do ECO, a moeda única da CEDEAO, em conformidade com as orientações da 63ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO. Durante a reunião, os participantes analisaram o relatório do subcomité técnico sobre as propostas relativas ao mandato do Comité de Alto Nível. O objetivo era formular as modalidades práticas para o lançamento do ECO e estudar o memorando sobre a criação desta moeda.

10 de dezembro de 2023

64ª Sessão Ordinária da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO

O Governador Jean-Claude Kassi BROU participou, em 10 de dezembro de 2023, em Abuja, na 64ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO. A reunião permitiu examinar os desempenhos económicos dos países da CEDEAO para o ano de 2023, afetados pelas condições económicas mundiais e pela inflação. Foi também ocasião de tomar conhecimento do relatório provisório do Comité de Alto Nível, responsável pelas disposições práticas para o lançamento do ECO e encorajou o Comité a continuar os seus trabalhos e a apresentar um relatório detalhado na 65ª Sessão da Conferência.

13 de dezembro de 2024

Audiência concedida à APBEF-Mali pelo Governador do BCEAO

O Governador Jean-Claude Kassi BROU, durante uma visita de trabalho a Bamako, concedeu uma audiência aos membros do Conselho da Associação Profissional dos Bancos e Instituições Financeiras do Mali (APBEF-Mali), em 13 de dezembro de 2023. A delegação da Associação foi liderada pela sua Presidente, Senhora SIDIBE Aïssata KONE.

As discussões, que incidiram sobre as questões de financiamento do sistema bancário e os projetos estruturantes do BCEAO em curso, permitiram fazer um balanço dos constrangimentos com que os bancos se deparam, bem como das perspectivas.

VISÃO GLOBAL

3,2 % (2023)
3,5 % (2022)

A taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,2 % em 2023 depois de 3,5 % em 2022.

5,3 % (2023)
5,5 % (2022)

Na UEMOA, o PIB aumentou 5,3 % em 2023, após 5,5 % em 2022.

Situação internacional

O ano de 2023 foi marcado por um abrandamento da atividade económica global em comparação com o ano de 2022, induzido pela persistência dos efeitos das crises sanitária, geopolítica e do conflito russo-ucraniano. As pressões inflacionistas resultantes, levaram os bancos centrais a endurecer a política monetária, o que também teve efeitos recessivos na atividade económica mundial. Segundo as estimativas publicadas em abril de 2024 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial registou um crescimento de 3,2% em 2023 após registrar 3,5% em 2022.

Embora a inflação global tenha diminuído durante 2023, continua acima do objetivo de quase todos os países que adotaram metas de inflação. A taxa de inflação global atingiu uma média anual de 6,8% em 2023, após 8,7% em 2022. A desaceleração da inflação em 2023 está ligada à política monetária mais restritiva dos bancos centrais e à queda dos preços internacionais dos produtos básicos.

Refletindo a desaceleração da atividade económica e as tensões geopolíticas, os fluxos comerciais globais apresentaram um crescimento limitado de 0,4% em 2023, após uma expansão de 5,2% no ano anterior.

Atividade económica e inflação na UEMOA

Apesar da desaceleração económica global e do frágil clima sociopolítico e de segurança na sub-região África Ocidental, a atividade económica na UEMOA permaneceu globalmente dinâmica em 2023. O Produto Interno Bruto (PIB) da União aumentou 5,3% em 2023, após um desempenho de 5,5% em 2022, graças principalmente ao dinamismo do setor terciário, associado à boa evolução das atividades comerciais e dos serviços.

A taxa de inflação, em média anual, fixou-se em 3,7% em 2023 contra uma realização de 7,4% no ano anterior. A desaceleração do nível dos preços em 2023, deve-se principalmente à diminuição das pressões sobre os preços dos produtos alimentares, devido ao bom desempenho da campanha agrícola 2022/2023 (aumento de 16,9% na produção de cereais) e, em menor medida, da ligeira queda observada na função «Habitação», bem como da baixa dos preços internacionais dos principais produtos importados pelos países da UEMOA.

3,7 % (2023)
7,4 % (2022)

A taxa de inflação anual da União sobressaiu-se em 3,7 % em 2023 contra 7,4 % no ano anterior.

5,2 % (2023)
6,9 % (2022)

O défice global, base autorizações incluindo doações, situou-se em 5,2 % do PIB em 2023, contra 6,9 % em 2022.

Operações financeiras dos Estados

A execução orçamental nos países membros da UEMOA em 2023 traduziu-se numa melhoria do défice orçamental, devido a um aumento mais rápido das receitas orçamentais e donativos em comparação com as despesas públicas.

As receitas orçamentais aumentaram 2.188,6 mil milhões em relação ao ano anterior, situando-se em 20.111,3 mil milhões no final de dezembro de 2023. Esta subida está principalmente relacionada com o aumento das receitas fiscais (12,7%, em valor nominal, para 17.144,4 mil milhões). Os donativos diminuíram 121,2 mil milhões (-8,9%) para 1239,4 mil milhões no final de dezembro de 2023. Consequentemente, as receitas orçamentais e donativos dos Estados-membros da União registaram um aumento de 10,7%, atingindo os 21350,7 mil milhões de euros ou 17,7% do PIB.

As despesas e os empréstimos líquidos ascenderam a 27578,8 mil milhões de euros, um aumento de 662,6 mil milhões (2,5%) em relação a dezembro de 2022, devido ao aumento das despesas correntes atenuado pela diminuição das despesas com investimentos. Nestas condições, o défice global (base engagements, donativos incluídos) diminuiu em 1.404,8 mil milhões para fixar-se em 6.228,1 mil milhões no final de dezembro de 2023, ou seja 5,2% do PIB contra 7.632,9 mil milhões ou 6,9% do PIB em 2022.

Política monetária: Taxas diretoras e refinanciamento do BCEAO

O ano de 2023, decorreu num contexto em que os riscos de um regresso das pressões inflacionistas estavam a aumentar, em ligação com a subida das incertezas tanto a nível internacional como regional. O Comité de Política Monetária (CPM) prosseguiu, portanto, a subida gradual das taxas de juro, iniciada em junho de 2022. A principal taxa diretora, que era de 2,0% em junho de 2022, foi gradualmente aumentada para 3,5% em dezembro de 2023, após seis aumentos de 25 pontos base (pb) cada.

Em coerência com a orientação dada pelo CPM, o BCEAO decidiu voltar ao funcionamento normal de seus balcões desde 10 de fevereiro de 2023. Assim, nos balcões semanal e mensal, as licitações são desde então conduzidas a taxas variáveis e os montantes oferecidos são anunciados antecipadamente no aviso de concurso, como era prática antes da pandemia.

No balcão semanal de adjudicações, o montante injetado atingiu um volume de 6.200,0 mil milhões em dezembro de 2023, contra 6.558,4 mil milhões um ano antes. No balcão mensal de adjudicações, o montante injetado pelo Banco Central aumentou de 2.157,4 mil milhões no final de dezembro de 2022 para 675,0 mil milhões em 2023. No balcão especial dedicado às obrigações de Recuperação (OdR), os volumes em adjudicações saíram em média 723,3 mil milhões em 2023 contra 438,8 mil milhões em 2022. O Balcão de Bons de Apoio e Resiliência (BSR) fechou em 29 de agosto de 2023, com a expiração dos BSR.

-3.530,4 mil milhões de FCFA (2023)
-3.343,1 mil milhões de FCFA (2022)

11.669,4 mil milhões de FCFA (2023)
11.428,0 mil milhões de FCFA (2022)

O saldo global da balança de pagamentos apresentou um défice de 3.530,4 mil milhões de francos CFA, em comparação com um défice de 3.343,1 mil milhões em 2022.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante global de notas e moedas colocadas em circulação ascendia a 11.669,4 mil milhões de FCFA, contra 11.428,0 mil milhões de FCFA um ano antes.

O volume global de refinanciamento diminuiu 915,1 mil milhões em um ano, situando-se em 8440,8 mil milhões no final de dezembro de 2023. Ao integrar a operação de recompra de títulos públicos no mercado secundário, as injeções de liquidez do Banco Central aumentaram em 1.023,6 mil milhões.

Operações no mercado interbancário

No mercado interbancário da UMOA, as transações de liquidez aumentaram em volume. Além disso, verificou-se um aumento da taxa de juro média ponderada das operações semanais. As taxas de juro evoluíram em consequência do aumento gradual das taxas de empréstimo marginal e das taxas mínimas de oferta do BCEAO. O volume médio de transações com todas as maturidades foi de 704 mil milhões de francos CFA em 2023, contra 595 mil milhões de francos CFA em 2022, ou seja, um aumento de 18%. Quanto ao custo dos recursos, o segmento semanal registou um aumento da taxa média ponderada de juros de 2,87% em 2022 para 5,37% em 2023.

Balança de pagamentos

O comércio externo traduziu-se em 2023 por uma deterioração do saldo global, devido a uma diminuição das entradas de capitais da ordem de 41,3%, moderada pela atenuação do défice da balança corrente que se elevou a 7,5% do PIB, melhorando em 24 pontos, em comparação com 2022. O saldo global da balança de pagamentos deverá apresentar um défice de 3 530,4 mil milhões, em comparação com o défice de 3 343,1 mil milhões em 2022.

Situação monetária

Em virtude da situação monetária e do aumento das suas contrapartidas, a massa monetária consolidou-se em 1 616,3 mil milhões, ou seja, 3,5 % de um ano para o outro, atingindo 47 778,4 mil milhões no final de dezembro de 2023. Esta melhoria da liquidez global traduziu-se numa consolidação dos depósitos em 1 280,8 mil milhões, ou 3,6%, e na circulação de notas que aumentou em 335,5 mil milhões, ou seja 3,2%, para se fixar em 10 673,8 mil milhões.

Os ativos externos líquidos das instituições monetárias caíram 3.308,8 mil milhões, para 1.149,2 mil milhões no final de dezembro de 2023. A taxa de cobertura da emissão monetária foi de 56,3% e 3,5 meses de importações de bens e serviços em 2023, contra 63,4% e 4,3 meses no ano anterior.

Os créditos internos em circulação aumentaram 6.309,6 mil milhões, ou seja, 12,2% em relação ao nível de finais de dezembro de 2022, para 58.069,6 mil milhões no final de dezembro de 2023. Esta evolução é induzida pelo efeito combinado da consolidação das dívidas líquidas à Administração Pública Central (APUC) e dos créditos aos outros setores residentes das economias da União.

Os créditos líquidos dos bancos às administrações públicas aumentaram 28.8 mil milhões, ou seja, 0.2%. Em particular, o volume de títulos públicos em circulação aumentou 1,0% em 2023,

passando de 17.637,7 mil milhões para 17.819,1 mil milhões. No BCEAO, os créditos líquidos aumentaram 3.341,2 mil milhões (+106,8%), devido à aquisição de títulos públicos (1.938,7 mil milhões) realizados no âmbito da operação especial de resgate de títulos públicos no mercado secundário e na implementação das operações de apoio do FMI a favor dos Estados (+936,8 mil milhões).

Além disso, o ritmo de crescimento dos créditos das instituições de depósito aos setores residentes da economia, com exceção da administração central, registou uma desaceleração para 9,4% em 2023, após 14,4% em 2022. Esta evolução, está associada à continuação do dinamismo da atividade económica nos países da UEMOA, apesar das medidas de política monetária tomadas para combater as pressões inflacionistas.

Gestão dos símbolos monetários

No âmbito da gestão de símbolos monetários, os movimentos nos balcões do BCEAO atingiram 49.143,0 mil milhões de francos CFA em notas e moedas em 2023. As retiradas de notas elevaram-se a 24.678,0 mil milhões de FCFA, enquanto os pagamentos com notas para esses balcões atingiram 24.449,2 mil milhões de FCFA em 2023. No mesmo ano, as saídas nos balcões de moedas, fixaram-se em 14,2 mil milhões de FCFA enquanto as entradas nos balcões de moedas se estabeleceram em 1,6 mil milhões de FCFA. No final de dezembro de 2023, o montante global de notas e moedas colocadas em circulação ascendia a 11.669,4 mil milhões de FCFA contra 11.428,0 mil milhões de FCFA no ano anterior.

Relações dos Estados com o FMI

As operações realizadas pelo Banco Central com o FMI, por conta dos Estados membros da UEMOA, saldaram-se durante o ano de 2023, por entradas líquidas de recursos de 1.085,44 milhões de DSE (878,78 mil milhões de FCFA) contra 388,04 milhões de DSE (328,82 mil milhões de FCFA) registadas no ano anterior. Esta evolução está relacionada com o forte aumento do volume de saques, que ascendeu a 1.546,96 milhões de DSE (1.251,28 mil milhões de FCFA) contra 586,78 milhões de DSE (486,51 milhões de FCFA) no ano anterior. Os reembolsos aumentaram em 205,51 milhões de DSE, de 183,96 milhões de DSE (145,74 mil milhões de FCFA) para 389,46 milhões de DSE (314,43 mil milhões de FCFA). Em 2023, nenhum país da União beneficiou de qualquer alívio da dívida.

Cooperação monetária na CEDEAO

No domínio da integração regional, a avaliação em 2023, dos desempenhos macroeconómicos dos Estados membros de acordo com as disposições do Pacto de Convergência da CEDEAO adotado em junho de 2021, revela que nenhum Estado-Membro cumpriu todos os critérios de convergência macroeconómica de primeiro nível, devido à persistência de défices orçamentais elevados, da aceleração da inflação e diminuição das reservas cambiais na maioria dos países da região.

No entanto, como parte dos progressos significativos registados durante o ano de 2023 no âmbito do Programa da moeda única da CEDEAO, deve-se mencionar a aceleração da implementação das atividades identificadas no roteiro para o lançamento do Eco, adotado em 19 de junho de 2021 em Accra, no Gana. A este respeito, o BCEAO presidiu as sessões ordinárias do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais dos Estados membros da CEDEAO, nas quais foram adotadas as seguintes propostas: os critérios relativos à criação da infraestrutura do Sistema de Pagamentos e de Liquidação da CEDEAO, a repartição do montante do capital inicial

do futuro Banco Central da África Ocidental entre os Estados membros interessados, as reservas cambiais a reunir para a futura união monetária da região e a sua repartição, bem como a dotação do Fundo Comunitário de Solidariedade e Estabilização.

Funcionamento do Banco Central

Durante o exercício de 2023, os Órgãos do BCEAO e da União realizaram as suas reuniões, em conformidade com as disposições do Tratado de 20 de janeiro de 2007 que constitui a União Monetária Oeste Africana e os Estatutos do BCEAO. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou duas sessões extraordinárias. O Conselho de Ministros da União realizou quatro (04) sessões ordinárias. O Comité de Política Monetária do BCEAO, realizou quatro (04) reuniões ordinárias. O Conselho de Administração do BCEAO realizou duas sessões ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2023, o número total de funcionários do BCEAO era de 3.414 agentes, contra 3.401 em 31 de dezembro de 2022. Este efetivo é constituído por 3.348 agentes em atividade em todos os locais do BCEAO e 66 agentes em posição de missão de serviço em outras instituições públicas (détachement) ou de disponibilidade. O pessoal feminino representa 38,5% do número total dos funcionários do Banco.

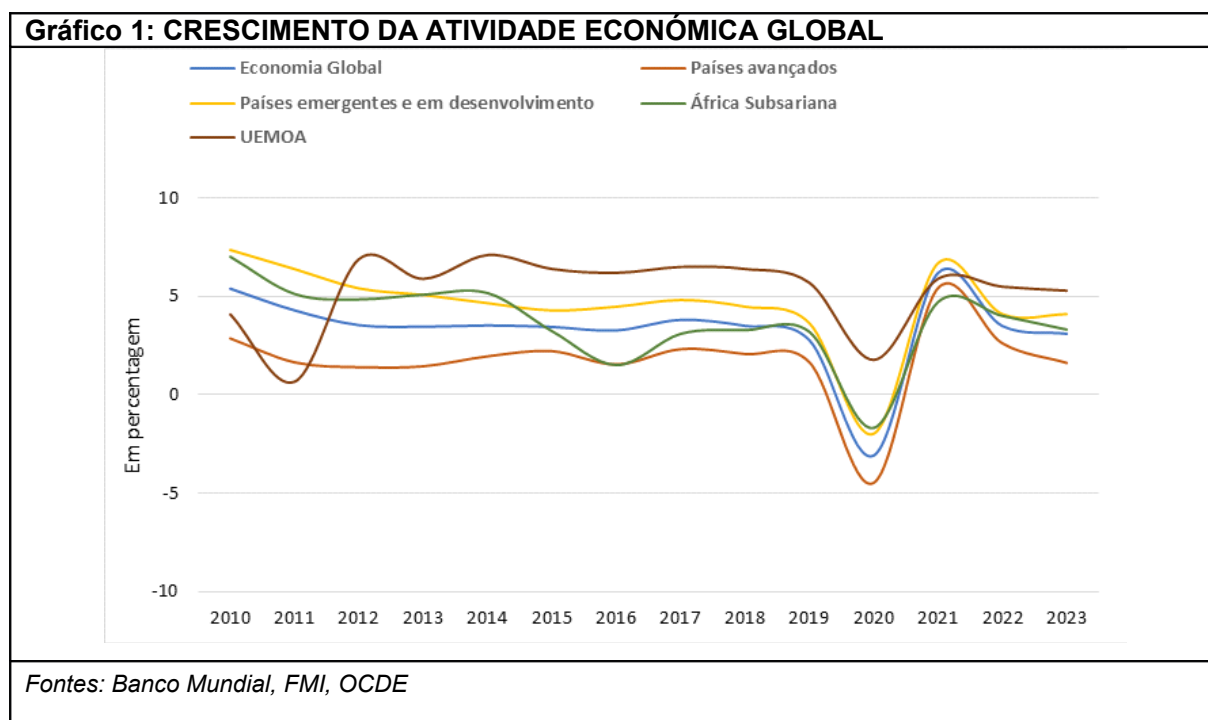
I - DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO INTERNACIONAL, EVOLUÇÃO ECONÓMICA NA UEMOA

1.1 - CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL.....	2
1.1.1 - Crescimento nos países industrializados.....	3
1.1.2 - Países emergentes e em desenvolvimento.....	4
1.1.3 - Mercados financeiros e matérias primas.....	4
1.1.4 - Emprego e inflação.....	9
1.1.5 - Medidas de política monetária e mercados cambiais.....	10
1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA	13
1.2.1 - Produto interno bruto.....	13
1.2.1.1 - <i>Produção agrícola</i>	14
1.2.1.2 - <i>Produção mineira</i>	15
1.2.1.3 - <i>Produção industrial e volume de negócios</i>	15
1.2.2 - Evolução dos preços no consumidor.....	16
1.2.3 - Finanças públicas e situação da dívida externa.....	17
1.2.3.1 - <i>Evolução das operações financeiras dos Estados</i>	17
1.2.3.2 - <i>Mobilização de recursos externos e situação da dívida externa</i>	19
1.2.4 - Balança de pagamentos.....	20

1.1 - CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

ECONOMIA GLOBAL	ECONOMIAS AVANÇADAS
3,2% (2023) 3,5% (2022)	1,6% (2023) 2,6% (2022)
3,2% de crescimento em 2023 contra 3,5% em 2022.	1,6% de crescimento em 2023 contra 2,6% em 2022.
ZONA EURO	PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO
0,4% (2023) 3,4% (2022)	4,3% (2023) 4,1% (2022)
0,4% de crescimento em 2023 contra 3,4% em 2022.	4,3% de crescimento em 2023 contra 4,1% em 2022.
CHINA	ÁFRICA SUBSARIANA
5,2% (2023) 3,0% (2022)	3,4% (2023) 4,0% (2022)
5,2% de crescimento em 2023 contra 3,0% em 2022.	3,4% de crescimento em 2023 contra 4,0% em 2022.

O ambiente económico e financeiro internacional foi marcado por uma desaceleração da produção global. O declínio no ritmo do crescimento da atividade económica em 2023, está associado a muitos choques: Políticas monetárias mais apertadas para conter a inflação, que levou ao endurecimento das condições de financiamento, choques geopolíticos, como os conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia e eventos climáticos extremos. Segundo as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI)¹, a taxa de crescimento da economia mundial fixou-se em 3,2% em 2023, após uma alta de 3,5% registada em 2022.



1.1.1 - CRESCIMENTO NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS

Ano	ESTADOS UNIDOS	ZONA EURO	REINO UNIDO	JAPÃO
2023	2,5%	0,4%	0,1%	1,9%
2022	1,9%	3,4%	4,3%	1,0%

Fonte: FMI

Nas economias avançadas, o crescimento foi de 1,6% em 2023, contra 2,6% em 2022. Nos EUA, a atividade económica aumentou 2,5% em 2023, após uma realização de 1,9% em 2022. A melhoria da atividade económica neste país, deve-se aos aumentos salariais induzidos pelas tensões no mercado de trabalho que sustentaram as despesas dos consumidores, bem como à retomada das exportações e das despesas públicas.

Na zona euro, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) passou de 3,4% em 2022 para 0,4% em 2023, refletindo uma exposição relativamente elevada à guerra na Ucrânia, e o endurecimento das condições financeiras que têm afetado o investimento e o consumo das empresas e agregados familiares.

¹ : Janeiro de 2024

1.1.2 - PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO

	PAÍSES EMERGENTES			
Ano	CHINA	ÍNDIA	BRASIL	RUSSIA
2023	5,2 %	7,8 %	2,9 %	3,6 %
2022	3,0 %	7,2 %	3,0 %	-1,2 %

	ÁFRICA SUBSARIANA			
Ano	NIGÉRIA	ÁFRICA DO SUL	GANÁ	CEMAC
2023	2,9 %	0,6 %	2,3 %	2,5 %
2022	3,3 %	1,9 %	3,1 %	2,8 %

Fontes: FMI, Banco Mundial, BEAC

Nos países emergentes e em desenvolvimento, a taxa de crescimento foi de 4,3% em 2023, contra 4,1% em 2022. Na China, o crescimento acelerou de 3,0% em 2022 para 5,2% em 2023, em conexão com o dinamismo interno da economia chinesa e o aumento dos gastos públicos no reforço das capacidades de combate a desastres naturais. A economia indiana cresceu 7,8% em 2023, contra 7,2% em 2022. No Brasil, a taxa de crescimento foi de 2,9% em 2023, após uma realização de 3,0% em 2022. Na Rússia, a atividade económica foi sustentada pelas elevadas despesas militares e pelo consumo privado, impulsionado pelo crescimento dos salários num mercado de trabalho tenso. O país registou um crescimento de 3,6% do seu PIB em 2023, após uma contração de 1,2% em 2022.

Na África subsariana, o crescimento do PIB foi de 3,4% em 2023, após uma evolução de +4,0% em 2022. Este crescimento relativamente forte reflete a resiliência das economias da África subsariana, apesar dos conflitos, os efeitos adversos das alterações climáticas e a incerteza económica global persistente. A Nigéria registou um abrandamento no ritmo de crescimento da sua produção, que passou de 3,3% em 2022 para 2,9% em 2023, devido às dificuldades no seu setor petrolífero. Na África do Sul, a economia teve um crescimento mais lento do PIB, com uma taxa de crescimento de 0,6% em 2023, após um aumento de 1,9% em 2022. A desaceleração do crescimento na África do Sul está ligada ao agravamento da escassez de eletricidade e à intensificação das políticas de austeridade para conter a inflação, além da queda dos preços das matérias-primas nos mercados mundiais.

Refletindo a desaceleração da atividade económica, os fluxos comerciais globais apresentaram um crescimento limitado de 0,3% em 2023, após uma expansão de 5,2% no ano anterior. A queda no ritmo de crescimento do comércio é generalizada aos países emergentes e em desenvolvimento (+0,6% em 2023 contra +3,7% em 2022) e economias avançadas (+0,3% em 2023, após +6,1% em 2022).

1.1.3 - MERCADOS FINANCEIROS E MATÉRIAS-PRIMAS

Nos mercados financeiros, as principais bolsas de valores registaram evoluções em alta, devido ao forte desempenho da economia dos EUA e à antecipação do fim do ciclo de aperto das políticas monetárias dos bancos centrais das economias avançadas.

Em média, o índice MSCI World melhorou 4,3% em comparação com o seu valor médio de 2022, para estabelecer-se em 2.874,4 pontos. Nos Estados Unidos, o índice da Bolsa de Nova Iorque, o Dow Jones, consolidou-se de 3,8% em 2023 em relação ao ano anterior. O Nasdaq, índice de valores tecnológicos, por sua vez, experimentou uma alta de 6,0%. Na Zona Euro, o EuroStoxx 50 subiu 13,6% em relação ao seu nível médio em 2022, situando-se em 4.275,7 pontos em 2023.

No Reino Unido, o índice FTSE 100 subiu 3,5% para 7619,9 pontos em 2023. De forma semelhante, no Japão, o índice NIKKEI 225 subiu 12,4% para um nível médio de 30.646,7 pontos em 2023.

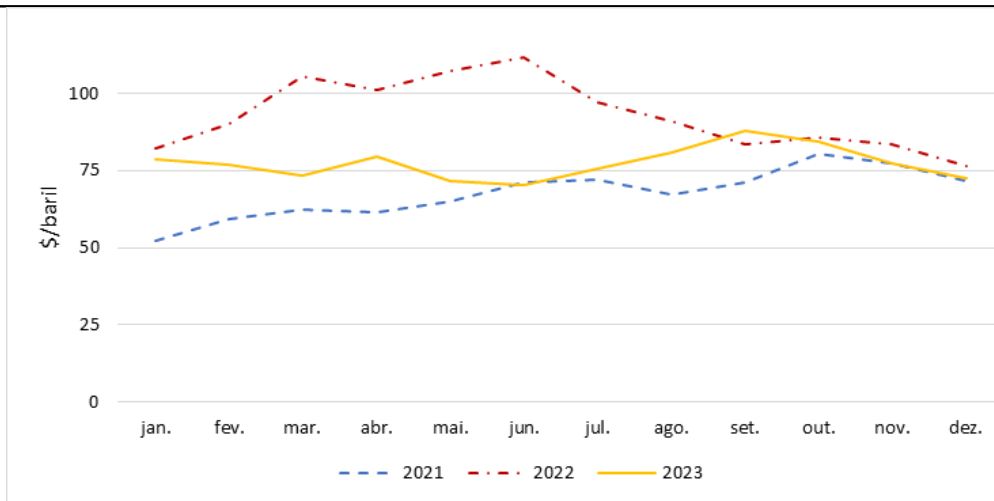
Nos mercados de bolsas africanos, os índices registaram uma tendência ascendente durante o ano de 2023, com exceção dos índices MASI dos Marrocos e BRVM compósito da Zona UEMOA que recuaram 8,0 e 1,2% ao longo do ano. O índice NSE da Nigéria registou um aumento de 25,5%, situando-se em 60.931,0 pontos em 2023. O índice GSE do Gana aumentou 10,0% em 2023, em comparação com o seu valor médio de 2022. O índice FTSE da África do Sul subiu 2,2% para 3.880,3 pontos em 2023.

No que se refere às matérias-primas exportadas pelos países da União, os preços continuaram a recuperar, em linha com a queda da oferta devido aos efeitos nefastos do fenómeno climático *El Niño*. Os preços dos produtos alimentares de base importados registaram uma descida, impulsionada por uma melhoria da disponibilidade. O índice dos principais produtos exportados, calculado pelos serviços do BCEAO, registou um ligeiro aumento de 0,9% em 2023, depois de +11,5% em 2022. O índice dos preços dos principais produtos alimentares importados registou uma baixa (-7,6% em 2023, após +35,9 % em 2022).

O aumento dos preços mundiais das principais matérias-primas exportadas pela União incide sobre os produtos não energéticos, como o cacau (+37,5%), o urânio (+19,9%), os fosfatos (+17,6%), o café (+15,6%), o zinco (+7,9%) e o ouro (+7,9%). Em contrapartida, os preços dos óleos vegetais (-30,3%), do algodão (-23,2%), da borracha (-22,6%), da castanha de caju (-21,5%) e dos produtos energéticos, com o gás (-57,3%) e o petróleo (-15,5%), enfraqueceram durante o período.

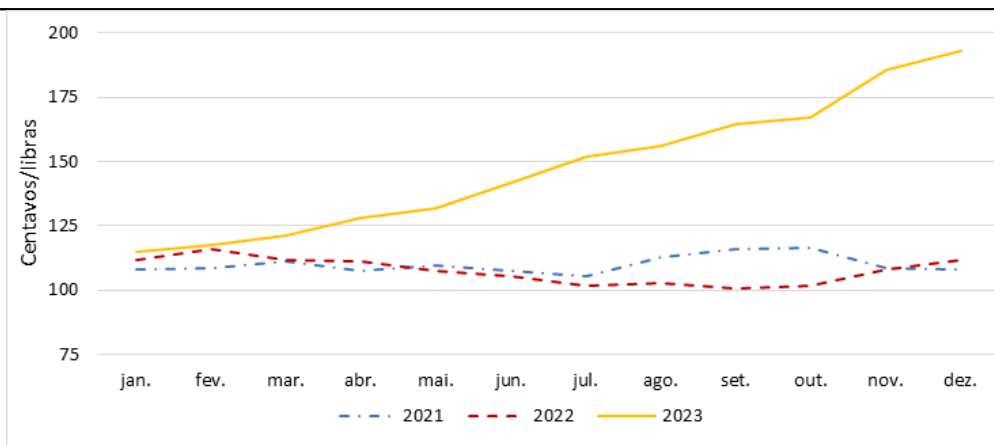
A queda dos preços observada nos produtos básicos importados, diz respeito ao conjunto dos géneros alimentícios, com exceção do açúcar (+15,0 %) e do arroz (+2,3 %). As maiores contrações foram observadas no trigo (-28,2%), leite (-22,2%) e óleo de soja (-18,9%).

Gráfico 2: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO (NYMEX)



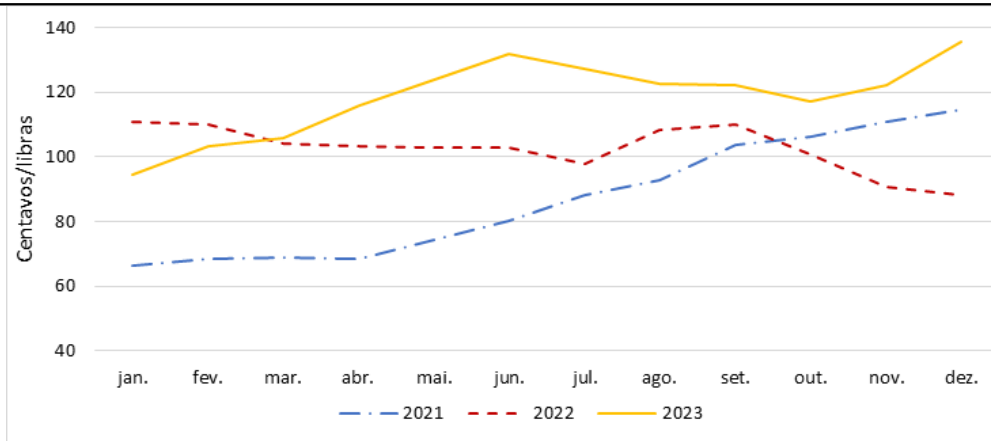
Fontes: Reuters, BCEAO

Gráfico 3: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO CACAU



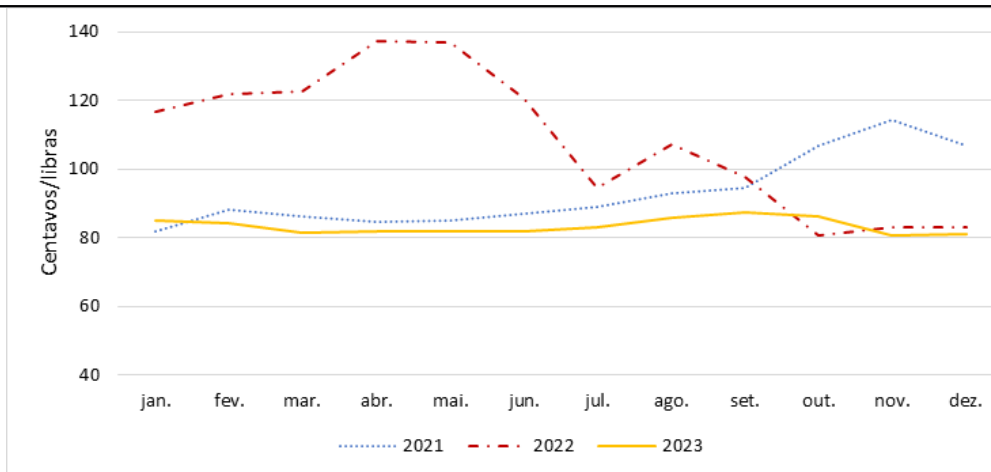
Fontes: Reuters, BCEAO

Gráfico 4: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO CAFÉ



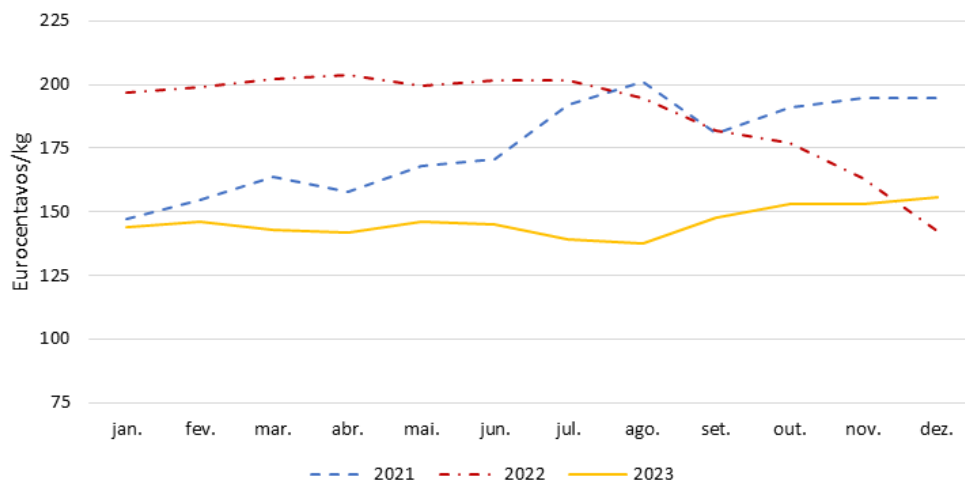
Fontes: Reuters, BCEAO

Gráfico 5: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO ALGODÃO



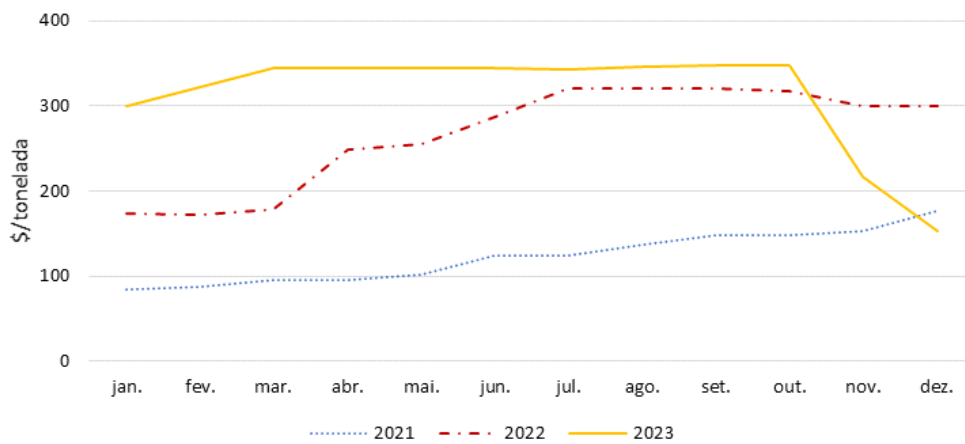
Fontes: Reuters, BCEAO

Gráfico 6: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA BORRACHA



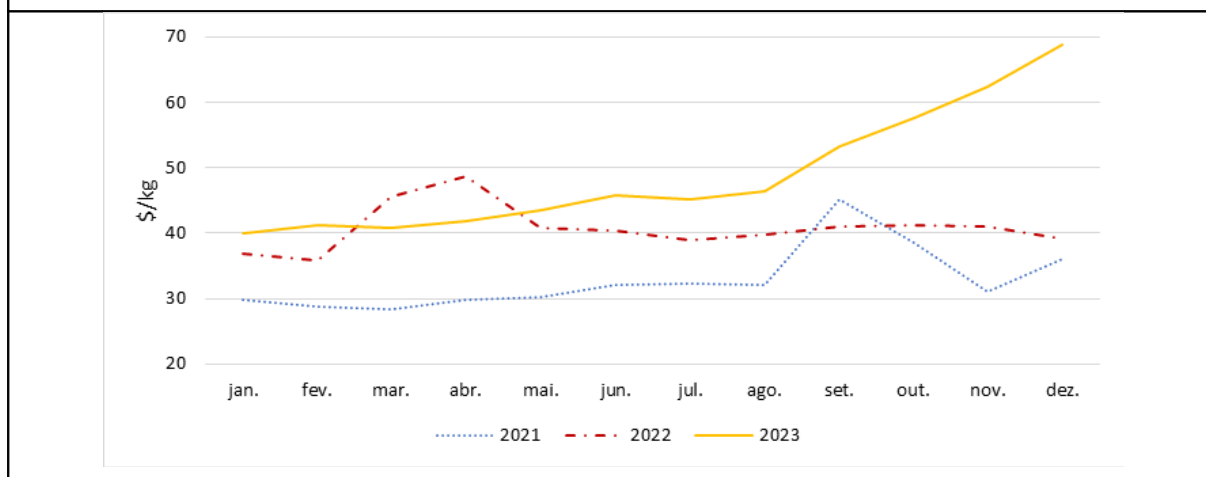
Fontes: Reuters, BCEAO

Gráfico 7: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO FOSFATO



Fontes: Reuters, BCEAO

Gráfico 8: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE URÂNIO



Fontes: Reuters, BCEAO

1.1.4 - EMPREGO E INFLAÇÃO

--> INFLAÇÃO MAIS BAIXA, INDUZIDA PELA QUEDA DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DOS PRODUTOS BÁSICOS E O IMPACTO DAS MEDIDAS DE APERTO DAS POLÍTICAS MONETÁRIAS.

--> EVOLUÇÃO CONTRASTADA DA TAXA DE DESEMPREGO NOS PAÍSES INDUSTRIALIZADOS.

--> INFLAÇÃO MUNDIAL 6,8% EM 2023 CONTRA 8,7 % EM 2022.

--> QUEDA DA TAXA MÉDIA DE INFLAÇÃO NOS PAÍSES EMERGENTES E EM DESENVOLVIMENTO (+8,4% EM 2023, CONTRA +9,8% EM 2022).

--> A TAXA DE INFLAÇÃO PERMANECE ELEVADA EM 15,8% EM 2023, DEPOIS DE 14,5% EM 2022, NA ÁFRICA SUBSARIANA.

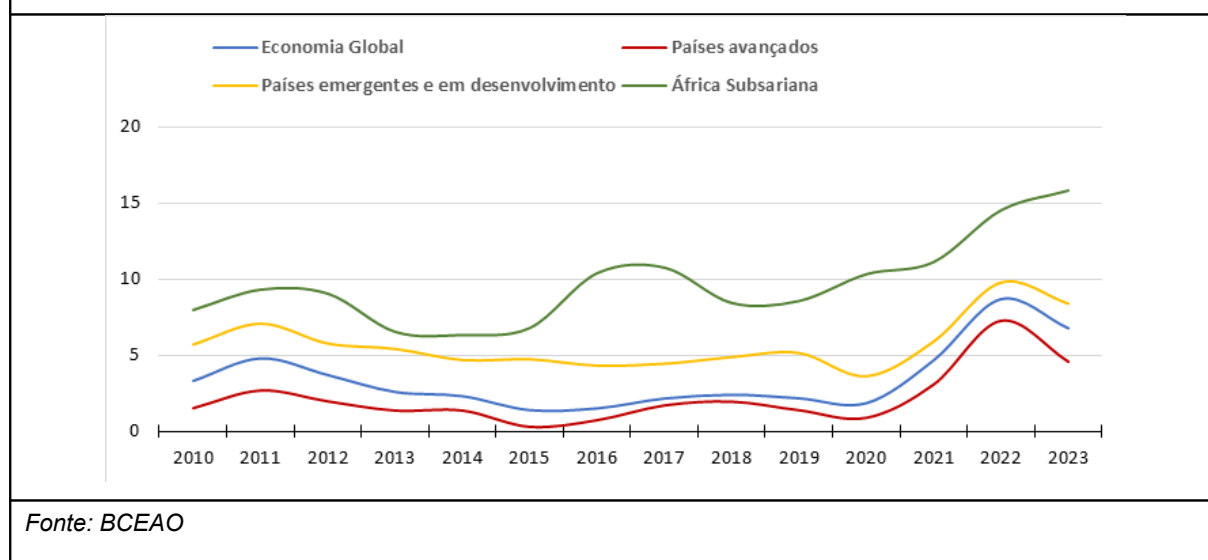
Em 2023, a taxa de desemprego sofreu alterações contrastantes na maioria dos principais países industrializados. Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego passou de 3,5% em dezembro de 2022 para 3,7% em dezembro de 2023, ou seja uma alta de 0,2 ponto percentual. Na Zona Euro, a taxa de desemprego caiu 0,2 ponto percentual para 6,4% em dezembro de 2023, o que corresponde a um nível histórico mais baixo.

A inflação global diminuiu em 2023, mantendo-se acima da meta em praticamente todos os países que adotaram metas de inflação. A desinflação em 2023 reflete a queda dos preços internacionais dos produtos básicos, induzida por medidas destinadas a resolver os problemas relacionados com a oferta, bem como o impacto das medidas de política monetária mais restritivas.

Nos países industrializados, a taxa de inflação foi de 4,6% em 2023, contra 7,3% em 2022, acima dos objetivos fixados pelos bancos centrais. Nos países emergentes e em desenvolvimento, atingiu uma média de 8,4% em 2023, após 9,8% em 2022, devido a medidas para resolver problemas relacionados com a oferta e o impacto das políticas monetárias mais

restritivas. Na África Subsariana, a inflação seria de 15,8% em 2023, principalmente atribuível ao Gana e à Nigéria. As pressões inflacionárias em África estão principalmente ligadas a fatores como perturbações nas cadeias de abastecimento e tensões geopolíticas, perda de reservas cambiais, valorização do dólar e saídas de capital.

Gráfico 9: EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO (MÉDIA ANUAL EM %)



1.1.5 - MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA E MERCADOS CAMBIAIS

CONTINUAÇÃO DA NORMALIZAÇÃO DA POLÍTICA MONETÁRIA	VALORIZAÇÃO DO EURO FACE ÀS PRINCIPAIS DIVISAS EM 2023	EVOLUÇÃO EM ALTA DO FRANCO CFA NO MERCADO DA ÁFRICA OCIDENTAL
---	--	---

As políticas monetárias dos principais bancos centrais a nível mundial, foram globalmente restritivas durante o ano de 2023. Os bancos centrais das economias avançadas, com exceção do Banco do Japão, mantiveram as taxas de juros em níveis elevados, a fim de conter o aumento da inflação que permaneceu acima dos objetivos da maioria dos bancos centrais. Nas economias emergentes e nas em desenvolvimento, os bancos centrais endureceram a sua política monetária face à persistência das pressões inflacionistas.

Em 2023, a Reserva Federal dos Estados Unidos (FED) elevou o intervalo de variação da taxa dos fundos federais em 100 pontos base (pdb), ou seja, seis aumentos consecutivos das taxas, elevando-o entre 5,25% e 5,50%, o seu nível mais elevado há 23 anos. Assim, nas suas últimas reuniões, manteve as suas taxas diretoras inalteradas.

O Banco Central Europeu (BCE), também continuou a normalizar a sua política monetária em 2023, aumentando cumulativamente as taxas de juro em 200 pdb. As taxas de juro das principais operações de refinanciamento, bem como das facilidades para os empréstimos marginais e de depósito, situando-se em 4,50%, 4,75% e 4,00% no final de dezembro de 2023, respectivamente. Na sua última reunião do ano, em 14 de dezembro de 2023, o BCE manteve inalterada a sua taxa de juro principal em 4,50% e anunciou a conclusão rápida do seu mais recente programa de compra de obrigações, tudo isto no âmbito dos esforços para combater a inflação.

Em 14 de dezembro de 2023, o Banco de Inglaterra (BoE) manteve sua taxa de juros de referência em 5,25% para combater a inflação. O BoE destacou a provável necessidade de um período prolongado de política monetária restritiva para travar a inflação, bem como a possibilidade de maior aperto se as pressões inflacionárias persistem. Ao longo de todo o ano de 2023, o BoE aumentou a sua taxa diretora de 175 bdp, passando de 3,50% em dezembro de 2022 para 5,25% em dezembro de 2023.

O Banco do Japão (BoJ) na sua reunião de 19 de dezembro de 2023, manteve a sua taxa de juro de curto prazo em -0,10%. O Banco também permite que os rendimentos a 10 anos se situem entre -1,0% e 1,0%, como parte da sua política de controle da curva de rendimento (YCC).

Esta decisão ocorre enquanto o BoJ luta para manter um equilíbrio entre apoiar a economia japonesa, reduzir a fraqueza do iene e combater níveis mais elevados de inflação.

Nos mercados emergentes, os principais bancos centrais continuaram a apertar as suas políticas monetárias mantendo taxas de juro elevadas, com exceção da China e do Brasil.

O Reserve Bank of India (RBI), prolongou a normalização da sua política monetária durante 2023. No entanto, o RBI aumentou a sua taxa diretora uma única vez no ano em 25 pb para 6,50%. Na sua reunião de 8 de dezembro de 2023, a instituição manteve a sua taxa diretora em 6,50% pela quinta vez consecutiva, devido ao aumento da inflação anual para 5,7% em dezembro de 2023. O Banco Popular da China (PBoC) manteve a sua taxa de juro principal nas suas duas últimas reuniões de 2023, enquanto prosseguia os seus esforços para apoiar a recuperação económica. A taxa preferencial de empréstimos a um ano (LPR), que é a linha de crédito a médio prazo utilizada para os empréstimos às empresas e famílias, manteve-se inalterada em 3,45%. Ao longo de 2023, a orientação da política monetária do PboC foi acomodatória, com a baixa das taxas de juro, num total de 20 pdb, para 3,45%.

O Banco Central do Brasil reduziu a sua taxa de juros quatro vezes em 2023, para um total de 200 pdb, passando de 13,75% no final de 2022 para 11,75% no final de 2023. Sublinhou ainda que a amplitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo depende de fatores como o dinamismo inflacionário, as expectativas a longo prazo, as projeções de inflação, o diferencial de produção e o equilíbrio dos riscos. O Banco Central da Rússia iniciou um ciclo de endurecimento da política monetária, com um aumento acumulado de 850 pdb em todo o ano de 2023. A principal taxa de juro foi passou de 7,50% no final de dezembro de 2022 para 16,00% no final de dezembro de 2023. Esta evolução é justificada pelas expectativas de inflação que continuaram a aumentar para os consumidores e as empresas, colocando em risco um crescimento insustentável dos preços. O Banco também indicou que a sua política monetária permaneceria restritiva por um longo período de tempo para contrariar o aumento das pressões inflacionistas.

A nível dos países parceiros comerciais da UEMOA na sub-região oeste africana, o Banco Central da Nigéria (CBN) aumentou, durante o ano 2023, a sua taxa diretora (+225 pdb) para 18,75%, nível em vigor desde 25 de julho de 2023. no Gana, o Banco de Gana (BoG) aumentou em 200 pb para 30,00% em julho de 2023, para conter a inflação que se situa em 23,2% em dezembro de 2023. Na Zona CEMAC, o BEAC manteve sem alterações as suas taxas diretoras, na reunião do seu Comité de Política Monetária de 12 de dezembro de 2023. As taxas de juro das operações de adjudicação, da facilidade de empréstimo marginal e depósito situam-se em 5.00%, 6.75% e 0.00%, respetivamente. Durante todo o ano de 2023, as taxas aumentaram 50 bdp.

Nos mercados cambiais, o euro apreciou-se face às principais moedas em 2023, em ligação com a diminuição do diferencial de taxa de juro a um ano com os Estados Unidos, durante o ano e

uma melhoria do comércio externo. O índice da taxa de câmbio da moeda da zona euro, calculado pelo BCE, consolidou-se de 4,8%. O euro consolidou-se de 2,6% para se estabelecer em 1,0816 dólares americanos em 2023. A moeda da zona euro também subiu em relação ao iene japonês (+10,1%), ao dólar australiano (+7,3%), ao dólar canadense (+6,5%) e à libra esterlina (+2,0%). O euro também ganhou valor face às moedas dos países emergentes. Valorizou-se em 29,3% face ao rublo russo, 15,9% em frente ao rand sul africano, 8,2% perante o yuan chinês e 8,0% diante da rupia indiana. Por outro lado, a moeda europeia desvalorizou-se face ao franco suíço (-3,3%).

No mercado da África Ocidental, ao longo de um ano, a moeda dos países da zona UEMOA fortaleceu-se contra a naira nigeriana (+55,5%), o cedi do Gana (+38,5%), o leone da Serra Leoa (+27,3%), o dólar liberiano (+17,3%) e o dalasi da Gâmbia (+12,6%). Em média anual, 1.000 FCFA são trocados contra 18,12 cedis ganenses, 99,96 dalasis gambianos, 28.511,15 leones da Serra Leoa, 288,25 dólares liberianos, 14.030,98 francos guineenses e 1.056,81 nairas nigerianas.

Quadro 1: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS ANUAIS (UNIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA POR 1.000 FCFA)

Moeda	Sigla	2022	2023	Varição (%)*
Direito de Saque Especial	DSE	1,20	1,24	3,0
Dólares americanos	USD	1,61	1,65	2,6
Franco suíço	CHF	1,53	1,48	-3,3
Libra Esterlina	GBP	1,30	1,33	2,0
Iene japonês	JPY	210,39	231,63	10,1
Yuan chinês	CNY	10,79	11,68	8,2
Rublo russo	RUB	108,93	140,82	29,3
Rúpia indiana	INR	126,10	136,17	8,0
Dalasi gambiano	GMG	88,80	99,96	12,6
Cedi ganês	GHS	13,09	18,12	38,5
Franco guineense	FGN	13 982,83	14 030,98	0,3
Dólar liberiano	LRD	245,67	288,25	17,3
Naira Nigeriana	NGN	679,44	1 056,81	55,5
Leone da serra-leoa	SLL	22 405,50	28 511,15	27,3

Fontes: AMAO, Banco da França, FMI, BCEAO.

* A marca (-) indica uma desvalorização do franco CFA em relação à moeda estrangeira

Quadro 2: EVOLUÇÃO NAS TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS TRIMESTRAIS (QUANTIDADE DE MOEDA ESTRANGEIRA PARA 1.000 FCFA)

Moeda	Sigla	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre	
		2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023
Direito Especial de Saque	DSE	1,23	1,22	1,20	1,24	1,17	1,25	1,19	1,24
Dólares americanos	USD	1,71	1,64	1,62	1,66	1,54	1,66	1,56	1,64
Franco suíço	CHF	1,58	1,51	1,57	1,49	1,48	1,47	1,50	1,45
Libra Esterlina	GBP	1,28	1,35	1,29	1,33	1,31	1,31	1,33	1,32
Iene japonês	JPY	198,88	216,44	210,59	227,96	212,20	239,70	219,87	242,44
Yuan chinês	CNY	10,86	11,19	10,73	11,65	10,52	12,02	11,06	11,85
Rublo russo	RUB	135,16	119,72	109,92	134,97	92,33	156,35	98,33	152,23
Rupia indiana	INR	128,69	134,54	125,36	136,44	122,48	137,17	127,85	136,55
Dalasi gambiano	GMG	89,86	99,58	88,61	98,67	86,26	99,32	90,48	102,27
Cedi ganense	GHS	11,01	17,16	11,61	18,18	12,31	18,29	17,42	18,85
Franco guineense	FGN	15 306,09	13 954,71	14 103,52	14 127,86	13 227,79	14 110,34	13 293,90	13 930,99
Dólar liberiano	LRD	260,63	258,19	246,94	279,42	235,97	307,78	239,12	307,59
Naira Nigeriana	NGN	711,11	749,03	674,97	812,70	646,78	1 271,43	684,90	1 394,06
Leone da serra-leoa	SLL	19 736,38	30 894,26	20 660,19	27 651,22	21 533,78	28 354,66	27 691,63	27 144,43

Fontes: AMAO, Banco da França, FMI, BCEAO.

1.2 - EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA NOS ESTADOS MEMBROS DA UEMOA

TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB DA UEMOA:		5,3% (2023)		5,5% (2022)
---	--	--------------------	--	--------------------

1.2.1 - PRODUTO INTERNO BRUTO

A atividade económica na UEMOA manteve-se globalmente dinâmica em 2023, apesar da desaceleração económica global e da fragilidade do clima sociopolítico e de segurança na sub-região África Ocidental. De acordo com as últimas estimativas disponíveis, o PIB da União aumentou 5,3% em 2023, face a 5,5% em 2022. A expansão económica foi particularmente impulsionada pelo setor terciário (3,5 pontos percentuais (pdp)), em ligação com o bom andamento das atividades comerciais e dos serviços. A contribuição do setor secundário para a expansão económica é estimada em 1,3 pdp em 2023, após uma realização de 0,8 pdp em 2022. O revigoreamento deste setor está ligado ao reforço da produção das indústrias extrativas (0,1 pdp) e fabris (0,7 pdp), bem como da atividade no subsetor «Construção Civil e Obras Públicas» (0,3 pdp). A contribuição do setor primário foi de 0,5 pdp, devido ao aumento da produção agrícola na campanha 2023/2024.

Analisada sob a ótica empregos do PIB, o crescimento económico em 2023 foi principalmente sustentado pelo consumo final (4,5 pontos) e pelo investimento (2,4 pontos). A importância do fluxo de investimento deve-se à realização de alguns grandes projetos, nomeadamente na Côte d'Ivoire, no âmbito da construção das infraestruturas para a Copa das Nações Africanas prevista em 2024, bem como no Senegal, para a conclusão dos projetos de petróleo e gás. A contribuição do setor externo é estimada em -1,6 pontos, em deterioração de 0,2 pontos, devido à queda da entrada das exportações, que evoluiu de 5,5 pontos em 2022 para -0,4 pontos.

Quadro 3: EVOLUÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DA UEMOA (EM PONTOS PERCENTUAIS)

	2021	2022 (1)	2023 (2)	Variação (2)-(1)
Setor primário	0,5	1,6	0,5	-1,1
Setor secundário	1,0	0,8	1,3	0,5
Incluindo:				
- Indústrias transformadoras	0,5	0,4	0,7	0,3
- Atividades extrativas	0,2	-0,1	0,1	0,2
- Construção civil e Obras Públicas	0,2	0,4	0,3	-0,1
Setor terciário	4,5	3,1	3,5	0,4
PIB real	6,0	5,5	5,3	-0,2
Consumo final	4,4	4,2	4,5	0,3
Investimento	2,3	2,7	2,4	-0,3
Setor externo	-0,7	-1,4	-1,6	-0,2
Incluindo:				
- Exportações de bens e serviços	3,0	5,5	-0,4	-5,9

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO

1.2.1.1 - Produção agrícola

PRODUÇÃO ALIMENTAR: 78.665.729 TONELADAS, ALTA DE 2,3%

Com base nas estimativas disponíveis, a produção de alimentos na União atingiu 78.665.729 toneladas no ano agrícola 2023/2024, um aumento de 2,3% em relação ao ano anterior.

Esta evolução é motivada pelo aumento da produção de cereais (+648.278 toneladas, ou seja +2,0%) e tubérculos (+1.343.570 toneladas, ou seja +5,0%). Em comparação com a média dos cinco anos anteriores, as colheitas da campanha agrícola 2023/2024 aumentaram 11,5%.

No que diz respeito aos produtos de exportação, as colheitas tiveram evoluções contrastantes durante a campanha agrícola 2023/2024. As produções de cacau, café e algodão diminuíram, enquanto que as de amendoim, caju e borracha aumentaram.

A produção de cacau sofreu uma queda significativa de 22,5%, atingindo 1.839.794 toneladas. Esta diminuição é principalmente atribuível à queda da produção na Costa do Marfim, devido à pluviometria excessiva e medidas tomadas pelas autoridades ivorienses para regular o fornecimento de feijões, evitando assim uma queda demasiado importante dos preços mundiais. A Costa do Marfim, o maior produtor de cacau da União, registou uma produção estimada em 1.822.320 toneladas na campanha 2023/2024 contra 2.358.800 toneladas na campanha anterior (-22,7%).

A produção de café diminuiu 38,6% em relação ao ano anterior, atingindo 73.045 toneladas. Esta redução deve-se às condições meteorológicas adversas na Costa do Marfim, onde a produção caiu 50,6%. No Togo, as colheitas de café aumentaram 8,8%.

A oferta de algodão-semente é estimada em 1.916.779 toneladas, registando uma redução de 0,6% relativamente à campanha anterior (2022/2023), devido à queda de 49,9% da oferta da Costa do

Marfim, devido aos ataques persistentes de jazidas, danos causados ao algodão e o fraco desempenho do setor no Burkina Faso, onde a produção aumentou apenas 0,7%. Estes resultados insatisfatórios não puderam ser compensados pelo dinamismo renovado do setor no Mali.

As colheitas de amendoim aumentaram 9,1%, atingindo 4.103.573 toneladas, refletindo o crescimento da produção em todos os Estados-membros da União, com exceção do Níger, onde diminuiu 9,9%.

A produção de caju aumentou 14,5%, atingindo 1.762.296 toneladas. Este crescimento é resultado do aumento das colheitas em todos os países produtores, nomeadamente na Costa do Marfim (+19,2%), na Guiné-Bissau (+4,2%) e no Benin (+5,3%).

A oferta regional de borracha foi de 1.624.824 toneladas, registando um aumento significativo de 21,9% em relação à época agrícola anterior, principalmente devido ao aumento do número de árvores maduras.

1.2.1.2 - Produção mineira

AUMENTO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO	DIMINUIÇÃO DA PRODUÇÃO DE OURO, FOSFATO E URÂNIO
---------------------------------	--

As estimativas disponíveis sobre a atividade extrativa em 2023, indicam um aumento da produção de petróleo, enquanto a produção de ouro, fosfatos e urânio caiu.

A produção de ouro, estimada em 210.616,1 kg em 2023, está em ligeira diminuição de 0,1% em relação a 2022. Esta evolução negativa resulta da diminuição das extrações no Burkina Faso, no Senegal e no Níger, atenuada pelo aumento das extrações na Costa do Marfim e no Mali. As quantidades de ouro produzidas foram de 72.593 kg (+0,5%) no Mali, 67.860 kg (-0,5%) em Burkina Faso, 50.453 kg (+4,4%) na Costa do Marfim, 17.286 kg (-7,1%) no Senegal e 2.424 kg (-27,7%) no Níger.

A oferta de fosfatos diminuiu 2,5%, atingindo 3.358.699 toneladas em 2023. Esta diminuição resulta da redução simultânea da oferta dos dois principais países produtores da União, o Togo e o Senegal. De facto, estes dois países registaram, respetivamente, uma redução de 1,6% e 3,3% da sua produção em 2023, em comparação com o ano anterior.

No que diz respeito à produção de urânio, exclusivamente realizada no Níger, registou uma queda de 44,1% em 2023, caindo para 1.130 toneladas.

Além disso, as extrações de petróleo bruto ascenderam a 17.107,5 mil barris em 2023, um aumento de 9,4% em relação a 2022, devido ao aumento de 15,6% da produção na Costa do Marfim.

1.2.1.3 - Produção industrial e volume de negócios

A produção industrial na UEMOA registou uma alta de 3,8% em 2023, após 1,5% no ano anterior. Esta evolução resulta da aceleração da produção industrial (+5,3% contra +1,2%) e energética (+11,7% contra +8,5%), atenuada pela diminuição da produção extrativa (-1,5% contra -0,6%). A dinâmica da produção industrial está ligada ao aumento da produção de alimentos, refinação de petróleo e produtos químicos, bem como à produção de papel e cartão. No setor energético, a produção de eletricidade teve uma recuperação, com um aumento de 12,8% em 2023, após 8,6% em 2022. No que diz respeito às atividades extrativas, nota-se uma

diminuição da produção de urânio e minérios metálicos, bem como uma desaceleração do ritmo de progressão da extração de petróleo bruto.

O volume de negócios do comércio a retalho na UEMOA, registou um aumento de 6,1% em 2023 contra uma subida de 13,5% no ano precedente. Esta dinâmica, que se verifica num contexto de queda acentuada da inflação na União, explica-se por uma desaceleração do ritmo de crescimento do volume de negócios das vendas de produtos alimentares (+5,2% contra +7,8%) e petrolíferos (+7,2% contra +23,4%), bem como materiais de construção e equipamentos eletrodomésticos (+6,8% contra +14,3%).

O índice de volume de negócios nos serviços comerciais (excluindo os serviços financeiros) aumentou 5,1% em 2023, após um aumento de 8,2% em 2022. Esta desaceleração se explica principalmente pela morosidade dos negócios no setor de transportes, alojamento e restauração, especialmente no Níger.

No que respeita ao índice de atividade dos serviços financeiros, registou um aumento de 16,2% durante o período em análise, após um aumento de 13,8% no ano anterior, ligado principalmente ao aumento do volume das transações bancárias (nomeadamente créditos), conjugada com um aumento das taxas devedoras.

1.2.2 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO CONSUMIDOR

TAXA DE INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL	CAUSAS DA REDUÇÃO DE PREÇOS:
3,7% em 2023	<ul style="list-style-type: none">ALTA DA PRODUÇÃO CEREALÍFERABAIXA DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS IMPORTADOS.
7,4% em 2022	

A taxa de inflação média anual foi de 3,7% em 2023, contra uma realização de 7,4% em 2022. A desaceleração do nível dos preços em 2023 deve-se principalmente à diminuição das pressões nos preços dos produtos alimentares (+3,7% contra +12,5% no ano anterior) e, em menor medida, a uma ligeira redução observada ao nível da função «Habitação» (+4,7% contra +4,8%). Quanto ao componente «Transporte», foi observada aceleração (+6,7% *versus* +5,6%). A queda dos preços no componente alimentar resulta essencialmente do bom desempenho da campanha agrícola 2022/2023, com um aumento de 17,0% na produção de cereais. Consequentemente, os preços dos produtos cerealíferos na União desaceleraram fortemente, com um aumento de 1,4% em um ano contra 19,4% em 2022. Somando-se a estes fatores, a queda dos preços internacionais dos principais produtos importados pelos países da UEMOA, cujo índice registou uma queda de 9,8% no ano de 2023, após um aumento de 35,7% no ano anterior, o que contribuiu para uma diminuição dos preços dos produtos importados.

No que diz respeito à ligeira desaceleração da função «Habitação», é imputável a descida dos preços dos combustíveis sólidos (madeira e carvão em particular) e líquidos (petróleo de iluminação). A aceleração observada ao nível da componente «Transporte», está relacionada com a redução dos subsídios dos Estados sobre a energia, nomeadamente no Senegal e na Costa do Marfim, o que provocou o aumento dos preços na bomba dos combustíveis (gasolina e gasóleo) em alguns países da União. Não obstante, os desenvolvimentos acima mencionados, o diferencial de inflação entre a UEMOA e os seus principais parceiros resultou favorável à União

em 4,3 pontos percentuais em 2023. Em particular, relativamente à Nigéria e ao Gana, o diferencial de inflação foi de 16,8 e 25,5 pontos percentuais, respetivamente.

Quadro 4: VARIAÇÃO DOS PREÇOS NO CONSUMIDOR EM 2022 E 2023 (EM %)

	2022		2023	
	Média anual	Termos homólogos em finais de dezembro	Média anual	Termos homólogos em finais de dezembro
Benim	1,4	2,8	2,7	0,4
Burkina Faso	14,1	9,6	0,7	1,0
Côte d'Ivoire	5,2	5,2	4,4	3,9
Guiné-Bissau	7,9	9,5	7,2	3,1
Mali	9,7	7,8	2,1	-0,5
Níger	4,2	3,1	3,7	7,2
Senegal	9,7	12,8	5,9	0,8
Togo	7,6	7,7	5,3	3,5
UEMOA	7,4	7,1	3,7	2,5

Fontes: Institutos Nacionais da Estatística, BCEAO

1.2.3 - FINANÇAS PÚBLICAS E SITUAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA

1.2.3.1 - Evolução das operações financeiras dos Estados

A execução orçamental nos países membros da UEMOA em 2023 traduziu-se numa melhoria do défice orçamental, devido a um aumento mais rápido das receitas orçamentais e donativos em comparação com as despesas públicas.

As receitas orçamentais situam-se em 20.111,3 mil milhões no final de dezembro de 2023, o que representa um aumento de 2.188,6 mil milhões ou 12,2% face ao ano anterior. Esta evolução está principalmente relacionada ao acréscimo das receitas fiscais, que aumentaram 12,7% em valor nominal para 17.144,4 mil milhões. Consequentemente, a pressão fiscal à escala da União é de 14,2% do PIB em 2023, contra 13,7% no ano anterior, em ligação com o dinamismo da atividade económica e a continuação das reformas de modernização da administração fiscal. Os donativos diminuíram em 121,2 mil milhões ou 8,9%, para 1.239,4 mil milhões no final de dezembro de 2023, refletindo uma diminuição da assistência financeira dos parceiros externos em 2023. Consequentemente, as receitas orçamentais e donativos dos Estados-membros da União registaram um aumento de 10,7% para 21.350,7 mil milhões ou 17,7% do PIB.

As despesas e os empréstimos líquidos ascenderam a 27.578,8 mil milhões, ou seja, um aumento de 662,6 mil milhões ou 2,5% em relação a dezembro de 2022. Este progresso deve-se ao aumento das despesas correntes (+4,7 %) atenuado pela diminuição das despesas com investimentos (-1,7 %). O aumento das despesas em capital reflete a diminuição dos investimentos públicos em alguns Estados da União, principalmente no Níger, devido às sanções económicas impostas a este país. Em percentagem do PIB, as despesas aumentaram para 7,1% em 2023, face a 7,8% no ano anterior. Por sua vez, o aumento dos gastos correntes tem como principal impacto os gastos com pessoal (+10,1%) e os juros sobre a dívida pública (+27,7%), atenuados pela diminuição das transferências e subsídios (-14,7%). O aumento da massa salarial reflete, entre outros, o efeito das medidas tomadas pelos Governos para preservar o poder de compra das populações, através das revalorizações dos salários e indemnizações em certos

Estados membros. Quanto à diminuição das transferências e subsídios, ela traduz o levantamento dos subsídios concedidos pelos Estados, particularmente sobre os produtos energéticos.

Nestas condições, o défice global (com base em engajamentos, incluindo donativos), diminuiu de 1.404,8 mil milhões para 6.228,1 mil milhões no final de dezembro de 2023, ou seja, 5,2% do PIB que foi de 7.632,9 mil milhões ou 6,9% do PIB em 2022.

RECEITAS ORÇAMENTAIS E DONATIVOS:

-> **21.350,7** MIL MILHÕES EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2023.
EM ALTA DE **2.067,4** MIL MILHÕES OU **10,7%** EM COMPARAÇÃO COM O ANO ANTERIOR.

-> TAXA DE PRESSÃO FISCAL: **14,2%**, ABAIXO DO PADRÃO DA COMUNIDADE DE **20,0%** DO PIB.

DESPESAS E EMPRÉSTIMOS LÍQUIDOS:

-> **27.578,8** MIL MILHÕES EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2023 EM ALTA DE **2,5%** EM COMPARAÇÃO AO ANO ANTERIOR.

DÉFICE GLOBAL, BASE ENGAJAMENTOS, INCLUINDO DONATIVOS:

-> **6.228,1** MIL MILHÕES EM FINAIS DE DEZEMBRO DE 2023 (**5,2%** DO PIB) CONTRA **7.632,9** MIL MILHÕES (**6,9%** DO PIB) EM 2022.

MONTANTE GLOBAL DA DÍVIDA EXTERNA DOS ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO:

-> EM ALTA DE **11,1%** EM COMPARAÇÃO COM UM AUMENTO DE **15,2%** NO ANO ANTERIOR, REPRESENTANDO **36,6%** DO PIB EM 2023 CONTRA **35,7%** NO ANO ANTERIOR.

Quadro 5: SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM 2022 E 2023

	Dezembro de 2022 (1)	Dezembro de 2023(*) (2)	Variação (2) - (1)	
			em mil milhões	em %
Receitas orçamentais e doações	19 283,3	21 350,7	2 067,4	10,7
(em % do PIB)	17,3	17,7	-	-
Receitas orçamentais	17 922,7	20 111,3	2 188,6	12,2
Receitas fiscais	15 214,2	17 144,4	1 930,2	12,7
(em % do PIB)	13,7	14,2	-	-
Outras receitas (incluindo não fiscais)	2 708,5	2 966,9	258,4	9,5
Doações	1 360,6	1 239,4	-121,2	-8,9
Despesas Totais E Empréstimos Líquidos	26 916,2	27 578,8	662,6	2,5
(em % do PIB)	24,2	22,9	-	-
Despesas correntes	16 772,1	17 562,2	790,1	4,7
massa salarial	6 050,9	6 661,3	610,4	10,1
transferências e subvenções	5 219,7	4 453,6	-766,1	-14,7
juros da dívida	2 190,5	2 798,1	607,6	27,7
outras despesas correntes	3 311,0	3 649,2	338,2	10,2
Despesas em capital	8 647,0	8 500,5	-146,5	-1,7
(em % do PIB)	7,8	7,1	-	-
Outras despesas	1 432,3	1 460,1	27,8	1,9
Empréstimos líquidos	64,8	56,0	-8,8	-13,6
Saldo base autorizações, doações incluídas	-7 632,9	-6 228,1	1 404,8	18,4
(em % do PIB)	-6,9	-5,2	-	-
Saldo básico de caixa, incluindo doações	-7 104,5	-6 233,4	871,1	12,3
(em % do PIB)	-6,4	-5,2	-	-

Fontes: BCEAO, Serviços Nacionais

(*) Estimativas

1.2.3.2 - Mobilização de recursos externos e situação da dívida externa

Durante o ano de 2023, os países da União mobilizaram recursos externos, nomeadamente junto do Banco Mundial (1.818,2 mil milhões).

No âmbito dos seus programas económicos e financeiros apoiados pelo FMI, seis Estados-membros da União, nomeadamente o Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Níger e Senegal, beneficiaram de desembolsos num montante global de 1.247,5 mil milhões em 2023. Deste total, o Benin e Costa do Marfim receberam 122,8 mil milhões e 602,2 mil milhões, respetivamente, no âmbito do Mecanismo Alargado de Crédito (MADC) e da Facilidade Alargada de Crédito (FAC). Foram concedidos 6,9 mil milhões e 15,9 mil milhões ao Níger e à Guiné-Bissau no âmbito da FAC. Os desembolsos para o Senegal, que envolveram o acordo de confirmação, as facilidades de crédito de confirmação e resiliência e sustentabilidade, bem como o MADC e a FAC, totalizaram 431,2 mil milhões. Por fim, o Burkina obteve um desembolso total de 68,5 mil milhões ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (FCR) e da FAC.

Tal como aconteceu em 2022, nenhum Estado da União interveio nos mercados internacionais para angariar recursos através das emissões de euro-bonds.

No que respeita à dívida externa, os dados disponíveis indicam um aumento do stock de dívida pública externa de 11,1%, ou seja, 4.386,2 mil milhões em 2023, face a um crescimento de

15,2% no ano anterior. Em percentagem do PIB, a dívida externa representa 36,6% em 2023, contra 35,7% no ano anterior. Por país, a situação é resumida no quadro seguinte:

Quadro 6: Rácios da dívida externa em 2022 e 2023 (em % do PIB)

País	2022	2023(*)	Variação
Benin	37,4	38,4	1,0
Burkina	26,0	25,5	-0,5
Costa do Marfim	34,4	35,9	1,5
Guiné-Bissau	35,3	35,3	0,0
Mali	28,6	28,1	-0,5
Níger	32,7	31,6	-1,1
Senegal	53,9	56,1	2,2
Togo	25,4	25,7	0,3
UEMOA	35,7	36,6	0,9

Fontes: Serviços nacionais, BCEAO

(*) Estimativas

1.2.4 - BALANÇA DE PAGAMENTOS

SALDO GLOBAL DO COMÉRCIO EXTERNO DOS PAÍSES DA UNIÃO REGISTOU UM DÉFICE DE **3.530,4** MIL MILHÕES, CONTRA UM DÉFICE DE **3.343,1** MIL MILHÕES UM ANO ANTES.

Em 2023, o comércio externo traduziu-se por uma deterioração do saldo global em linha com uma queda acentuada das entradas de capitais a título da conta financeira, moderada, contudo, pela atenuação do défice da conta corrente. Em 2023, o défice da conta corrente diminuiu 2,4 pontos, face a 2022, para fixar-se em 7,5% do PIB. Esta melhoria deve-se em grande parte à redução do défice da balança de bens e serviços, resultante principalmente de uma diminuição das importações (-7,0%), tendo as exportações permanecido praticamente estáveis. A força das exportações reflete uma retoma da atividade no setor aurífero, em linha principalmente com o início da produção de uma nova mina em Burkina, bem como o aumento das vendas de cacau (+10,5%), beneficiando-se de preços favoráveis.

Além disso, a queda das importações de bens de consumo (-7,6%) e o alívio da fatura do petróleo, em particular devido à desaceleração dos preços internacionais, tiveram um efeito moderador no déficit da balança comercial, que melhorou 40,3%.

O déficit da balança de serviços diminuiu 7,8%, em particular em relação ao aumento das receitas do turismo (+3,7%) aliada a uma atenuação dos custos do frete (-6,6%). O saldo negativo do rendimento primário aumentou 7,6%, para 3.555,8 mil milhões em 2023, devido principalmente ao aumento dos pagamentos de juros da dívida externa. O saldo da conta de rendimento secundário diminuiu 9,9%, principalmente devido à redução do apoio orçamental (-8,4%), que foi atenuado pelo aumento das remessas dos migrantes (+2,2%).

O excedente da conta de capital estabeleceu-se em 1.301,6 mil milhões, contra 1.373,2 mil milhões no ano anterior, em ligação com a diminuição dos donativos-projetos em alguns países da UEMOA. As entradas líquidas de capital para a conta financeira caíram 41,3%, em ligação com a diminuição do investimento direto estrangeiro (-19,9%), juntamente com a redução dos desembolsos públicos líquidos (-17,3%). O declínio no IDE está relacionado com a finalização dos trabalhos de exploração mineira e petrolífera na Costa do Marfim, Senegal e a construção do gasoduto Níger-Benin.

Nestas condições, o saldo global da balança de pagamentos saiu deficitário de 3.530,4 mil milhões contra um défice de 3.343,1 mil milhões em 2022.

**Quadro 7: EVOLUÇÃO DA BALANÇA DE PAGAMENTOS NO PERÍODO 2021-2023
(EM MIL MILHÕES DE FCFA, SALVO INDICAÇÃO CONTRÁRIA)**

	2021	2022	2023 (*)
Balança comercial	-1 111,4	-5 140,5	-3 071,1
Balança dos serviços	-5 338,4	-6 565,2	-6 052,6
Saldo da conta de transações correntes	-5 973,6	-11 046,1	-9 107,7
Saldo da conta de transações correntes (em % PIB)	-5,9	-9,9	-7,5
Saldo da conta de transações correntes excluindo donativos (em % PIB)	-6,3	-10,3	-7,8
Saldo da conta de capital	1 482,7	1 373,2	1 301,6
Saldo da conta financeira	-5 317,5	-6 864,9	-4 028,5
Saldo global	475,7	-3 343,1	-3 530,4
Reavaliações	133,5	54,0	221,6
Varição de AEN	-609,2	3 288,7	3 308,8
PIB nominal	100 705,0	111 326,6	120 682,4

(*) Estimativas
Fonte: BCEAO

II - POLÍTICA MONETÁRIA, RESERVAS CAMBIAIS

2.1 - POLÍTICA MONETÁRIA	24
2.1.1 - Objetivos da política monetária	24
2.1.2 - Ação Monetária.....	24
2.1.2.1 - Política das taxas de juro.....	25
2.1.2.2 - Reservas Obrigatórias.....	25
2.1.3 - Operações do mercado monetário e condições de financiamento.....	26
2.1.3.1 - Operações de open market.....	26
2.1.3.2 - Operações nos balcões permanentes de refinanciamento.....	26
2.1.3.3 - Mercado interbancário.....	27
2.1.4 - Evolução dos Agregados Monetários.....	28
2.1.4.1 - Ativos Externos Líquidos.....	28
2.1.4.2 - Créditos internos.....	28
2.1.4.2.1 - Créditos líquidos sobre a Administração Pública Central (APUC).....	28
2.1.4.2.2 - Créditos à economia.....	29
2.1.4.3 - Massa monetária e base monetária.....	30
2.1.5 - Evolução das taxas devedoras.....	31
2.2 - RESERVAS CAMBIAIS	32

2.1 - POLÍTICA MONETÁRIA

2.1.1 - OBJETIVOS DA POLÍTICA MONETÁRIA

A reforma institucional, que entrou em vigor em 1 de Abril de 2010, estabelece a manutenção da estabilidade de preços como objetivo principal da política monetária do Banco Central. Sem prejuízo deste objetivo, a política monetária apoia igualmente as políticas económicas dos Estados-Membros da UEMOA, para um crescimento sustentável.

Em termos operacionais, o objetivo de estabilidade dos preços é definido como uma taxa de inflação de 2,0% com uma margem de mais ou menos 1,0% num período de 24 meses. Para atingir este objetivo, o Banco Central analisa os riscos potenciais para a estabilidade de preços e para o crescimento com base na sua análise da conjuntura macroeconómica interna e externa efetuada trimestralmente no seu relatório sobre a política monetária.

2.1.2 - AÇÃO MONETÁRIA

MEDIDAS DE POLÍTICA MONETÁRIA DURANTE O ANO 2023:

-> Continuação do aumento das taxas de juro pelo Comité de Política Monetária (CPM), iniciado em junho de 2022. A principal taxa diretora, que era de 2,75% no final de dezembro de 2022, foi aumentada três vezes em 2023 para 3,5%, a partir de 16 de dezembro de 2023.

-> Regresso ao funcionamento normal dos seus balcões a partir de 10 de fevereiro de 2023. Assim, nos balcões semanal e mensal, as licitações são agora realizadas a taxas variáveis e os montantes oferecidos são anunciados antecipadamente no aviso de concurso, como era prática antes da pandemia.

-> Manutenção de coeficientes das reservas obrigatórias aplicáveis aos bancos. A taxa permaneceu fixa em 3,00% em 2023, nível em vigor desde 16 de março de 2017.

MEDIDAS DE REGULAÇÃO DA LIQUIDEZ BANCÁRIA:

-> Manutenção do balcão especial, com uma maturidade de seis meses e de serviço completo, para o refinanciamento das Obrigações de Relance (OdR²). A estruturação das OdR e a abertura de um balcão dedicado, visavam permitir aos Estados levantar recursos longos, em condições de taxas favoráveis, para cobrir as necessidades de financiamento ligadas à crise sanitária e implementação de medidas de recuperação;

-> Encerramento do balcão especial, com prazo de vencimento de 12 meses e serviço completo, para o refinanciamento de Bilhetes de Tesouro de Apoio e Resiliência (BAR), com prazo de vencimento de doze meses. O encerramento deste balcão deveu-se ao fato de, dadas as suas características, as instituições de crédito já não possuem garantias elegíveis para beneficiar da liquidez do mesmo.

² : As Obrigações de Recuperação ou OdR são «Obrigações Assimiláveis do Tesouro de prazos médios e longos (3 anos, 5 anos, 7 anos, 10 anos, 12 anos ou mais), que são emitidas ao longo de 2021 e 2022 por meio de licitação aberta no Mercado de Títulos Públicos da UEMOA.»

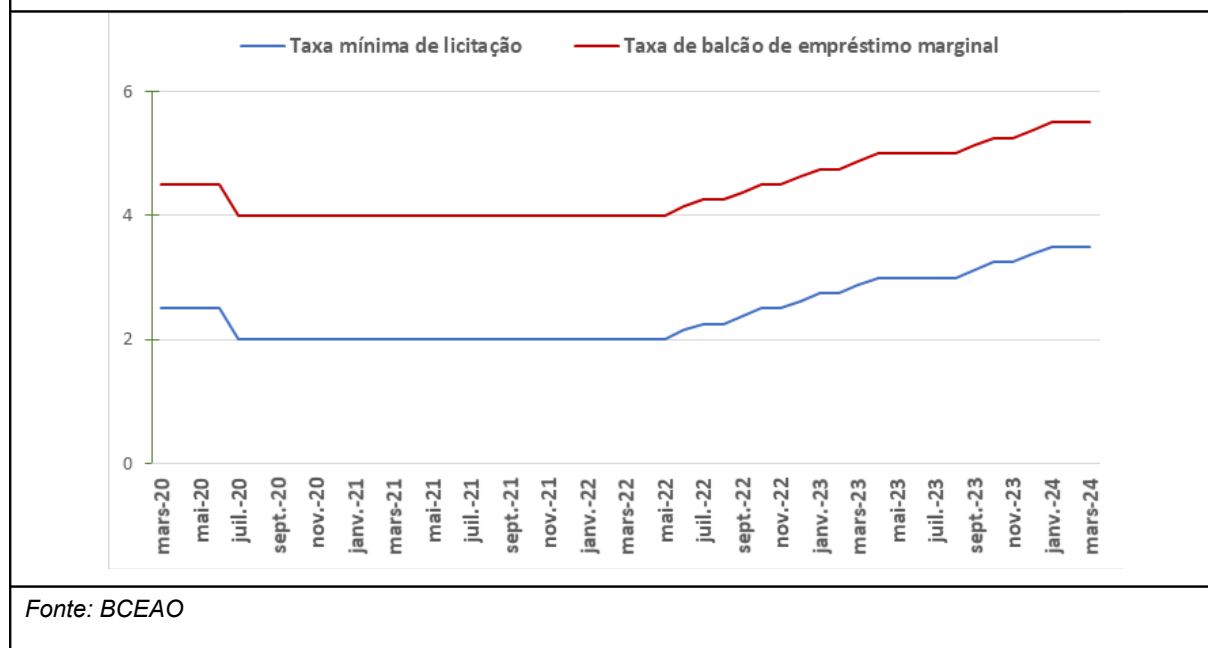
2.1.2.1 - Política das taxas de juro

O ano de 2023, decorreu num contexto em que os riscos de um regresso das pressões inflacionistas estavam a aumentar, em ligação com a subida das incertezas tanto a nível internacional como regional.

O Comité de Política Monetária (CPM) do BCEAO prosseguiu, portanto, a subida gradual das taxas diretoras iniciada a partir de junho de 2022, num ritmo moderado, para reduzir as pressões inflacionistas enfrentadas pelas economias da UEMOA. A principal taxa diretora foi gradualmente aumentada de 2,00% em junho de 2022 para 3,5% em dezembro de 2023, após seis aumentos de 25 pnb cada. Estes aumentos também levam em consideração as tensões nas contas externas da União.

Em coerência com a orientação dada pelo CPM, o BCEAO decidiu voltar ao funcionamento normal de seus balcões desde 10 de fevereiro de 2023. Assim, nos balcões semanal e mensal, as adjudicações são desde então conduzidas a taxas variáveis e os montantes oferecidos são anunciados antecipadamente no aviso de concurso, como era prática antes da pandemia.

Gráfico 10: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DIRETORAS DO BCEAO (EM %)



2.1.2.2 - Reservas Obrigatórias

O Banco Central manteve inalterado o rácio de reservas mínimas aplicável aos bancos da União, em 3,00%. Durante o ano de 2023, as reservas efetivamente constituídas pelos bancos da União representaram, em média, 202,87% das reservas exigidas pela regulamentação, contra 304,25% no ano anterior.

Convém recordar que o Banco Central optou por uma taxa única de reservas mínimas aplicável a todos os bancos da União desde 16 de dezembro de 2010, na sequência da reunião do Comité de Política Monetária. O quadro que se segue apresenta o histórico dos rácios de reservas mínimas aplicados pelo Banco Central.

Quadro 8: COEFICIENTES DE RESERVAS OBRIGATÓRIAS APLICÁVEIS AOS BANCOS (EM %)

	Até 15 de nov. 1998	16 de nov. a 15 de dez. 1998	16 de dez. 1998 a 15 de abril de 2000	16 de abril a 15 de ago. de 2000	16 de ago. a 15 de set. 2000	16 de set. de 2000 a 15 de abril de 2002	16 de abril de 2002 a 15 de março de 2004	16 de março de 2004 a 15 de jun. de 2005	16 de jun. de 2005 a 15 de jun. de 2009	16 de jun. de 2009 a 15 de maio de 2010	16 de maio a 15 de dez. 2010	16 de dez. de 2010 a 15 de março de 2012	16 de março de 2012 a 15 de março de 2017	desde 16 de março de 2017
Em percentagem (%)														
Benin	9,0	9,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	13,0	15,0	9,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Burkina	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Costa do Marfim	9,0	1,5	1,5	3,0	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Guiné-Bissau	5,0	5,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0
Mali	9,0	9,0	3,0	3,0	3,0	3,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Níger	5,0	5,0	1,5	3,0	5,0	5,0	5,0	5,0	9,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Senegal	5,0	1,5	1,5	3,0	9,0	9,0	9,0	9,0	7,0	7,0	7,0	7,0	5,0	3,0
Togo	9,0	3,0	1,5	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	5,0	7,0	5,0	3,0

Fonte: BCEAO

2.1.3 - OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO E CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

2.1.3.1 - Operações de open market

No balcão semanal de adjudicações, o montante injetado atingiu um volume de 6.200,0 mil milhões em dezembro de 2023, contra 6.558,4 mil milhões no ano anterior. O valor médio das injeções semanais de liquidez em 2023 situou-se em 6.241,4 mil milhões, um aumento de 1.587,8 mil milhões em relação ao seu nível mais alto em 2022. A taxa média anual no balcão semanal foi de 4,01% em 2023 contra 2,22% em 2022.

No balcão mensal dos concursos, o montante injetado pelo Banco Central estabeleceu-se em 675,0 mil milhões no final de dezembro de 2023 contra 2.157,4 mil milhões um ano antes. As demandas atendidas, em média, em 2023, foram de 1.383,2 mil milhões, em comparação com 1.716,7 mil milhões em 2022. A taxa média anual no balcão mensal foi de 4,09% em 2023, em comparação com 2,23% em 2022.

No balcão de recuperação dedicado aos Títulos de Estímulo (TdE), os volumes colocados em leilão fixaram-se em média em 723,3 mil milhões em 2023 em comparação com 438,8 mil milhões em 2022. Os engajamentos dos bancos no balcão de maturidade de 6 meses passaram para 575,0 mil milhões no final de dezembro de 2023, após 655,8 mil milhões no mesmo período do ano anterior. O Balcão de Obrigações de Apoio à Resiliência (BAR), fechou desde 29 de agosto de 2023 com o término dos VAR.

2.1.3.2 - Operações nos balcões permanentes de refinanciamento

Nos primeiros 11 meses de 2023, não foram solicitados recursos junto do balcão de empréstimo marginal. No entanto, em dezembro de 2023, em linha com a antecipação de possíveis pressões decorrentes da elaboração dos feriados de final de ano, os bancos aumentaram os seus engajamentos com o BCEAO, por meio deste balcão. No final de dezembro de 2023, o stock de refinanciamento no balcão de empréstimo marginal totalizou 975,0 mil milhões.

No que se refere ao balcão especial de refinanciamento, que entrou em vigor em janeiro de 2014 e no qual os bancos podem mobilizar recursos por sua própria iniciativa com prazos de três a

doze meses, à taxa do balcão de empréstimo marginal, com suportes de vida útil residual é superior a cinco anos, nenhum engajamento foi assumido com o BCEAO em 2023.

2.1.3.3 - Mercado interbancário

O volume médio de transações com todas as maturidades foi de 704 mil milhões de francos CFA em 2023, contra 595 mil milhões de francos CFA em 2022, um aumento de 18%. As operações cobriram maturidades indo de um (1) dia para doze (12) meses. Os compartimentos de uma semana e de um dia foram mais ativos, representando respectivamente 62% e 28% do volume médio das transações, contra 62% e 16% em 2022.

Em relação ao montante médio das injeções de liquidez, o volume das operações interbancárias situou-se em 8,4% em 2023 contra 9,0% em 2022.

Quanto às taxas de juros, o segmento de uma semana registou um aumento na taxa de juros média ponderada de 2,87% em 2022 para 5,37% em 2023.

Quadro 9: EVOLUÇÃO DAS TAXAS INTERBANCÁRIAS EM 2023 (MÉDIA PONDERADA EM PERCENTAGEM)

	1 dia	1 semana	2 semanas	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	12 meses
Janeiro	3.44	3.53	3.95	4.09	3.2	4.5	-	-
Fevereiro	3.88	3.71	4.36	4.39	4.85	4.29	3.55	-
Março	5.26	5.18	5.76	5,53	4.15	4.75	-	-
Abril	5.52	5.53	5.81	5.96	-	5.55	-	5.25
Maio	5.56	5.51	5.78	5,72	5.18	5.64	-	-
Junho	5.19	5.53	5.82	5.96	4.48	5.6	-	3.00
Julho	4.97	5.03	5.53	5.52	-	5.65	-	-
Agosto	4.04	4.72	5.3	5.73	5.81	-	-	-
Setembro	4.29	4.86	5.24	5.8	4.57	-	-	-
Outubro	4.39	4.8	5.53	5.12	-	5,75	-	-
Novembro	4.84	5.14	5.69	5.36	5.27	5.52	5	5.00
Dezembro	5.42	5.74	5.48	5.75	5.5	5.6	-	3.44
Média	5.32	5.37	5.68	5.72	5.29	5.48	4.37	4.93

Fonte: BCEAO

Quadro 10: Evolução dos empréstimos interbancários na UMOA em 2023 (em milhões de FCFA)

	Montantes médios		Saldo médio dos empréstimos	Faixa das taxas (em %)	Duração dos empréstimos
	Total	Incluindo UMOA			
Janeiro	510 698	299 860	746 744	3,20 a 4,50	1 dia a 6 meses
Fevereiro	867 013	567 629	954 598	3,55 a 4,85	1 dia a 9 meses
Março	925 326	648 611	809 368	4,75 a 5,76	1 dia a 12 meses
Abril	686 233	451 228	800 590	5,25 a 5,96	1 dia a 6 meses
Maio	652 750	419 241	899 844	5,18 a 5,78	1 dia a 6 meses
Junho	759 315	485 483	818 710	3,00 a 5,96	1 dia a 6 meses
Julho	659 960	454 798	737 161	4,97 a 5,65	1 dia a 3 meses
Agosto	581 614	407 996	666 425	4,04 a 5,81	1 dia a 12 meses
Setembro	721 581	456 394	806 566	4,29 a 5,80	1 dia a 12 meses
Outubro	713 727	459 627	717 632	4,39 a 5,75	1 dia a 3 meses
Novembro	804 087	611 744	732 702	4,84 a 5,69	1 dia a 12 meses
Dezembro	569 097	455 091	506 686	3,44 a 5,75	1 dia a 12 meses
Média	704 283	476 475	766 419		

Fonte: BCEAO

2.1.4 - EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS MONETÁRIOS

A situação monetária da União para 2023 foi marcada por uma desaceleração do agregado monetário, que cresceu em 3,5%, após 11,3% em 2022. Os desfavoráveis desenvolvimentos de contas externas, relacionados com uma mobilização de recursos mais fraca no estrangeiro, e a normalização da política monetária do BCEAO, abrandaram a dinâmica da oferta de moeda.

2.1.4.1 - Ativos Externos Líquidos

Os ativos externos líquidos das instituições monetárias registaram uma diminuição de 3.308,8 mil milhões, em finais de dezembro de 2023. Esta evolução explica-se pela baixa de 2.733,8 mil milhões dos ativos externos líquidos do Banco Central e uma contração de 575,0 mil milhões dos bancos. O nível de reservas cambiais garante uma taxa de cobertura de emissão monetária de 56,3% e 3,5 meses de importações de bens e serviços, em finais de dezembro de 2023 contra 63,4% e 4,3 meses no ano anterior.

2.1.4.2 - Créditos internos

Os créditos internos em circulação aumentaram 6.309,6 mil milhões, ou seja 12,2%, em relação ao nível de finais de dezembro de 2022, para se fixar em 58.069,6 mil milhões no final de dezembro de 2023. Esta evolução é induzida pelo efeito combinado da consolidação dos créditos líquidos da Administração Pública Central (APUC) e dos créditos a outros setores das economias da União.

2.1.4.2.1 - Créditos líquidos sobre a Administração Pública Central (APUC)

Durante 2023, os Estados continuaram a solicitar o mercado financeiro regional da dívida pública para financiar o seu défice orçamental. Os créditos líquidos de todas as instituições de depósito sobre Administração Pública Central, aumentaram em 3.370,0 mil milhões em 2023, ou seja

16,5%. Em particular, os créditos líquidos dos bancos das administrações públicas centrais consolidaram-se de 28.8 mil milhões, ou seja, uma alta de 0.2%. O volume de títulos públicos em circulação aumentou 1,0% em 2023, passando de 17.637,7 mil milhões para 17.819,1 mil milhões. No BCEAO, os créditos líquidos registaram um aumento de 3.341,2 mil milhões (+106,8%), principalmente devido à implementação das operações de financiamento do FMI a favor dos Governos (+936,8 mil milhões) e aquisições de títulos públicos (1.938,7 mil milhões) realizadas no âmbito da operação especial de recompra de títulos públicos no mercado secundário.

**Quadro 11: CRÉDITOS LÍQUIDOS DAS INSTITUIÇÕES DEPOSITÁRIAS NA APUC
(EM MIL MILHÕES DE FCFA)**

	dez 22	dez 23	Variação anual %
Créditos líquidos sobre as APUC	20 380,0	23 750,0	16,54
Créditos das instituições depositárias	27 100,3	30 194,9	11,42
Créditos	9 446,3	10 339,2	9,45
Carteiras de títulos públicos	17 637,7	19 839,1	12,48
Outras disponibilidades	16,2	16,6	2,47
Engajamentos das instituições depositárias	6 720,3	6 444,9	-4,10
Dinheiro em caixa do Tesouro no Banco Central	30,4	30,4	0,00
Depósitos	6 541,8	6 218,3	-4,95
Outros compromissos	148,1	196,1	32,41

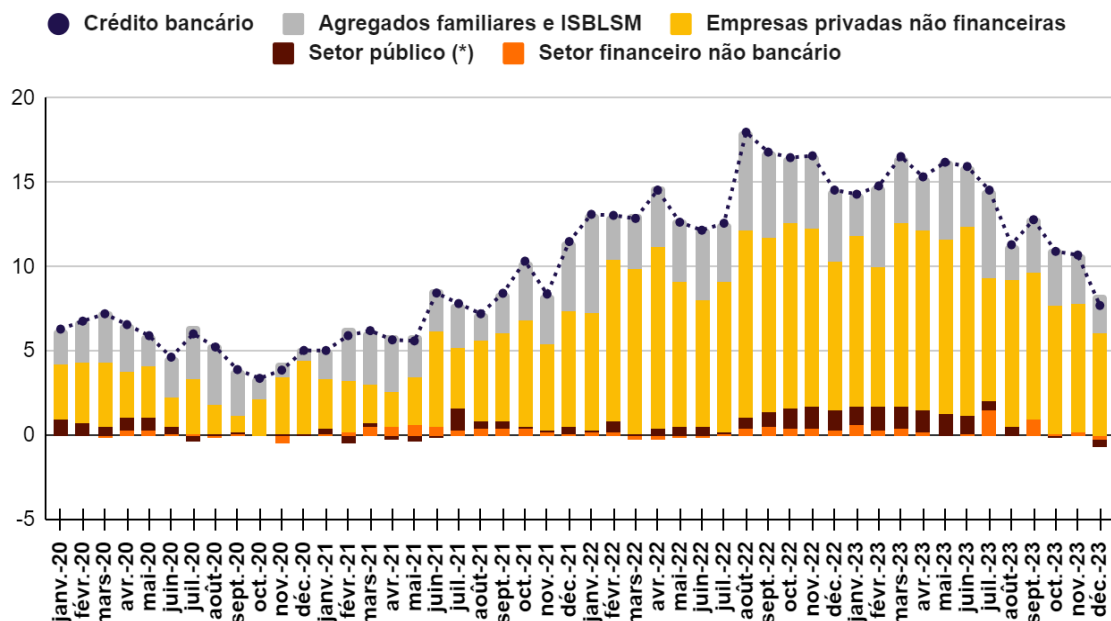
Fonte: BCEAO

2.1.4.2.2 - Créditos à economia

O ritmo de crescimento dos créditos das instituições de depósito sobre os setores da economia, com exceção da administração central, registou uma alta de 9,4% em 2023, após 14,4% em 2022. Esta evolução está associada à continuação do dinamismo da atividade económica nos países da UEMOA, apesar das medidas de política monetária tomadas para combater as pressões inflacionistas.

Este aumento do crédito é principalmente impulsionado pelo aumento dos créditos bancários a empresas e agregados familiares (+2.508,6 mil milhões), com uma contribuição de 8,0 pontos percentuais. Os créditos às empresas privadas aumentaram 10,1% e os concedidos às famílias aumentaram 7,6%.

**Gráfico 11: CRESCIMENTO ANUAL DO CRÉDITO BANCÁRIO
(EM PONTOS PERCENTUAIS)**



(*) Administrações locais e empresas públicas não financeiras

Fonte: BCEAO

2.1.4.3 - Massa monetária e base monetária

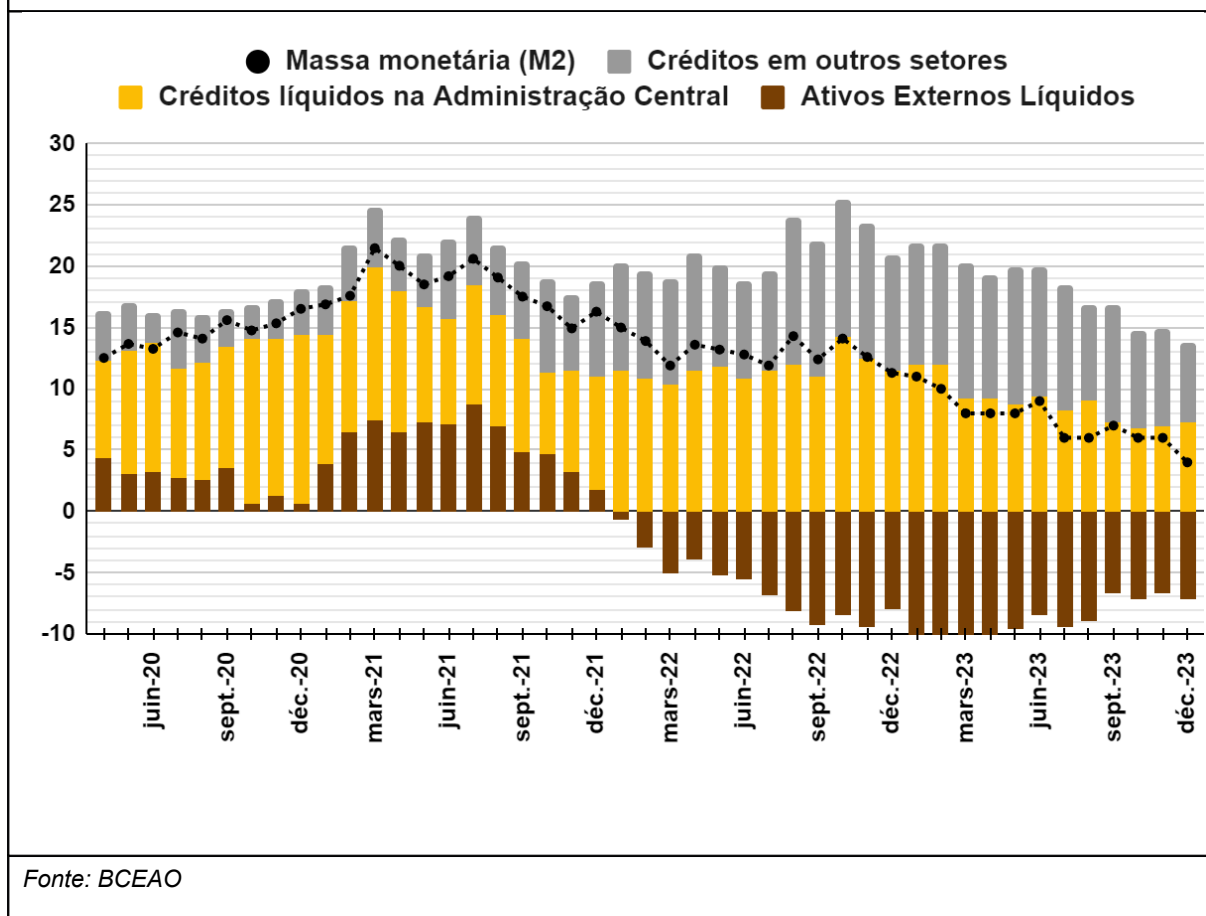
A MASSA MONETÁRIA CONSOLIDOU-SE EM 1.616,3 MIL MILHÕES OU **3,5%** DE UM ANO PARA O OUTRO, PARA FIXAR-SE EM **47.778,4** MIL MILHÕES NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2023.

A BASE MONETÁRIA CONTRAIU-SE EM **814,1** MIL MILHÕES OU **5,1%** EM 2023, SITUANDO-SE EM **15.119,5** MIL MILHÕES NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2023

Em ligação com o crescimento de seus compartimentos, a massa monetária consolidou-se de 1.616,3 mil milhões ou 3,5% de um ano para o outro, para fixar-se em 47.778,4 mil milhões no final de dezembro de 2023. Este reforço da liquidez global traduziu-se no fortalecimento dos depósitos de 1.280,8 mil milhões ou 3,6% e da circulação monetária, que aumentou 335,5 mil milhões ou 3,2% para estabelecer-se em 10.673,8 mil milhões.

A base monetária recuou em 814,1 mil milhões, ou 5,1%, em 2023, para se situar em 15.119,5 mil milhões no final de dezembro de 2023. Esta evolução é impulsionada pela redução das operações de crédito aos bancos e instituições financeiras (-751,6 mil milhões) e dos ativos externos líquidos do Banco Central (-2733,8 mil milhões). Foi mitigada pelo aumento das dívidas líquidas das administrações públicas centrais em 3.341,2 mil milhões, incluindo 340,8 mil milhões de créditos através dos apoios do FMI.

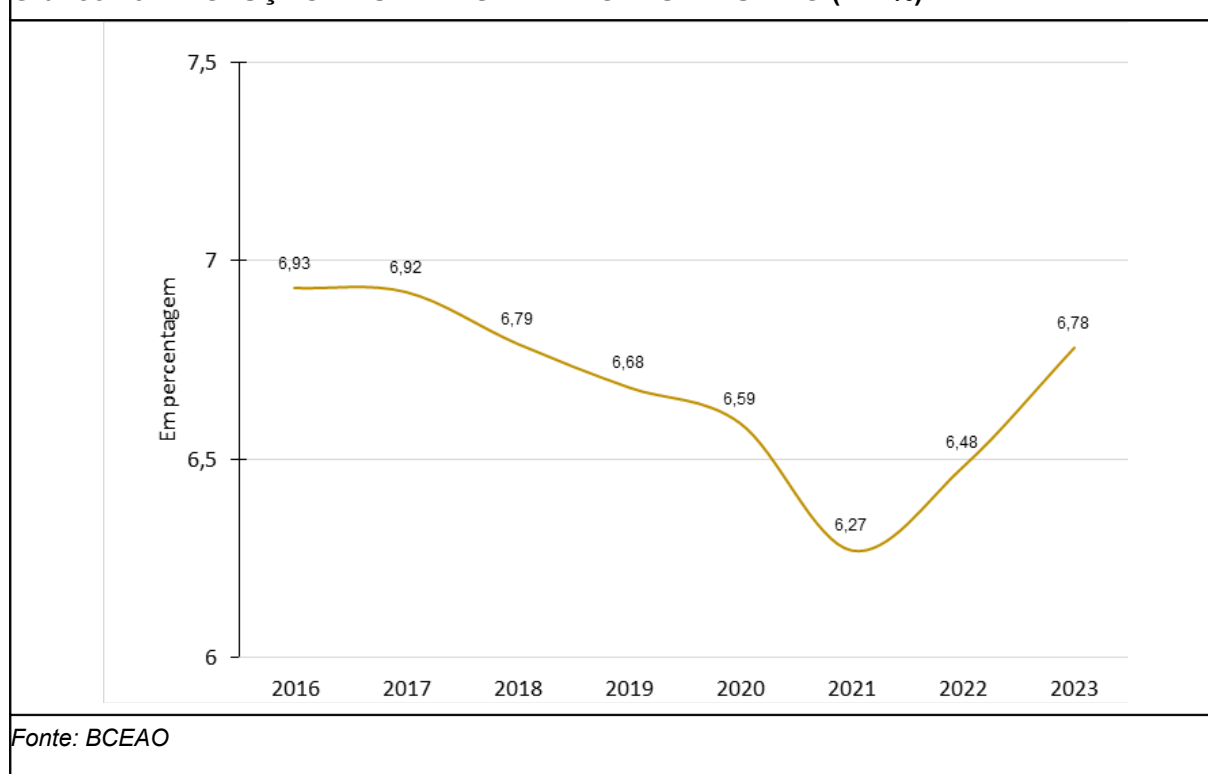
Gráfico 12: CRESCIMENTO ANUAL DA MASSA MONETÁRIA (EM %)



2.1.5 - EVOLUÇÃO DAS TAXAS DEVEDORAS

Para o acompanhamento das condições dos bancos, observou-se um aumento do custo do crédito na maioria dos países da UEMOA em 2023, num contexto de aumentos sucessivos das taxas de referência do BCEAO. Com efeito, a taxa de juro devedora média na União, passou de 6,48% em 2022 para 6,78% em 2023, ou seja, um aumento de 30 pontos base.

Gráfico 13: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DEVEDORAS NA UNIÃO (EM %)



2.2 - RESERVAS CAMBIAIS

No ano de 2023, a gestão das reservas cambiais do BCEAO foi realizada num ambiente marcado pela manutenção das pressões sobre as reservas cambiais da União, em ligação com o aumento dos preços dos produtos alimentares e energéticos, requerendo esforços contínuos para a sua consolidação e adaptação da sua gestão, de modo a assegurar uma gestão eficaz dos pedidos de pagamento em divisas apresentados nos balcões do Banco Central.

Neste contexto, foram tomadas medidas para elevar os fundos de reserva a um nível adequado, nomeadamente o reforço das ações de controlo do repatriamento das receitas de exportação, para um melhor cumprimento das disposições da regulamentação das relações financeiras externas e diversificação dos instrumentos de gestão que permitam melhorar a liquidez das reservas cambiais e uma cobertura máxima das necessidades de pagamentos externos do BCEAO.

Neste contexto, o BCEAO prosseguiu a política de investimento dos seus ativos em divisas, no estrito respeito dos princípios e práticas comumente aceites para a gestão das reservas cambiais oficiais, em especial as Diretivas do FMI na matéria. A este respeito, os ativos de reserva foram objeto de investimento em ativos monetários e obrigacionistas, tendo em conta os seus critérios de liquidez e segurança.

CAIXA 1: REPATRIAMENTO DE RECEITAS DE EXPORTAÇÃO

As exportações de mercadorias fora da UEMOA são estimadas em 16.272 mil milhões de FCFA no ano de 2023, uma queda de 307 mil milhões (-2%) na variação anual. Os repatriamentos de divisas relacionados às vendas externas somaram 12,114 mil milhões, um aumento de 695 mil milhões (+6%), em comparação com as realizações de 11,419 milhões registadas em 2022.

Neste contexto, a taxa de repatriamento atingiu 74% em 2023, um aumento em relação à taxa de 69% registada no ano anterior. Esta evolução favorável resulta da melhoria concomitante da taxa de encaixe dos operadores económicos e da taxa de cessão dos bancos ao Banco Central.

A taxa de recebimentos das receitas de exportação pelos operadores económicos nos livros dos bancos locais, foi de 86%, recuperando cinco pontos percentuais (pdp), apesar de uma taxa de domiciliação em ligeira queda de um ano para o outro (94% contra 95% em 2022).

Por sua vez, os bancos da União cederam 86% das receitas de exportação em divisas no ano 2023, contra 85% no ano anterior. A exigência de que os intermediários autorizados cedam pelo menos 80% das receitas recebidas, foi observada em média em todos os países da União, embora individualmente 23 bancos apresentem uma taxa de cessão inferior ao padrão regulamentar.

Em relação às exigências comunitárias, os fundos não repatriados foram de 2.260 mil milhões, contra 3.186 mil milhões no ano anterior. A atenuação do não repatriamento em comparação anual (-926 mil milhões) resulta essencialmente da melhoria da conformidade dos operadores económicos (-890 mil milhões sobre o incumprimento) e, em menor grau, de instituições de crédito com um montante de 61 mil milhões, após 97 mil milhões no ano anterior (-36 mil milhões).

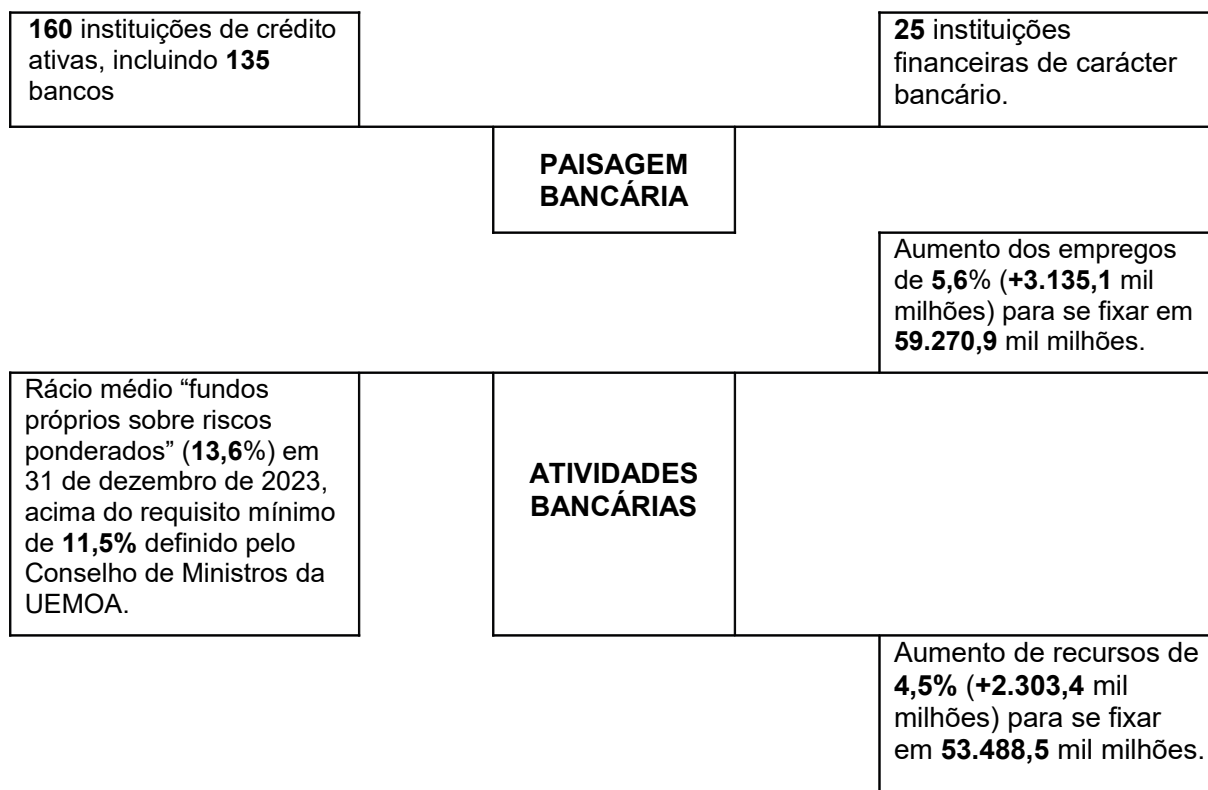
Em última análise, a perda de receitas para o conjunto comum de divisas, imputável ao incumprimento das obrigações a cargo dos operadores económicos e instituições de crédito, é estimada em 14% das exportações, contra 19% em 2022.

III - SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO, FINANCIAMENTO DAS ECONOMIAS

3.1 - SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROFINANCA.....	36
3.1.1 - Situação financeira das instituições de crédito.....	36
3.1.2 - Centralização dos Riscos Bancários.....	37
3.1.3 - Funcionamento do Bureau de Informação sobre o Crédito (BIC)	39
3.1.4 - Situação financeira das instituições de microcrédito.....	40
3.2 - PROMOÇÃO DO MECANISMO DE APOIO AO FINANCIAMENTO DE PME/PMI	41
3.3 - MERCADO FINANCEIRO.....	42
3.3.1 - Recursos mobilizados pelos Estados no mercado primário.....	42
3.3.1.1 - <i>Mobilização de recursos no mercado regional.....</i>	<i>42</i>
3.3.1.2 - <i>Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional.....</i>	<i>43</i>
3.3.2 - Evolução da atividade bolsista.....	44

3.1 - SITUAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO E INSTITUIÇÕES DE MICROFINANCA

3.1.1 SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO



Em 31 de dezembro de 2023, o setor bancário da União é constituído de 160 instituições autorizadas, das quais 157 em atividade, ou seja 135 bancos e 25 estabelecimentos financeiros de carácter bancário. Durante o ano de 2023, o setor bancário da UMOA registou a autorização de quatro estabelecimentos, em ocorrência, três bancos: AFG Bank Costa de Marfim, *Algerian Bank of Senegal*, *Orange Bank* no Senegal é um estabelecimentos financeiro, a Sociedade de Garantia de Crédito para Pequenas e Médias Empresas (SGPME) na Costa do Marfim, bem como a retirada da autorização para o BPCI após a contribuição parcial dos seus ativos para o AFG Bank CI.

Num contexto marcado pela normalização e endurecimento da política monetária, a atividade dos estabelecimentos de crédito continuou a crescer em 2023, mas a um ritmo moderado em comparação com 2022.

Em 2023, os estabelecimentos de crédito da União demonstraram a sua vontade de continuar a financiar a atividade económica. Assim, no final de dezembro de 2023, os recursos e empregos se consolidaram respetivamente de 2.303,4 mil milhões (+4,5 %) e de 3.135,1 mil milhões (+5,6%) em relação ao final de dezembro de 2022, para se fixar em 53.488,5 mil milhões e 59.270,9 mil milhões.

A progressão dos recursos é impulsionada pelo conjunto das suas componentes, a saber, os depósitos e empréstimos (+2,6 % ; +1.129,1 mil milhões), os fundos próprios líquidos (+11,2 % ; +612,0 mil milhões) e outros diversos recursos (+22,5 % ; +562,3 mil milhões). A estrutura destes recursos, que reflete a dos bancos de retalho, é constituída por 82,9% de depósitos de clientes, 11,4% de fundos próprios líquidos e 5,7% de outros recursos. Em dezembro de 2022, esses rácios foram de 84,4%, 10,7% e 4,9%, respectivamente.

A melhoria dos empregos provém essencialmente dos créditos à clientela (+6,8 % ; +2.240,5 mil milhões), da carteira de títulos (+2,5 % ; +493,0 mil milhões) e de aplicações diversas (+10,7 % ; +401,6 mil milhões). No final de dezembro de 2023, as aplicações bancárias eram compostas de 59,0% de créditos aos clientes, 34,0% de títulos e 7,0% de aplicações diversas. Em dezembro de 2022, essas aplicações estavam repartidas em 58,3%, 35,0% e 6,7%, respectivamente.

A tesouraria dos estabelecimentos de crédito, estruturalmente deficitária, cifrou-se em -5.782,3 mil milhões, após -4.950,6 mil milhões no ano anterior. O défice observado aumentou assim em 831,7 mil milhões em comparação com o final de dezembro de 2022.

Além disso, a qualidade da carteira do setor bancário deteriorou em 0,3 pontos percentuais. Passou de 8,4% em dezembro de 2022 para 8,7% em dezembro de 2023. A taxa líquida aumentou de 2,9% para 3,4%.

Em termos prudenciais, o setor bancário manteve-se globalmente solvável e resiliente, apesar de um ambiente internacional relativamente instável. Com efeito, com base nas declarações dos estabelecimentos de crédito no final de dezembro de 2023, o rácio de solvabilidade total foi de 13,6%, muito acima do nível mínimo de 11,5% exigido pelo dispositivo prudencial. A taxa de conformidade dos estabelecimentos de crédito declarantes foi de 90,2%.

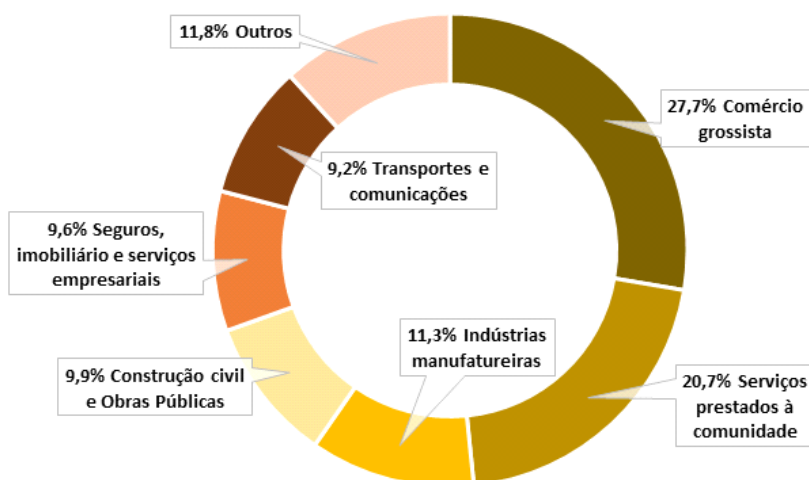
No entanto, a situação de alguns bancos continua frágil face ao nível negativo dos seus fundos próprios. Estes bancos são objeto de um acompanhamento atento da Comissão Bancária através de recomendações para a implementação de ações corretivas ou medidas de recuperação.

3.1.2 - CENTRALIZAÇÃO DOS RISCOS BANCÁRIOS

A título da centralização dos riscos bancários, o montante do stock global de utilização de créditos recenseados na Central de Riscos é estimado em 18.295,6 mil milhões no final de dezembro de 2023, contra 17.013,6 mil milhões em 31 de Dezembro de 2022, ou seja, um aumento de 7,5%. É constituído por 58,9% de créditos a curto prazo, correspondendo a um montante de 10.778,2 mil milhões e 41,1% de créditos a médio e longo prazos, equivalentes a 7.517,4 mil milhões.

Estes riscos estão essencialmente concentrados nos setores «Comércio de grosso» (27,7%), «Serviços prestados à coletividade» (20,7%), «Indústrias transformadoras» (11,3%), «Construção civil e obras públicas» (9,9%), «Seguros, negócios imobiliários e serviços às empresas» (9,6%) e «Transportes e comunicações» (9,2%). Estes seis ramos de atividade representam mais de 88% dos créditos declarados à Central dos riscos.

Gráfico 14: NÍVEIS DE CONCENTRAÇÃO DE RISCOS BANCÁRIOS POR SETOR DE ATIVIDADES (EM %)



Fonte: BCEAO

CAIXA 2: CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS

A fim de aumentar o volume dos efeitos privados elegíveis nos seus balcões de refinanciamento, o BCEAO criou, em 2020, um dispositivo de cotação. Após a implementação do dispositivo, foram realizadas investigações para a sua extensão à notação, a fim de associar a cada perfil de risco a probabilidade de incumprimento das empresas não financeiras da União. Assim, durante o ano de 2021, o dispositivo de cotação migrou para um sistema de notação.

Quadro conceitual da Notação

O dispositivo de notação baseia-se na quantificação das probabilidades de incumprimento a partir dos dados financeiros extraídos da Central de Balanços, complementados por informações qualitativas sobre o comportamento de pagamento da empresa, disponíveis nos outros centros de informação. Com base nos ensinamentos retirados das diferentes partilhas de experiência, foi realizada uma desagregação do modelo estatístico básico para afinar a probabilidade de incumprimento no horizonte de um ano das empresas não financeiras da União em função da sua dimensão e em termos de volume de negócios anual. Isto permitiu distinguir as Grandes Empresas (GE) das Pequenas e Médias Empresas (PME).

A partir das probabilidades de incumprimento assim calculadas, foram construídas cinco (5) classes de risco, que vão de A (classe excecional com menor probabilidade de incumprimento) a E (classe de falha com maior probabilidade de incumprimento).

Resultados da notação das empresas não financeiras disponíveis na Central de balanços

Com base nas informações disponíveis na Central de Balanços, constata-se que 11.440 empresas foram objeto de declarações de crédito nas centrais de informações, no valor total de FCFA 13.015,1 mil milhões. A avaliação realizada com base no modelo de notação implementado revela que, das 11.440 empresas, 4.057 - divididas em 1.812 Grandes Empresas e 2.245 Pequenas e Médias Empresas - encontram-se na classe A e 7.383 são distribuídas entre as classes B e E. Tendo em conta a possibilidade de elegibilidade para o refinanciamento com a garantia soberana, o número de empresas cujos efeitos seriam admissíveis nos balcões do Banco Central, estabelece-se em 6.337 com o stock de créditos declarados num montante de 6.568,6 mil milhões de FCFA.

3.1.3 - FUNCIONAMENTO DO BUREAU DE INFORMAÇÃO SOBRE O CRÉDITO (BIC)

BIC 91,2 %	PROGRESSÃO DO NÚMERO DE CLIENTES NA BASE BIC
Em 31 de dezembro de 2023, 239 estabelecimentos sujeitos à União das 262 em causa, ou seja, 91,2% , participaram no sistema de partilha de informações sobre o crédito.	30.694 NO FINAL DE FEVEREIRO DE 2016

Em 31 de dezembro de 2023, 239 estabelecimentos sujeitos da União sobre os 262 concernentes, seja 91,2%, participaram no sistema de partilha de informações sobre o crédito, após testes de qualificação. Além disso, vinte e um (21) grandes faturadores, nomeadamente as principais empresas de fornecimento de eletricidade, de distribuição de água, de telefonia móvel e de telecomunicações repartidas entre o Benin, Costa do Marfim, Níger, Senegal e Togo, estão ligados ao mecanismo de partilha de informações sobre o crédito e comunicam dados ao BIC da UMOA. Para o Burkina e o Mali, na sequência da adoção dos Decretos n°2020-0726/PRES/PM/MINEFID/MDENP/MCIA de 24 de Agosto de 2020 e n°2021-0778/PT-RM de 09 de novembro de 2021, estão em curso trabalhos para a integração dos dados dos grandes faturadores destes países na plataforma de partilha de dados do GIC.

O número de clientes com informações disponíveis na base do BIC passou de 30.694 em finais de fevereiro de 2016, período de início das atividades do CREDITINFO WEST ÁFRICA (CIWA), para 15.164.656 em 31 de dezembro de 2023, na proporção de 338.859 pessoas coletivas e 14.825.797 pessoas singulares. Estima-se que, em 31 de dezembro de 2022, o número de clientes era de 13.367.638, composto por 314.618 pessoas jurídicas e 13.053.020 pessoas físicas. Esta evolução explica-se pela adoção de textos legislativos pelo conjunto dos Estados-Membros da União, que dispensam os estabelecimentos sujeitos da obrigação de recolha prévia de consentimento para a partilha dos dados dos clientes que beneficiaram de empréstimos antes da data de entrada em vigor da lei uniforme. A estas disposições junta-se a adoção, pela maior parte destes países, de textos adicionais que autorizam o processamento automatizado dos dados dos grandes faturadores a integrar na plataforma eletrónica que partilha informações sobre o crédito.

Além disso, o CIWA propôs uma nova tabela de preços de serviços de informação de crédito para 2024. Esta nova grelha homologada pelo BCEAO em novembro de 2023, continua a constituir um incentivo, com a revisão em baixa da tarifação dos relatórios de score para os nanocréditos, a fim de ter em conta a especificidade deste tipo de financiamento, que incide, na maior parte dos casos, sobre montantes relativamente baixos, concedidos para períodos curtos.

3.1.4 - SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇA

540 instituições de microfinança (IMF)		MICROFINANÇA
	SETOR DA MICROFINANÇA	<p>-> Número de Beneficiários: +7,0% 18,1 milhões no final de dezembro de 2023 16,9 milhões no final de dezembro de 2022</p> <p>-> Depósitos recolhidos: +11,9% 2.263,8 mil milhões no final de dezembro de 2023, 2.023,7 mil milhões no final de dezembro de 2022</p> <p>-> Créditos concedidos: +18,1% 2.561,1 mil milhões no final de dezembro de 2023, 2.170,6 mil milhões no final de dezembro de 2022</p>
4.778 pontos de atendimento no final de dezembro de 2023		

Em 2023, o setor de microfinança da UMOA continuou a ser dinâmico em termos de intermediação e acesso das populações a serviços financeiros. Com efeito, com base nas informações disponíveis, no final de dezembro de 2023, o número de beneficiários das prestações das instituições de microfinança atingiu 18,1 milhões contra 16,9 milhões no final de dezembro de 2022, o que representa um aumento de 7,0%. Esta evolução traduz a continuação da penetração da finança descentralizada no seio das populações-alvo. O número de instituições de microfinança subiu para 540 no final de dezembro de 2023 em comparação com 542 no final de dezembro de 2022, enquanto o número de pontos de atendimento aumentou de 4.616 para 4.778 no mesmo período.

A atividade de intermediação financeira dos SFD, consolidou-se com a evolução do saldo dos depósitos e créditos. Com efeito, os depósitos recolhidos pelos SFD estabeleceram-se em 2.263,8 mil milhões em finais de dezembro de 2023 contra 2.023,7 mil milhões em finais de dezembro de 2022, ou seja, um aumento de 11,9%. Eles representam 5,1% dos depósitos recolhidos pelas instituições de crédito da União durante o período em análise. A estrutura a termo de depósitos continua a ser caracterizada pela predominância dos depósitos à ordem (55,0%), com uma tendência ascendente dos depósitos a prazo que agora representam 22,9%. Outros depósitos representaram 22,1%. A poupança mobilizada pelos SFD, foi constituída em torno de 43,0% pelos homens, 22,4% pelas mulheres e 34,6% pelos grupos. O valor médio dos depósitos por cliente foi de 125.092 FCFA no final de dezembro de 2023, contra 119.697 FCFA no final de dezembro de 2022, um aumento de 4,5%.

O saldo dos créditos concedidos pelas instituições de microfinança aumentou de 18,0%, passando de 2.170,6 mil milhões no final de dezembro de 2022 para 2.561,1 mil milhões no final de dezembro de 2023. Ele representa 7,3% do saldo dos créditos concedidos pelas instituições de crédito da União, em finais de dezembro de 2023. Por outro lado, os créditos a curto prazo representaram 51,1% do conjunto das contribuições concedidas pelos SFD. Os empréstimos a médio e longo prazo representaram, respetivamente, 30,6% e 18,3%. O saldo médio dos financiamentos dos SFD por

membro registou um aumento de 10,2%, situando-se em 141.519 em finais de dezembro de 2023, contra 128.420 em finais de dezembro de 2022.

A qualidade da carteira de créditos dos SFD, melhorou ligeiramente durante o período em análise. De fato, a taxa bruta de degradação da carteira dos SFD da UMOA foi de 6,2% no final de dezembro de 2023, após 6,9% no final de dezembro de 2022. Contudo, continua acima da norma de 3% geralmente aceite no setor. No que diz respeito às ações de saneamento do setor, o ano de 2023 foi marcado pela implementação das ações previstas na Estratégia Regional de Inclusão Financeira (ERIF), nomeadamente o apoio à recuperação das instituições de microfinança em dificuldade na UMOA. Com efeito, é necessário assinalar o início das missões de elaboração dos planos de recuperação para as instituições que foram objeto de diagnóstico no Benin, na Costa do Marfim, no Senegal e no Togo. De facto, vale a pena notar o início de missões para desenvolver planos de recuperação para instituições que foram diagnosticadas no Benin, Costa do Marfim, Senegal e Togo. Estas missões continuarão no Burkina, Mali e Níger em 2024. Na Guiné-Bissau, foi elaborado um plano de recuperação específico na sequência de uma missão de diagnóstico do setor da microfinança nesse país, realizada pelo BCEAO em 2022.

3.2 - PROMOÇÃO DO DISPOSITIVO DE APOIO AO FINANCIAMENTO DE PME/PMI

DISPOSITIVO PME:
De janeiro a junho de 2023:
-> 5.623 PME apoiadas por SAE/EAO
-> 1.238 PME a receber empréstimos
-> 40.662 milhões de FCFA em créditos concedidos

Durante o exercício de 2023, o BCEAO reforçou as ações de promoção do dispositivo de apoio ao financiamento das PME/PMI (Mecanismo PME), nomeadamente através de intervenções durante *workshops* e formações, seguimento do progresso da gestão por outros atores do referido dispositivo, bem como a implementação das ações adotadas no Plano de Ação para reforçar a eficácia do Dispositivo PME.

Para lembrar, com base nos resultados registados pelo dispositivo PME desde o seu lançamento em 2018, o BCEAO propôs um plano de ação, aprovado em 17 de dezembro de 2021 pelo Conselho de Ministros da UMOA, a fim de reforçar a eficácia do mecanismo. Neste contexto, as medidas propostas visam melhorar a orientação do dispositivo PME, fortalecer o envolvimento das partes interessadas, harmonizar a avaliação de risco realizada pelos bancos em PME elegíveis ao Mecanismo e medidas de seguimento do plano de ação.

O trabalho relacionado com o eixo 1 foi implementado. Incidem sobre a revisão das atribuições dos Comitês de Identificação das Estruturas de Apoio e Enquadramento (CIEAE) e a melhoria das modalidades de seleção e avaliação das Estruturas de Apoio e Enquadramento (EAE). Até à data, um projeto de regulamento interno do novo órgão de pilotagem, denominado «Comité Nacional de Pilotagem do dispositivo PME (CNP-DPME)», um modelo de Decreto interministerial que cria este Comité e critérios harmonizados de seleção dos EAE revistos, estão a ser adotados pelos Estados-membros.

Estes esforços fortaleceram o entusiasmo das PME em torno do dispositivo ao longo dos últimos dois anos. De facto, o número de PME apoiadas por EAE aumentou de 1.237 no final de junho de 2021 para 5.623 no mesmo período de 2023, ou seja, um aumento de mais de 454%. O

número de beneficiários de crédito também aumentou de 68 PME para 1.238 PME no final de junho de 2023. O montante total de créditos concedidos é de 40.662 milhões de FCFA, em alta de mais de 641% em comparação com junho de 2021 (6.341 milhões de FCFA).

3.3 - MERCADO FINANCEIRO

3.3.1: RECURSOS MOBILIZADOS PELOS ESTADOS NO MERCADO PRIMÁRIO

RECURSOS **MOBILIZADOS** PELOS ESTADOS DA UEMOA NO MERCADO REGIONAL DA DÍVIDA PÚBLICA **8.746,0** MIL MILHÕES, OU SEJA, UMA BAIXA DE **60,7** MIL MILHÕES EM RELAÇÃO AO FINAL DE DEZEMBRO DE 2022.

3.3.1.1 - Mobilização de recursos no mercado regional

Os recursos obtidos pelos Estados membros da UEMOA no mercado regional da dívida pública em 2023 ascenderam a 8.326,7 mil milhões, ou seja, um recuo de 60,7 mil milhões em relação ao final de dezembro de 2022. Esta baixa explica-se nomeadamente pela baixa das obrigações do Tesouro (-27,2 %), atenuado pelo aumento das obrigações do Tesouro (+105,8 %).

No segmento dos títulos do Tesouro, os Estados-Membros mobilizaram 3.613,6 mil milhões em 2023, ou seja, 41,3% dos recursos obtidos no mercado financeiro regional, contra um montante de 1.755,8 mil milhões no ano anterior. As emissões de maturidade 12 meses, foram as mais solicitadas, com um valor global de 1.624,7 mil milhões, ou 45,0% dos títulos emitidos durante o período.

No segmento das obrigações, os Tesouros Públicos obtiveram 5.132,4 mil milhões em 2023 contra 7.050,9 mil milhões no ano precedente. Este declínio acentuado seria explicado pela preferência dos bancos por títulos de maturidade mais curta em relação às suas restrições de liquidez. A maturidade mais solicitada foi de mais de 3 anos (53,5% do total), seguido das maturidades de 5 anos (19,6% do total), 7 anos (18,1% do total), 15 anos (5,0% do total), 10 anos (2,8% do total) e 2 anos (1,0% do total).

Quadro 12: EMISSÕES BRUTAS POR CONCURSO E SINDICAÇÃO NO MERCADO REGIONAL DOS TÍTULOS PÚBLICOS (EM MIL MILHÕES DE FCFA)

Instrumento	2022				Total 2022	2023				Total 2023
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
Títulos	572,5	413,9	479,9	289,5	1 755,8	715,4	1 435,5	908,6	554,1	3 613,6
Obrigações	1 331,2	1 889,6	2 009,6	1 820,5	7 050,9	1 159,2	1 778,8	1 762,5	431,9	5 132,4
<i>Por concurso</i>	805,0	983,2	1 227,1	483,6	3 498,9	497,6	1 458,8	1 422,5	201,9	3 580,8
<i>Por sindicância(*)</i>	526,2	906,4	782,5	1 336,9	3 552,0	661,6	320,0	340,0	230,0	1 551,6
Total	1 903,7	2 303,5	2 489,5	2 110,0	8 806,7	1 874,6	3 214,3	2 671,1	986,0	8 746,0

Fontes: Títulos UMOA, AMF-UMOA
(*) situação provisória para sindicância

As condições de financiamento no mercado da dívida pública diminuíram globalmente em 2023, em comparação com o ano anterior. Com efeito, o custo médio dos recursos obtidos pelos Estados-Membros registou-se geralmente em alta para a maior parte das maturidades, tanto no compartimento dos bons como no dos Títulos do Tesouro. A taxa de rendimento médio ponderado das obrigações aumentou, no seu conjunto, 322 pontos base (254 pontos para a maturidade de 1 mês, 252 pontos para a maturidade de 3 meses, 377 pontos para a maturidade de 6 meses e

344 pontos para a maturidade de 12 meses) em 2023. Relativamente às obrigações, as taxas de rendimento também aumentaram nas maturidades de 3 anos (+186 pontos), 5 anos (+146 pontos), 7 anos (+25 pontos), 10 anos (+58 pontos) e 15 anos (+22 pontos). No total, a taxa média ponderada dos títulos do Tesouro e o rendimento médio ponderado das obrigações situam-se em 6,10% e 6,87%, respetivamente, contra 2,88% e 5,73% de um ano antes.

Estes progressos devem-se principalmente às tensões no mercado de títulos públicos, causadas pela falta de interesse dos bancos em adquirir títulos soberanos e pela normalização gradual da política monetária.

Quadro 13: TAXA DE JURO E REDIMENTOS MÉDIOS DE TÍTULOS E OBRIGAÇÕES DO TESOURO (EM %)

	2022				Média 2022	2023				Média 2023***
	T1	T2	T3	T4		T1	T2	T3	T4	
1 mês	-	-	-	2,51	2,51	-	-	-	5,05	5,05
3 meses	2,41	2,60	2,81	-	2,63	3,90	5,79	5,98	6,98	5,15
6 meses	2,58	2,53	3,30	2,96	2,60	5,15	6,72	7,23	8,08	6,37
12 meses	2,84	2,89	3,32	3,40	3,15	4,14	6,95	6,86	6,58	6,59
TMP* em vouchers	2,63	2,71	3,09	3,28	2,88	4,38	6,71	6,57	5,99	6,10
2 anos	-	-	-	-	-	-	-	7,06	-	7,06
3 anos	4,39	4,86	5,58	5,51	5,35	6,41	7,25	7,34	7,97	7,21
5 anos	4,55	5,27	5,90	5,84	5,40	6,38	7,01	6,98	7,00	6,86
7 anos	5,33	5,89	5,95	6,06	5,92	5,88	6,22	6,40	6,31	6,17
10 anos	5,78	5,81	6,09	6,03	5,91	6,35	-	6,50	6,60	6,49
15 anos	5,77	5,90	5,75	6,00	5,85	6,07	-	-	-	6,07
RMP** em obrigações	5,39	5,64	5,84	5,97	5,73	6,19	7,05	7,13	6,93	6,8

Fontes: UMOA.Títulos,, AMF-UMOA (*) TMP: Taxa Média Ponderada
(**) RMP: Rendimento Médio Ponderado (***) Situação Provisória para Sindicação

3.3.1.2 - Saldo de títulos da dívida pública no mercado regional

O saldo global dos títulos públicos foi estimado em 24.686,9 mil milhões no final de dezembro de 2023 ou 20,4% do PIB, contra 21.335,5 mil milhões ou 19,2% do PIB em 2022. A estrutura deste montante em dívida é dominada pelas obrigações do Tesouro, que representam 91,9% do total.

Quadro 14: STOCKS PÚBLICOS NO FINAL DE DEZEMBRO DE 2023 NO MERCADO FINANCEIRO REGIONAL (EM MIL MILHÕES DE FCFA)

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023(*)
Stock	9 681,0	10 036,1	11 078,0	14 407,8	17 674,2	21 335,5	24 686,9
(em % do PIB)	12,4	12,0	12,4	15,5	17,5	19,2	20,5
Parte relativa (em %)							
- Títulos	12,5	11,0	8,0	8,0	6,9	4,3	8,1
- Obrigações	87,5	89,0	92,0	92,0	93,1	95,7	91,9

Fontes: UMOA.Títulos,, AMF-UMOA
(*) situação provisória

3.3.2 - EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE NA BOLSA

A atividade da Bolsa Regional de Valores Mobiliários (BRVM) foi marcada, no início do ano 2023, pela introdução de novos Compartimentos em seu mercado de Ações, ou seja, «Prestige», «Principal» e «Crescimento», acompanhados por dois índices inéditos, ou seja, «BRVM 30» e «BRVM Prestige». O índice “BRVM Prestige” inclui todos os valores listados no Compartimento Prestige e o seu ajuste será realizado anualmente de acordo com os critérios de elegibilidade no Compartimento Prestige. Por sua vez, o índice “BRVM 30” reúne os 30 valores mais negociados durante um trimestre. Este índice, introduzido como substituto do antigo índice BRVM 10, oferece maior diversificação e leva em consideração as mudanças na liquidez do mercado nos últimos anos. Estes dois novos índices foram implementados a 2 de janeiro de 2023 com uma base de 100.

No final de dezembro de 2023, a BRVM 30 estabeleceu-se em 107,9 e a BRVM Prestige em 101,5, registando respectivos crescimentos de 7,9% e 1,5% em relação aos níveis de lançamento no início do ano. O índice BRVM compósito situou-se em 203,2 pontos no final de dezembro de 2023, subindo 5,4% em relação ao seu nível em 30 de dezembro de 2022.

A capitalização na bolsa registou um aumento de 10,8%, totalizando 18.269,2 mil milhões no final de dezembro de 2023, devido ao bom desempenho da atividade no compartimento das ações e no das obrigações. Com efeito, a capitalização do mercado das ações aumentou de 5,4% para 7.967,0 mil milhões em 29 de dezembro de 2023. No compartimento das obrigações, a capitalização atingiu 10.302,3 mil milhões no final de 2023, registando um aumento de 15,4% (+1.375,8 mil milhões) em comparação com o final de 2022.

IV ESTABILIDADE FINANCEIRA

4.1 - PRESERVAÇÃO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA.....	46
4.2 - REFORÇO DA REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO BANCÁRIA E FINANCEIRA....	47

4.1 - PRESERVAÇÃO DA ESTABILIDADE FINANCEIRA

O BCEAO participou nos trabalhos das 23ª e 24ª sessões ordinárias do Comité de Estabilidade Financeira da UMOA (CSF-UMOA), realizadas nos dias 9 de junho e 19 de dezembro de 2023, respectivamente. Durante estas reuniões, o Comité observou a dinâmica de crescimento contínuo das economias da União e a resiliência contínua do setor financeiro regional a vários choques externos e internos. Graças às medidas tomadas pelas autoridades públicas e pelas autoridades de regulamentação e supervisão do setor financeiro da União, foi possível preservar a dinâmica de crescimento da zona. Além disso, a inflação entrou em fase descendente desde o início de 2023, refletindo os efeitos da normalização da política monetária iniciada em junho de 2022.

O Comité observou, no entanto, que a persistência de incertezas sobre o ambiente económico internacional e regional coloca riscos para a estabilidade do setor financeiro, nomeadamente em relação:

- à política monetária mais restritiva nas economias desenvolvidas e emergentes, que pode exercer pressão sobre os fluxos de capitais dos países em desenvolvimento;
- à deterioração dos indicadores de sustentabilidade da dívida soberana;
- às incertezas ligadas às tensões geopolíticas internacionais, nomeadamente a crise russo-ucraniana e os conflitos no Médio Oriente;
- ao aumento da cibercriminalidade e a sofisticação das técnicas de fraude e dos ataques externos ou internos;
- às repercussões dos distúrbios sociopolíticos e dos atos terroristas em certos Estados-Membros da União, prejudiciais ao bom andamento das atividades económicas e à continuação dos investimentos nos setores de crescimento;
- ao aumento do risco soberano suportado pelos bancos, conjugado com a persistência dos riscos de crédito e de concentração dos ativos das instituições bancárias e financeiras;
- a riscos associados ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição maciça (BC/FT/FP) e o seu impacto no sistema bancário e financeiro, nomeadamente nas relações de correspondência bancária;
- a problemas de governação e a fraca qualidade da carteira de crédito das instituições de microfinança;
- ao aumento do nível dos atrasos de prémios das seguradoras e resseguradoras, com efeitos negativos na sua tesouraria, cobertura das suas obrigações regulamentadas e solvência;
- a fraca diversificação da carteira de investimento de alguns organismos de previdência social e a sua concentração no setor bancário.

O Comité formulou recomendações em relação às autoridades reguladoras e de supervisão dos membros, para atenuar os riscos identificados que possam advir, nomeadamente, do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição maciça, da sofisticação das técnicas de cibercrime e da evolução do contexto internacional.

4.2 - REFORÇO DA REGULAMENTAÇÃO E SUPERVISÃO BANCÁRIA E FINANCEIRA

O ano de 2023 foi marcado pela finalização e adoção de vários textos que regem o setor financeiro.

LEI RELATIVA DE REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA

Uma nova lei de regulamentação bancária foi adotada pelo Conselho de Ministros da União na sua sessão de junho de 2023. A revisão da Lei que rege o setor bancário na UMOA, foi motivada pelas evoluções registadas no referido setor nos planos interno e externo, nomeadamente as reformas importantes realizadas pelo BCEAO durante a última década. A principal ambição desta revisão era também ter em conta as mudanças do ambiente bancário regional, o impacto do desenvolvimento das novas tecnologias, bem como os desafios de inclusão financeira e de financiamento das atividades económicas dos Estados membros da UMOA.

As principais inovações resultantes desta reforma dizem respeito ao quadro institucional, alargamento do âmbito de aplicação, reforço das modalidades de autorização e das condições de exercício da atividade bancária, à consolidação da governação nas instituições sujeitas à supervisão, nova categorização dos intermediários mandatários e à definição do estatuto e das competências da Autoridade Macroprudencial, enquadramento do dispositivo de proteção dos utilizadores de serviços bancários, bem como à definição de um regime de tratamento das instituições em dificuldades.

CONVENÇÃO QUE REGE A COMISSÃO BANCÁRIA

No âmbito do controlo das instituições sujeitas à supervisão, a Convenção que rege a Comissão Bancária e o seu anexo foram revisados para reforçar a independência da Autoridade de Controlo e clarificar melhor os seus poderes, em particular, no que respeita à resolução de instituições do setor bancário. A Convenção que rege a Comissão Bancária e o seu Anexo foram adotados pelo Conselho de Ministros na sua sessão de março de 2023.

Com vista a reforçar a resiliência do setor bancário e responder às necessidades crescentes de financiamento que os países da União enfrentam, o Conselho de Ministros, por Decisão 020 de 21 de dezembro de 2023, decidiu aumentar o capital social mínimo dos bancos de 10 para 20 mil milhões de FCFA e manter o das instituições financeiras de crédito em 3 mil milhões.

LEI QUE REGULA A MICROFINANÇA

A União também adotou uma nova lei de regulamentação da microfinança, aprovada pelo Conselho de Ministros em sua sessão de dezembro de 2023. A revisão da Lei relativa ao setor da microfinança visa, por um lado, adaptar o quadro legal e regulamentar à evolução do ambiente social, económico e financeiro, bem como às normas internacionais, para corrigir as deficiências identificadas pelos intervenientes (regulador, supervisor, sujeito) e, por outro lado, reforçar a solidez das instituições de microfinança, melhorar as suas contribuições para a inclusão financeira e responder aos desafios de mobilização da poupança na União. A alteração do texto que rege o setor da microfinança na UMOA, oferece também a oportunidade de clarificar disposições da lei em vigor que apresentam dificuldades de aplicação ou de interpretação e dotar os Estados-membros da União de um corpus jurídico que responde a questões e desafios da resiliência, inclusão financeira e financiamento da economia.

Os ajustes da nova lei regulatória da microfinança incidem essencialmente sobre a reconfiguração do cenário da microfinança, através da racionalização das formas jurídicas

autorizadas e da exigência de um capital social mínimo, o alargamento das atividades autorizadas, reforço da supervisão e melhoria da governação destas instituições, em particular através de requisitos mínimos de competências dos membros dos órgãos de governação, de proteção dos cooperadores e clientes, integração de disposições específicas para o financiamento islâmico e para o tratamento das instituições de microfinança em dificuldade.

QUADRO REGULAMENTAR RELATIVO À LUTA CONTRA O BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E PROLIFERAÇÃO DAS ARMAS DE DESTRUIÇÃO EM MASSA (LBC/FT/FP)

Para reforçar o quadro de luta contra o branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e proliferação das armas de destruição em massa (LBC/FT/FP) e alinhá-lo com as normas na matéria, o Conselho de Ministros, na sua sessão de 31 de março de 2023, adotou uma nova Lei Uniforme relativa a esta matéria. A revisão do quadro em vigor visa corrigir os desvios das normas do Grupo de Ação Financeira (GAFI), observados nas avaliações do dispositivo de LBC/FT dos oito Estados membros da União, realizadas pelo Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA), entre 2017 e 2022.

As principais inovações do novo quadro regulamentar incluem a introdução de uma abordagem baseada no risco, a criação de um sistema regional de avaliação dos riscos, a aplicação de medidas de diligência relativas à LBC/FT/FP pelos prestadores de serviços de ativos virtuais (PSAV) e o estabelecimento de um sistema de declaração dos transportes físicos de numerário e de instrumentos negociáveis ao portador intracomunitário.

Além disso, o Conselho de Ministros adotou, na sua sessão de 21 de dezembro de 2023, uma decisão que fixa os montantes limiares para a implementação de certas disposições da Lei LBC/FT/FP.

Com o objetivo de reforçar a dinâmica da utilização dos serviços financeiros digitais e tendo em conta as evoluções recentes ocorridas no ambiente, o Banco Central iniciou trabalhos de revisão do quadro regulamentar da moeda eletrónica. Assim, os principais ajustamentos que podem reforçar o âmbito do quadro regulamentar dizem respeito:

- à revisão dos procedimentos de autorização das instituições de moeda eletrónica, em conformidade com as disposições da nova Lei Bancária;
- supervisão das parcerias, entre os bancos e os prestadores técnicos;
- gestão de carteiras eletrónicas inativas;
- Identificação remota de clientes (e-kyc);
- reforço da proteção dos utilizadores de moeda eletrónica;
- inclusão, nos pagamentos de massa, dos casos de utilização das estruturas que utilizam moeda eletrónica para fins profissionais (com exceção da aceitação ou distribuição) ou para a recolha de fundos.

Além disso, estão em curso trabalhos de revisão da Decisão n° 31 relativa às regras que regem a compensação e liquidação das operações monetárias realizadas na UMOA. Esta revisão é motivada pelo surgimento de novos intervenientes e de novas utilizações de pagamento, induzidas pelas inovações tecnológicas, que impõem uma adaptação do âmbito da Decisão.

Assim, a nova decisão, recordando a perenidade do princípio da compensação e da liquidação das transações domésticas em moeda local, propõe as seguintes adaptações regulamentares:

- extensão do âmbito de aplicação a qualquer solução de pagamento desenvolvida na UEMOA e a qualquer operação eletrónica, independentemente da conta, do suporte, do canal, do emissor ou adquirente instalados na União;
- obrigação de encaminhar, para as plataformas autorizadas pelo BCEAO, todas as transações efetuadas junto dos adquirentes da União.

V. INCLUSÃO FINANCEIRA, FINANÇAS ISLÂMICAS, FINANÇAS VERDES

5.1 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA UEMOA	52
5.1.1 - Implementação da Estratégia Regional para a Inclusão Financeira (ERIF) na UEMOA.....	52
5.1.2 - Apoio aos Estados na digitalização de seus pagamentos.....	52
5.1.3 - Fortalecimento do setor de microfinanças.....	53
5.1.4 - Implementação do Projeto de Interoperabilidade de Serviços Financeiros Digitais na UEMOA.....	53
5.1.5 - Promoção e supervisão de empresas de tecnologia financeira (Fintech) na UEMOA	54
5.1.6 - Contribuição dos sistemas e serviços de pagamento para o aumento da inclusão financeira.....	55
5.1.6.1 - Serviços de pagamento eletrônico oferecidos pelo Tesouro Público Nacional.....	55
5.1.6.2 - Conexão dos Tesouros Públicos Nacionais (TNP) aos sistemas de pagamento da UEMOA.....	56
5.1.6.3 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) aos sistemas de pagamentos regionais da UEMOA.....	56
5.1.6.4 - <i>Acesso das Sociedades Gestoras e Intermediação (SGI) ao STAR-UEMOA para impulsionar sua participação no mercado de títulos públicos emitidos em leilão.....</i>	56
5.2 - SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ISLÂMICAS	57
5.3 - FINANÇAS VERDES	57

5.1 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO FINANCEIRA NA UEMOA

Durante o ano de 2023, o BCEAO deu continuidade às iniciativas regionais empreendidas para promover a inclusão e educação financeira entre as populações da UEMOA. As ações realizadas tiveram como foco a implementação da estratégia regional de inclusão financeira, o apoio aos Estados no seu processo de digitalização dos pagamentos públicos e o fortalecimento do setor de microfinanças. Essas ações também se concentraram na implementação do projeto de interoperabilidade de serviços financeiros, na participação em reuniões internacionais da AFI sobre inclusão financeira e na promoção e supervisão de FinTechs.

5.1.1 - IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA REGIONAL DE INCLUSÃO FINANCEIRA (ERIF) NA UEMOA

A implementação do plano de ação da Estratégia Regional de Inclusão Financeira na UEMOA continuou, através da realização de estudos destinados a reforçar a disponibilidade de dados sobre a situação de inclusão financeira e promover um quadro fiscal de incentivo para serviços financeiros inovadores e inclusão financeira na UEMOA, para a implantação do programa regional de educação financeira e o apoio aos Estados na definição das suas estratégias nacionais de inclusão financeira.

No âmbito das ações destinadas a reforçar a disponibilidade dos dados, foram concluídos os trabalhos do estudo de viabilidade do projeto de criação de um sistema de identificação única dos utilizadores dos serviços financeiros na UEMOA. Permitiram realizar uma análise aprofundada dos sistemas e programas de identificação nos países da União e uma revisão das experiências em África e no mundo. Com base nisso, foram identificados cenários de implementação que deverão permitir ao Banco Central escolher a opção mais ótima para a identificação única dos utilizadores de serviços financeiros na UEMOA.

Além disso, foi realizado um estudo comparativo dos diferentes quadros fiscais relativos aos serviços financeiros inovadores existentes na UEMOA, com o objetivo de identificar as reformas necessárias para promover a inclusão financeira nos países da UEMOA.

Relativamente à implementação do programa regional de educação financeira, os trabalhos incidiram sobre a realização dos *workshops* de restituição dos resultados das entrevistas realizadas junto dos atores institucionais e das populações-alvo nos Estados. Além disso, foram realizados a análise dos dados secundários e inventário das temáticas de educação financeira a desenvolver no âmbito da elaboração dos cursos e módulos do programa. Por outro lado, foi elaborado o projeto de estratégia de comunicação para a educação financeira das populações na UEMOA.

No que diz respeito à definição de estratégias de inclusão financeira, o ano de 2023 foi marcado pela adoção das estratégias nacionais de inclusão financeira no Benin e na Guiné-Bissau. Até o momento, todos os Estados-membros da UEMOA têm uma estratégia nacional para coordenar as iniciativas locais em matéria de inclusão financeira.

5.1.2 - APOIO AOS ESTADOS NA DIGITALIZAÇÃO DOS SEUS PAGAMENTOS

As ações de promoção e apoio à digitalização dos pagamentos públicos prosseguiram através da organização, em abril de 2023, de um *workshop* regional sobre a temática. Participaram cerca de 650 participantes dos Estados, do setor financeiro, das universidades e das grandes escolas da UEMOA. Este *workshop* serviu de quadro para o intercâmbio sobre o impacto da digitalização dos pagamentos sobre inclusão financeira na UEMOA. Permitiu também a todos os intervenientes debater as iniciativas, em particular as empreendidas pelo BCEAO, para

acompanhar as administrações públicas, por um lado, e os sistemas financeiros descentralizados, por outro lado, na digitalização das suas operações financeiras de forma a promover um desenvolvimento económico e social inclusivo.

5.1.3 - REFORÇO DO SETOR DA MICROFINANÇA

No que diz respeito ao saneamento e fortalecimento do setor de microfinanças, o Instituto de Emissão elaborou quatro planos de recuperação para instituições de microfinança do Senegal. Em relação aos outros Estados, 36 estão em processo de elaboração. Além disso, o BCEAO organizou a segunda série de treinamentos para os agentes dos SFD da UEMOA sobre a melhoria de sua governação e seus dispositivos de conformidade, supervisão financeira e relatórios. Um total de 913 pessoas beneficiaram destas ações de treinamento, das quais 445 no âmbito da primeira série e 468 em nome da segunda.

5.1.4 - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INTEROPERABILIDADE DOS SERVIÇOS FINANCEIROS DIGITAIS NA UEMOA

O BCEAO prosseguiu os trabalhos para a criação de uma infra-estrutura interoperável de pagamentos instantâneos. Esta plataforma deve permitir as trocas entre os diferentes tipos de conta (bancária e não bancária) independentemente da instituição, dos instrumentos e canais de pagamento utilizados, de forma contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana.

As ações realizadas ao abrigo deste projeto dizem respeito à finalização dos trabalhos de desenvolvimento, nomeadamente:

- a conceção e realização da plataforma de pagamento e do Aplicativo de Interface dos participantes a serem disponibilizados para facilitar sua conexão ao sistema;
- conceção e realização de um sistema de gestão de uma infra-estrutura de chave pública (PKI) para a assinatura eletrónica das mensagens e segurança das conexões;
- especificações do QR Code para a interoperabilidade e da Interface de Programação de Aplicativos (API) que os participantes deverão colocar à disposição dos seus clientes pessoas jurídicas para a automatização das suas operações;
- concepção e implantação de um aplicativo móvel para facilitar a utilização dos serviços de pagamento instantâneo, bem como definição dos requisitos mínimos para os participantes. Na verdade, uma experiência de usuário ou uma jornada do cliente bem-sucedida (processos rápidos, simples e intuitivos) é um elemento chave do sucesso identificado na revisão da experiência dos sistemas de pagamento implementados em várias jurisdições. Por isso, o BCEAO desenvolveu e implantou um aplicativo móvel cujos códigos são disponibilizados gratuitamente aos participantes. Os clientes podem integrá-lo em suas interfaces com o cliente, de acordo com a sua conveniência.

Além disso, o BCEAO criou uma plataforma colaborativa para o acompanhamento dos participantes e um *sandbox* para os testes do bom funcionamento de seus sistemas.

Com base nos resultados obtidos, será organizada uma fase piloto, paralelamente à execução da campanha de comunicação dirigida ao grande público.

CAIXA 3: PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DA ALIANÇA PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA

O BCEAO participou, em 29 de junho de 2023, em Victoria, nas Seicheles, na 12ª Mesa Redonda dos Líderes da Iniciativa Africana sobre as Políticas de Inclusão Financeira (AfPI), sob o tema «*Elevando-se acima da incerteza global - caminhos para a inovação inclusiva*»

O BCEAO aproveitou este quadro para partilhar a sua experiência em matéria de supervisão regulamentar e operacional dos serviços financeiros digitais e beneficiar das experiências dos seus pares na implementação das estratégias de inclusão financeira.

Durante esta Mesa Redonda dos Líderes do AfPi, foi adotado um novo acordo denominado «*Consenso de VICTORIA*». Este acordo visa a promoção da inovação responsável e inclusiva, com vista ao reforço da inclusão financeira. Complementa compromissos anteriores dos membros da AFI, incluindo o Acordo de Sochi para FinTech, o Plano de Ação de Denarau para a Inclusão Financeira e a Declaração de Kigali, relativa à aceleração da inclusão financeira dos grupos desfavorecidos.

O BCEAO também participou, de 12 a 15 de setembro de 2023 em Manila, nas Filipinas, no 13º Fórum Mundial sobre Políticas de Inclusão Financeira, organizado pela Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), em colaboração com o Banco Central das Filipinas, sob o tema: «*Estabilidade, sustentabilidade e inclusão para uma prosperidade partilhada*».

Este encontro, o mais importante a nível internacional sobre a problemática da inclusão financeira, reuniu mais de 700 participantes, incluindo reguladores, decisores políticos e diversos organismos internacionais, públicos e privados, envolvidos na promoção da inclusão financeira.

Durante o evento, foram entregues cinco distinções numa cerimónia de reconhecimento denominada *AFI Global Financial Inclusion Awards*, para recompensar os esforços das instituições membros da Aliança na implementação de políticas e estratégias inovadoras que promovam a inclusão financeira. O BCEAO foi premiado na categoria Declaração de Maya, após ter sido premiado no 10º Fórum Global sobre Políticas de Inclusão Financeira, realizado em 2018 em Sochi, na Rússia.

A Declaração de Maya é um conjunto de compromissos mensuráveis, adotados pelos membros da AFI no México em 2011, com o objetivo de promover a inclusão financeira e contribuir para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), através da busca de soluções adequadas para ajudar as pessoas que não possuem conta bancária no mundo.

A distinção do BCEAO recompensa os seus esforços para promover a inclusão financeira e os progressos registados na União nesta matéria.

5.1.5 - PROMOÇÃO E SUPERVISÃO DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIA FINANCEIRA (FINTECH) NA UEMOA

O BCEAO prosseguiu os seus trabalhos relativos à supervisão e acompanhamento das *FinTech* na União, através do recenseamento contínuo das *FinTech* que operam na União e da organização de

workshops de intercâmbio e encontros periódicos sobre as inovações financeiras. As lições aprendidas permitiram finalizar um projeto de Instrução sobre os serviços de pagamento.

Este projeto de Instrução visa supervisionar e promover as atividades de serviços de pagamento. Deverá, por um lado, permitir o favorecimento da oferta de serviços de pagamento inovadores, como a aquisição de operações de pagamento, a iniciação do pagamento e serviços de agregação de contas; e por outro lado, permitir que as *FinTech* exerçam estas atividades sem recorrer a parcerias com instituições de crédito.

Além disso, no âmbito da promoção das *FinTech*, as principais realizações centraram-se na continuação das atividades do Gabinete de Conhecimento e Seguimento das *FinTech* na UMOA (BCSF-UMOA), a saber:

- reuniões periódicas com as *FinTech*, a fim de avaliar os desenvolvimentos e inovações em curso;
- organização de um *workshop* regional de intercâmbio, com o objetivo de comunicar as iniciativas do BCEAO em matéria de digitalização dos serviços financeiros e recolher as expectativas das *FinTech* sobre os componentes «seguimento» e «regulamentações»;
- disponibilização de uma página web dedicada à *FinTech* no sítio oficial do Banco Central;
- atualização do mapa das *FinTech* e dos Prestadores de Serviços de Pagamento na UMOA;
- elaboração de um documento de Estratégia de promoção das *FinTech* na UEMOA, cuja visão é «Promover a inovação tecnológica, para um ecossistema financeiro eficiente e estável, favorável à inclusão financeira das populações da UEMOA»;
- realização de um *workshop* de reflexão com representantes das associações *FinTech* da zona.

O censo das *FinTech* realizado no final de dezembro de 2023, permitiu listar 167 *FinTech* no registro do BCEAO, divididos em seis categorias. Oferecem serviços de pagamento, crédito, monitoramento e supervisão, consultoria em transformação digital e segurança cibernética.

As *FinTech* que operam no setor dos pagamentos representam 55% das estruturas identificadas na União. Por estas considerações, foi considerado urgente supervisionar a atividade. Neste sentido, está previsto para 2024 a adoção de um texto que regule os serviços de pagamento na UMOA e o desenvolvimento do plano de ação da Estratégia de promoção das *FinTech* na UMOA.

5.1.6 - CONTRIBUIÇÃO DOS SISTEMAS E SERVIÇOS DE PAGAMENTO PARA O AUMENTO DA INCLUSÃO FINANCEIRA

As ações do Banco Central relativas aos aspectos da inclusão financeira relativos aos pagamentos, incidiram no acompanhamento dos Tesouros Públicos, Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) e Sociedades de Gestão e Intermediação (SGI) nos processos de melhoria dos seus circuitos de pagamento.

Lembre-se que essas iniciativas do Banco Central se inscrevem na sua visão de reforçar a automatização dos circuitos de pagamento dos Tesouros Públicos e sua autonomia operacional.

5.1.6.1 - Serviços de pagamento eletrónico oferecidos pelo Tesouro Público Nacional

No âmbito da assistência dos Estados à digitalização dos pagamentos públicos, os Tesouros Nacionais da União, foram autorizados a oferecer serviços de pagamento baseados em moeda

eletrónica limitados aos beneficiários das dotações públicas do Estado, bem como às estruturas e indivíduos com obrigações fiscais.

Para beneficiar destas disposições, o Tesouro Público da Costa do Marfim lançou no decorrer do ano de 2022, o seu projeto de emissão de moeda eletrónica «*Trésor Money*» (ainda chamado «*Tmoney*»). O dispositivo de vigilância dos serviços de pagamento apoiados em moeda eletrónica (SPAME) oferecidos pelos Tesouros Públicos Nacionais foi implantado. Tem dois objetivos principais, a saber: a eficiência dos serviços de pagamento oferecidos pelos TPN e o controlo dos riscos associados, como a emissão de moeda eletrónica em descoberto e a integridade dos fundos dos portadores.

5.1.6.2 - Conexão do Tesouro Público Nacional (TPN) aos sistemas de pagamento da UEMOA

Em 2023, o número de Tesouros Públicos conectados à telecompensação manteve-se no mesmo nível de 2022, ou seja, sete, enquanto que para o sistema de liquidação bruta em tempo real passou a oito.

5.1.6.3 - Promoção do acesso dos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD) a sistemas de pagamento regionais da UEMOA

No âmbito do Projeto de apoio à promoção do acesso dos SFD ao sistema regional de pagamento da UEMOA, o BCEAO forneceu apoio técnico aos SFDs para a sua conexão através de bancos parceiros ao SICA-UEMOA e a melhoria dos seus sistemas de informação, através da criação de um centro de processamento informático (CTI) partilhado na Costa do Marfim e no Níger.

No final de dezembro de 2023, os trabalhos realizados permitiram a entrada em produção em SICA-UEMOA de 13 SFDs através de bancos parceiros.

Foram observados avanços significativos relacionados com a validação da arquitetura funcional e técnica dos centros de processamento, a criação das instâncias de pilotagem incluindo as Estruturas Ministeriais de Seguimento, SFD e suas Associações Profissionais, bem como a criação das entidades jurídicas dos Centros de Processamento Informático. Estes centros permitem dotar os SFDs de uma infraestrutura técnica eficiente e segura, suportando a automatização das suas operações, a produção de relatórios de acordo com a regulamentação e sua conexão aos sistemas de pagamento da UEMOA.

5.1.6.4 - Acesso das Sociedades Gestoras e Intermediárias (SGI) à STAR-UEMOA para impulsionar a sua participação no mercado dos títulos público emitidos em leilão

O acompanhamento das Sociedades Gestoras e Intermediárias (SGI) com vista à sua participação no dispositivo que permite a liquidação das suas operações no mercado dos títulos públicos emitidos em adjudicações, a partir das contas de liquidação dos seus bancos parceiros, continuou em 2023, com as 14 SGI já configuradas.

5.2- SITUAÇÃO DAS FINANÇAS ISLÂMICAS

FINANÇAS ISLÂMICAS

18 autorizações de exercício concedidas para:

-> **2** bancos que atuam exclusivamente na atividade das finanças islâmicas

-> **7** bancos que dispõem de balcão islâmico

-> **8** IMF exclusivamente islâmicos e

-> **1** IMF que dispõe de um balcão islâmico.

O BCEAO continuou as ações de promoção das finanças islâmicas durante o ano de 2023. Para facilitar o acesso a este setor, o BCEAO optou por acompanhar as iniciativas de criação de Instituições de Finanças Islâmicas (IFIs). Neste sentido, 9 pedidos de autorização para o exercício da atividade de finanças islâmicas foram objeto de exame e os promotores destas estruturas foram convidados a melhorar os seus dossiês. Até à data, foram concedidas 18 autorizações de exercício, para 2 bancos que exercem exclusivamente a atividade de finanças islâmicas, 7 bancos com um balcão islâmico, 8 Instituições de Microfinança (IMF) exclusivamente islâmicas e 1 IMF com uma sucursal islâmica. Três aprovações foram concedidas em 2023 a instituições de microfinança islâmica, instaladas nomeadamente no Burkina, Níger e Senegal.

Além disso, os projetos de guia de governação charaica e contratos-modelo das finanças islâmicas, elaborados pelo BCEAO, foram adotados pelas autoridades do Banco Central e divulgados às IFIs em maio de 2023. Estes documentos foram objeto de um *workshop* de restituição e formação que teve lugar nos dias 29 e 30 de novembro de 2022.

Além disso, o Banco Central organizou uma sessão de treinamento *on-line* sobre finanças islâmicas para os seus agentes de 26 a 28 de junho de 2023. Continuando as ações de divulgação dos textos específicos que supervisionam as finanças islâmicas. O Instituto de emissão participou também no *workshop* denominado «*Islamic Finance Tour Senegal 2023*», organizado pelos gabinetes «*Compagnie Indépendante de la Finance Islamique en Afrique (CIFIA)* » e «*Dexterity ÁFRICA*», em 11 de julho de 2023 em Dakar. Este encontro, que teve como tema «*Desenvolver um hub regional das finanças islâmicas na UMOA*», permitiu compartilhar as iniciativas do BCEAO em matéria de promoção e regulação das finanças islâmicas na UMOA, bem como os trabalhos em curso para um desenvolvimento harmonioso desta atividade em plena expansão.

5.3- FINANÇAS VERDES

Consciente do impacto da ausência de uma política estrutural que tenha em conta os desafios ligados às alterações climáticas, o BCEAO iniciou reflexões para adaptar as suas ações, a fim de contribuir significativamente para atenuar o efeito desses riscos nas economias da UMOA.

O Banco Central iniciou em 2023, os trabalhos para a definição de uma Política climática e do seu quadro de governação, a fim de ter em conta, de forma adequada, os riscos e oportunidades ligados às alterações climáticas na condução das missões do Instituto emissor.

Neste sentido, foi criado em setembro de 2023 um «Comité de Política Climática» (CPC), cujo papel é propor, acompanhar e coordenar a implementação das ações decorrentes da política climática do Banco Central. As reflexões do CPC permitirão também definir a estratégia climática e o roteiro do BCEAO para o clima, que identificaram os trabalhos em curso e aqueles previstos na consideração dos riscos e oportunidades ligados à mudança climática na UMOA.

No âmbito deste processo, o BCEAO prevê organizar em fevereiro de 2024, em Dakar, uma conferência internacional de alto nível sobre o tema «O papel dos bancos centrais face aos desafios das alterações climáticas».

VI - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS, SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO

6.1 - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS.....	60
6.1.1 - Levantamentos e pagamentos nos balcões das Agências do BCEAO.....	60
6.1.2 - Composição da circulação monetária.....	60
6.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA.....	62
6.2.1 - Sistemas de pagamentos regionais.....	62
6.2.1.1 - Funcionamento dos sistemas de pagamento geridos pelo BCEAO.....	62
6.2.1.2 - Segurança dos sistemas de pagamento.....	65
6.2.1.3 - Modernização dos sistemas e serviços de pagamento.....	65

6.1 - GESTÃO DOS SÍMBOLOS MONETÁRIOS

Durante o ano de 2023, os movimentos (levantamentos e pagamentos) nos balcões do BCEAO atingiram 49.143,0 mil milhões de francos CFA em notas e moedas, contra 50.258,0 mil milhões de francos CFA no ano anterior.

6.1.1 - LEVANTAMENTOS E PAGAMENTOS NOS BALCÕES DAS AGÊNCIAS DO BCEAO

Os **levantamentos de notas** elevaram-se a 24.678,0 mil milhões de FCFA contra 25.624,1 mil milhões de FCFA em 2022, ou seja, uma redução anual de 3,7%. Os levantamentos mais importantes em valor foram registados na Costa do Marfim (32,6%), no Senegal (20,5%) e no Burkina Faso (15,6%).

Quanto aos levantamentos de moedas, o seu valor diminuiu 9,5%, passando de 15,7 mil milhões de FCFA em 2022 (236,3 milhões de unidades) para 14,2 mil milhões de FCFA um ano depois (219,3 milhões de unidades).

Quadro 15 : LEVANTAMENTO DE NOTAS E MOEDAS EM 2023 (MIL MILHÕES DE FCFA)

	Benin	Burkina	Costa do Marfim	Guiné Bissau	Mali	Níger	Senegal	Togo	Total
Notas	1 891,31	3 843,08	8 038,55	322,15	2 719,24	1 029,35	5 050,71	1 783,64	2 4678,02
Moedas	1,27	1,53	5,57	0,19	1,68	0,64	2,37	0,98	14,22
TOTAL	1 892,58	3 844,61	8 044,11	322,34	2 720,91	1 029,99	5 053,08	1 784,62	24 692,24

Fonte: BCEAO

Os **pagamentos de notas** nos balcões do Banco Central atingiram 24.449,2 mil milhões de FCFA (3.309,9 milhões de unidades) em 2023, contra 24.615,7 mil milhões de FCFA (3.354,4 milhões de unidades) em 2022, ou seja, uma queda no valor de 0,7%. As entradas mais importantes em valor foram observadas na Costa do Marfim (31,1%), no Senegal (18,6%) e em Burkina Faso (16,3%). No que diz respeito às entradas nos balcões de moedas, elas caíram de 2,5 mil milhões de FCFA (11,8 milhões de unidades) em 2022 para 1,6 mil milhões de FCFA em 2023 (7,8 milhões de unidades), ou seja, uma queda de 37,9%.

Quadro 16 : PAGAMENTO DE NOTAS E MOEDAS EM 2023 (MIL MILHÕES DE FCFA)

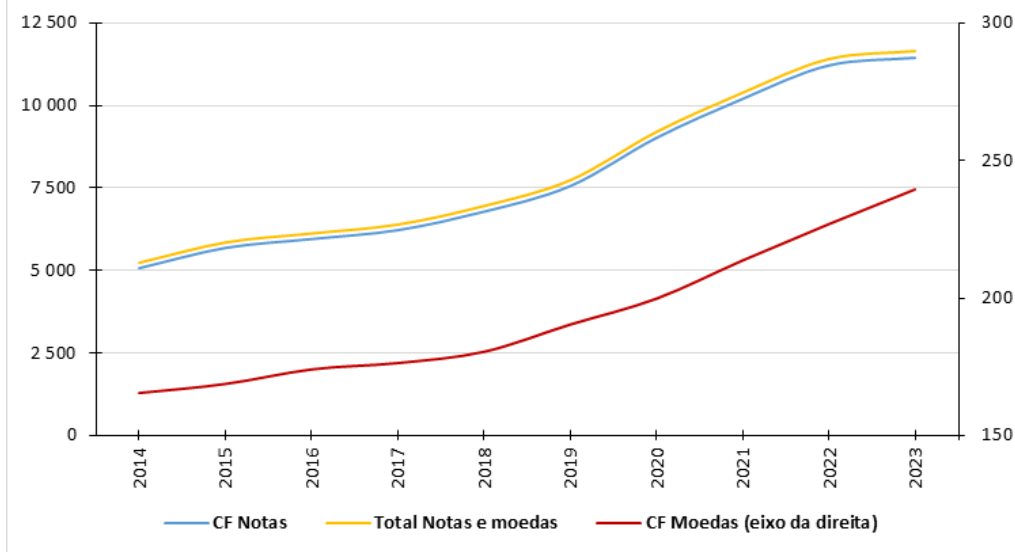
	Benin	Burkina	Costa do Marfim	Guiné Bissau	Mali	Níger	Senegal	Togo	Total
Notas	2 171,36	3 983,34	7 599,95	300,48	2 719,20	821,66	4 549,69	2 303,52	24 449,19
Moedas	0,09	0,11	0,35	0,01	0,65	0,21	0,06	0,07	1,55
TOTAL	2 171,45	3 963,45	7 600,30	300,49	2 719,85	821,87	4 549,75	2 303,58	24 450,74

Fonte: BCEAO

6.1.2 - COMPOSIÇÃO DA CIRCULAÇÃO MONETÁRIA

No final de dezembro de 2023, a circulação monetária foi de 11.669,4 mil milhões de FCFA, em comparação com 11.428,0 mil milhões de FCFA no ano anterior, ou seja, um aumento de 241,4 mil milhões de FCFA (+2,1%). As notas de grande formato representam 92,2% do valor das notas em circulação, como em 2022. As quotas relativas de notas e moedas em circulação, em termos de valor, ascenderam a 97,9 % e 2,1 %, respetivamente, em 2023, face a 98,0% e 2,0%, respetivamente, em 2022.

**Gráfico 15: EVOLUÇÃO DA CIRCULAÇÃO MONETÁRIA DE 2014 A 2023
(MIL MILHÕES DE FCFA)**



Fonte: BCEAO

6.2 - SISTEMAS E MEIOS DE PAGAMENTO DA UEMOA

STAR-UEMOA	SICA-UEMOA
152 participantes no Sistema de Transferência Automatizada e de Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) em finais de dezembro de 2023 contra 146 no ano anterior.	151 participantes no Sistema Interbancário de Compensação Automatizado na UEMOA (SICA-UEMOA) em finais de dezembro de 2023 contra 148 em 2022.
Número de operações: 1,7 milhão	Número de operações: 28,3 milhões
Valor das operações: 1.040.806 mil milhões de FCFA	Valor das operações: 78.210 mil milhões de FCFA
TROCAS INTER-PAÍSES - Número de operações: 509.058 - Valor das transações: 85.546 mil milhões de FCFA	Número de operações por instrumento de pagamento (em milhões): - Cheque: 7,9 - Transferência: 20,1 - Letra de câmbio: 0,1 - Nota promissória: 0,003 - Levantamento: 0,2 TROCAS INTER-PAÍSES - Número de operações: 280.134 - Valor das operações: 1,7 mil milhões de FCFA

Em 31 de dezembro de 2023, o funcionamento dos sistemas de pagamento da UEMOA foi marcado por uma evolução ascendente dos principais indicadores de atividade.

6.2.1 - SISTEMAS DE PAGAMENTOS REGIONAIS

6.2.1.1 - Funcionamento dos sistemas de pagamento geridos pelo BCEAO

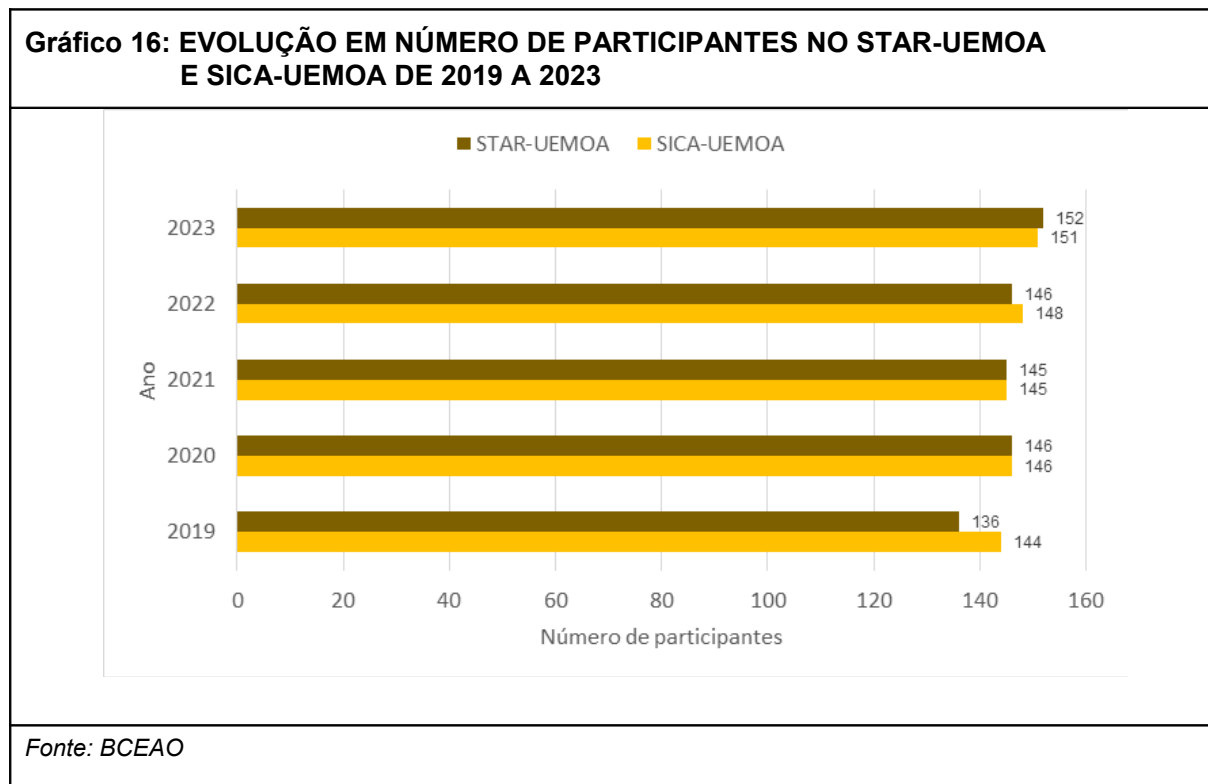
O Sistema de Transferência Automatizada e Pagamento na UEMOA (STAR-UEMOA) conta, no final de dezembro de 2023 com 152 participantes, contra 146 em 2022. Os novos membros do sistema são: o Tesouro Público da Guiné-Bissau, CORIS BANK Guiné-Bissau, o Banco de Desenvolvimento do Mali - Sucursal do Togo, o Banco Postal do Burkina Faso (BPBF), UMOA-Titres e AFG Bank Costa do Marfim.

O número de operações liquidadas no STAR-UEMOA passou de 1.637.468 para um valor de 842.363 mil milhões de francos CFA em 2022 para 1.682.185 para um valor de 1.040.806 mil milhões de francos CFA em 2023, ou seja, aumentos anuais de 2,73% e 23,56%, respectivamente, em volume e em valor.

O Sistema Interbancário de Compensação Automatizado na UEMOA (SICA-UEMOA) conta com 151 participantes no final de dezembro 2023 contra 148 em 2022, entre os quais se incluem os

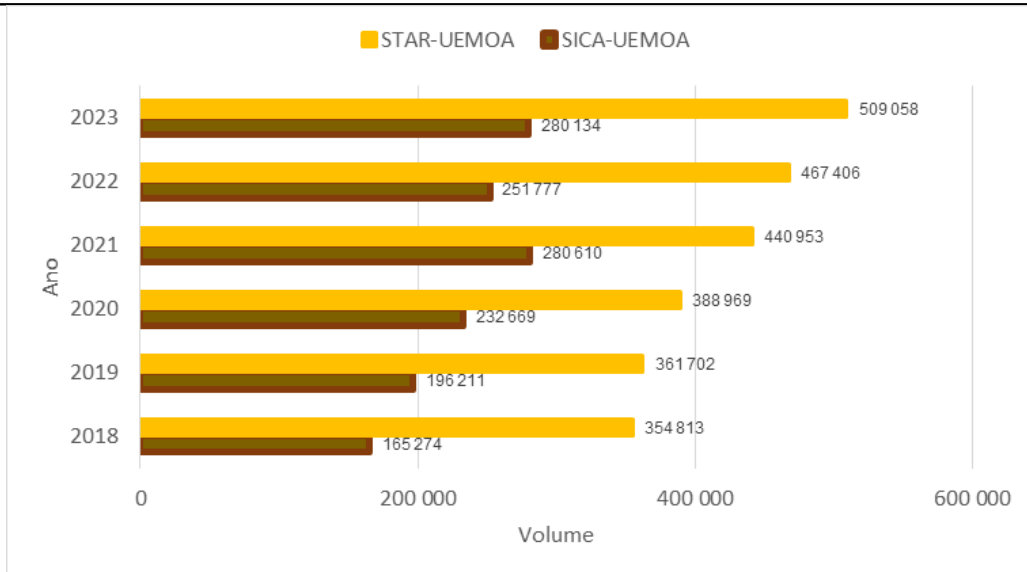
bancos, o BCEAO e os Tesouros Públicos do Benin, do Burkina, da Costa do Marfim, da Guiné-Bissau, do Mali, do Níger e do Senegal.

Durante o período em análise, o volume de trocas comerciais no SICA-UEMOA, foi de 28.339.223 operações num total de 78.210 mil milhões de francos CFA. Em comparação com 2022, a atividade registrada no SICA-UEMOA aumentou 4,30% em volume e 9,74% em valor dos pagamentos compensados (o volume e o valor das operações negociadas em 2022 foram de 27.171.381 e 71.267 mil milhões de FCFA, respetivamente).



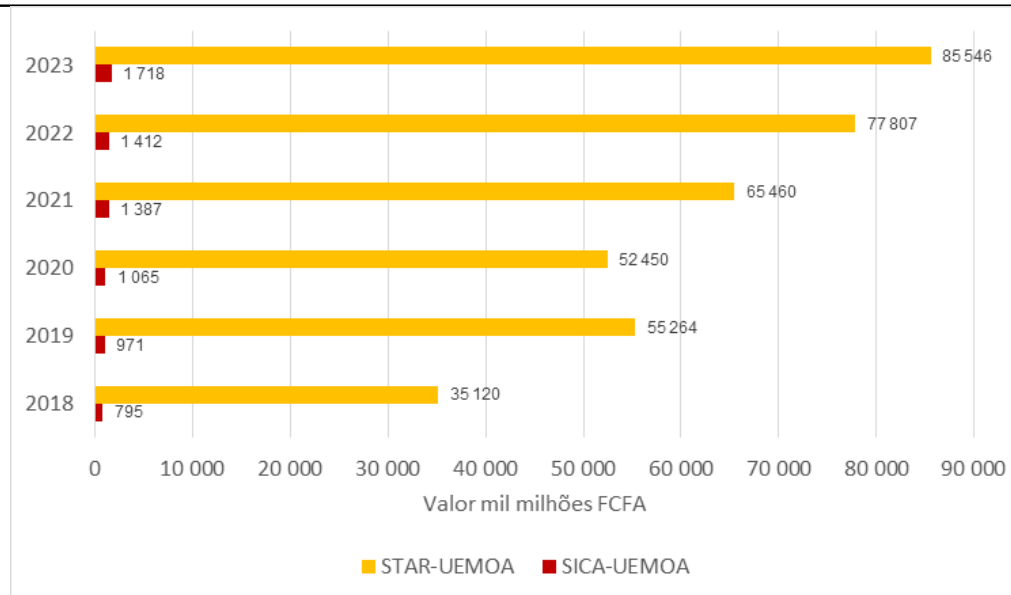
O comércio entre os países da UEMOA registou um aumento de 9,9% ao estabelecer-se, em 85.546 mil milhões de francos CFA em 2023, contra 77.807 mil milhões de francos CFA em 2022. A parte relativa do valor das transações entre países corresponde, assim, a 8,2% do valor global das operações processadas no STAR-UEMOA. Em comparação com o ano anterior, quando o valor do comércio entre países representou 9,0% do valor total das operações, houve uma ligeira diminuição da parte do comércio entre países. Esta situação pode ser explicada pelo impacto das restrições nas transações emitidas e recebidas pela Praça do Níger.

Gráfico 17: EVOLUÇÃO EM VOLUME DAS TROCAS INTER-PAÍSES DE 2018 A 2023



Fonte: BCEAO

Gráfico 18: EVOLUÇÃO EM VALOR DAS TROCAS INTER-PAÍSES DE 2018 A 2023



Fonte: BCEAO

TROCAS INTER-PAÍSES NA UEMOA:

alta de 9,9%, passando de 77.807 mil milhões de FCFA em 2022 para 85.546 mil milhões de FCFA em 2023.

No âmbito da repartição por instrumentos de pagamento tratados no sistema de telecompensação, em 2023 a quota relativa em volume das transferências foi de 70,98%, contra 69,32% no ano anterior. O uso do cheque representa 27,84% do volume de trocas, em comparação com 29,5% em 2022. Em valor, as transações por cheque representam 72,57% das trocas em 2023, uma ligeira diminuição em relação a 2022, onde se estabeleceram em 73,30%.

Nota-se que, durante o ano de 2023, a preferência dos utilizadores pela transferência confirmou-se, paralelamente à ligeira diminuição da utilização do cheque em relação ao ano anterior.

Os levantamentos passaram, em percentagem do volume de pagamentos, de 0,7% em 2022 para 0,8% em 2023. Em termos de valor, os preços dos produtos agrícolas atingiram 2,9%, como no ano anterior.

Relativamente aos efeitos comerciais (letra de câmbio e nota promissória), uma diminuição em volume de 15,28% e um aumento de 7,25% em valor são observados entre 2022 e 2023. Esta evolução traduz a utilização destes instrumentos de pagamento para transações de grandes montantes.

O BCEAO levou a cabo, durante o ano de 2023, ações destinadas a reforçar a segurança, modernização e impacto inclusivo dos sistemas, meios e serviços de pagamento da UEMOA.

6.2.1.2 - Segurança dos sistemas de pagamento

No âmbito da segurança dos sistemas de pagamento, prosseguiram as ações de sensibilização para o cumprimento dos requisitos e das regras mínimas de segurança aplicáveis às plataformas de ligação dos participantes. No que respeita às IMF de importância sistémica não geridas pelo BCEAO, é de referir o prosseguimento dos trabalhos destinados à operacionalização da supervisão do Depositário Central/Banco de Pagamento (DC/BR), em relação com a Autoridade dos Mercados Financeiros da União Monetária Oeste Africana (AMF-UMOA).

6.2.1.3 - Modernização dos sistemas e serviços de pagamento

No âmbito da modernização da infra-estrutura de pagamento sub-regional, a ação do BCEAO concentrou-se durante o ano 2023 na renovação da política geral das infraestruturas dos mercados financeiros, meios e serviços de pagamento na UEMOA, na implementação do projeto de interoperabilidade dos serviços financeiros digitais na UEMOA e no acompanhamento da emissão de Moedas Digitais de Banco Central (MDBC).

• Renovação da política geral das infraestruturas de mercados financeiros, meios e serviços de pagamento na UEMOA

O BCEAO adotou e implementou, no período de 2013-2022, uma Política Geral que visava «Dotar a UEMOA de sistemas de pagamento seguros, eficientes e acessíveis com base em critérios transparentes e colocar à disposição dos agentes económicos meios de pagamento modernos e de baixo custo».

O balanço da implementação desta política revela a concretização da visão do Banco Central para 2022. Com efeito, a taxa de realização do plano de ação foi de 90%, a taxa de satisfação

dos participantes foi superior a 90% e o volume das operações apoiadas pela moeda eletrônica passou de 109 milhões no valor de 2.251 mil milhões de FCFA em 2013 para 5,13 mil milhões de transações no valor de 63.716 mil milhões de FCFA em 2021. Além disso, os sistemas de pagamento têm registado a participação dos Tesouros Públicos Nacionais (TPN), das instituições comunitárias de financiamento e outras instituições financeiras não bancárias.

Além disso, o diagnóstico das IMF, dos meios e serviços de pagamento da União, conduzido pelos serviços do Banco Central permitiu identificar os desafios, a visão, os eixos, objetivos estratégicos de uma nova política das infraestruturas dos mercados financeiros, meios e serviços de pagamento. Este diagnóstico revelou, nomeadamente, forças relacionadas com a conformidade global dos sistemas de pagamento com os Princípios para as Infraestruturas dos Mercados Financeiros (PIMF) e o impacto inclusivo da infra-estrutura regional de pagamentos, em relação à importância da contribuição da moeda eletrônica na taxa global de inclusão financeira. No entanto, foram identificadas debilidades relacionadas com a necessidade de atualização da regulamentação dos pagamentos num contexto de emergência de novas atividades e novos atores, a forte dependência do Banco Central em relação aos fornecedores de tecnologia, assim como a inexistência de um dispositivo permanente de estudos e de vigilância no domínio dos pagamentos.

A análise também destacou as profundas mudanças no ecossistema de pagamentos que geram oportunidades, como a entrada de novos atores que não possuem contas no ecossistema, neste caso *FinTech*, a implementação de vários projetos de integração de sistemas de pagamento e liquidação nos planos regional e continental, bem como a abundância de novas tecnologias que afetam a eficiência das IMF. Além disso, outros problemas permanecem, nomeadamente a fraca aceitação dos pagamentos, a multiplicação das iniciativas destinadas à criação de plataformas interoperáveis públicas e privadas no seio da UEMOA, o aumento da cibercriminalidade e o desenvolvimento de cripto-ativos.

Uma consulta regional organizada de 27 de fevereiro a 2 de março de 2023, também permitiu identificar novos desafios e preocupações dos atores do ecossistema de pagamentos da UMOA.

As ações a implementar após a finalização da Política Geral 2023-2027 consistem, por um lado, na implantação de um plano de comunicação para os intervenientes e, por outro, na implementação de uma gestão adequada das ações previstas.

• Vigilância sobre a emissão de moedas digitais de Banco Central (MDBC)

Em relação às oportunidades e desafios relacionados com a Moeda Digital do Banco Central (MDBC), nomeadamente para a inclusão financeira, política monetária, estabilidade financeira, pagamentos transfronteiriços e atividades fiduciárias, o BCEAO empreendeu sob a égide do seu Comité FinTech criado em 2020, trabalhos de investigação destinados a estabelecer o interesse da emissão desta nova forma de moeda no seio da UMOA.

As primeiras conclusões desses estudos levaram as autoridades do Banco a reafirmar a pertinência do projeto e criar, em julho de 2023, um grupo de projetos para prosseguir as reflexões. Este grupo de projeto tem como atribuições:

- identificar os objetivos, desafios e riscos associados à emissão de MDBC na UMOA;**

- **realizar um estudo de viabilidade que cubra a identificação dos casos de uso, pré-requisitos, fatores-chave de sucesso, dispositivos de controle de riscos identificados e opções de conceção da MDBC;**
- **analisar os possíveis impactos da MDBC sobre as missões e atividades do BCEAO;**
- **examinar os impactos potenciais sobre as instituições de crédito, instituições de microfinança, outros intervenientes no ecossistema financeiro e a inclusão financeira.**

Os resultados dos trabalhos do Grupo de Projeto, deverão conduzir à formulação de propostas de orientações para as autoridades do Banco para o prosseguimento dos trabalhos relacionados com a MDBC na União.

VII - ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS, ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

7.1 - ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS	70
7.1.1 - Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UMOA.....	70
7.1.2 - Conselho de Ministros da União.....	70
7.1.3 - Comité de Política Monetária do BCEAO.....	77
7.1.4 - Conselho de Administração do BCEAO.....	80
7.1.5 - Comité de Auditoria do BCEAO.....	84
7.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO	84
7.2.1 - Governação e estrutura operacional do BCEAO em 31 de dezembro de 2023.....	84
7.2.2 - Gestão dos recursos humanos.....	87
7.2.3 - Património imobiliário.....	88
7.2.4 - Sistemas de informação.....	88
7.2.5 - Dispositivo de gestão dos riscos e atividades de controle.....	90
7.2.6 - Plano Estratégico 2022-2024 do BCEAO.....	91
7.2.7 - Sistema de Gestão da Qualidade do BCEAO.....	91

7.1 - ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

Durante o exercício de 2023, os órgãos do Banco Central e da União realizaram as suas reuniões, em conformidade com as disposições do Tratado da União Monetária Oeste Africana de 20 de janeiro de 2007 e dos Estatutos do Banco Central dos Estados da África Ocidental.

7.1.1 - CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UMOA

A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União realizou, no ano de 2023, duas sessões extraordinárias, respectivamente, em 8 de julho de 2023 em Bissau, na Guiné-Bissau, e em 30 de julho de 2023 em Abuja, na Nigéria.

7.1.2 - CONSELHO DE MINISTROS DA UNIÃO

Durante o exercício de 2023, a composição do Conselho de Ministros da União conheceu as seguintes alterações:

Para a República do Benin, o Senhor Olushegun Adjadi BAKARI, Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi nomeado membro do Conselho, a partir de 16 de junho de 2023, em substituição do Senhor Hamet AGUEMON.

Para a República da Guiné-Bissau,

- O Senhor Suleimane SEIDI, foi nomeado Ministro da Economia e das Finanças em 16 de agosto de 2023, substituindo o Senhor Ilidio Vieira TE;
- Na sequência da dissolução do Parlamento em 4 de dezembro de 2023, o Primeiro-Ministro, Senhor Geraldo João MARTINS, assumiu as funções de Ministro da Economia e das Finanças até 19 de dezembro de 2023, substituindo o Senhor Suleimane SEIDI;
- O Senhor Ilidio Vieira TE, foi nomeado Ministro das Finanças em substituição do Senhor Geraldo João MARTINS, a 20 de dezembro de 2023.

Para a República do Mali,

- O Senhor Alousséni SANOU, Ministro da Economia e das Finanças, reintegrou o Conselho após o regresso do Mali às instâncias da União, na sequência da decisão da Conferência dos Chefes de Estado da UEMOA, realizada em 8 de julho de 2023, na República da Guiné-Bissau;
- O Senhor Moussa Alassane DIALLO, Ministro da Indústria e do Comércio, é nomeado segundo representante, em substituição do Senhor Lamine Seydou TRAORE.

Para a República do Senegal,

- O Senhor Doudou KA, Ministro da Economia, do Plano e da Cooperação, é designado segundo Representante, em substituição da Senhora Oulimata SARR.

Até 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Ministros realizou quatro sessões ordinárias: em 31 de março na sede do Banco Central em Dakar, em 16 de junho na Agência Principal do BCEAO em Niamey, em 22 de setembro na Agência Principal de Abidjan, em 21 de dezembro na Agência Principal de Cotonou, assim como uma sessão extraordinária em 26 de junho, por videoconferência, sob a presidência do senhor Adama COULIBALY, Ministro das Finanças e do Orçamento da República da Costa do Marfim, o seu Presidente estatutário.

Na sua Sessão Ordinária de 31 de março de 2023, realizada nas instalações do Banco Central em Dakar, no Senegal, para examinar a evolução recente das economias da União, o Conselho de Ministros congratulou-se com a continuação da recuperação da atividade económica no decurso do ano de 2022, apesar da conjuntura internacional desfavorável. A taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real foi de 5,6% em 2022, contra 6,1% em 2021, impulsionada pela boa evolução da atividade em todos os setores produtivos e por uma procura interna sustentada.

Os ministros observaram uma ligeira diminuição da taxa de inflação na União, à semelhança do que se verifica em outras regiões do mundo, situando-se em 7,8% no quarto trimestre de 2022, contra 8,4% no trimestre anterior. Esta desaceleração do nível geral dos preços resulta essencialmente do aumento da produção alimentícia resultante da campanha agrícola 2022/2023 e da normalização progressiva da política monetária. Em 2022, a taxa de inflação foi de 7,4%, face a 3,6% em 2021. A inflação deverá continuar em declínio em 2023, atingindo 5,6%.

Ao examinar a situação orçamental, o Conselho de Ministros notou uma deterioração do défice orçamental, base engagements, incluindo donativos, que se situa em 6,8% do PIB no final de dezembro de 2022, contra 5,4% no ano anterior. Esta evolução resulta, nomeadamente, de um aumento das despesas dos Estados, resultante das medidas de luta contra o elevado custo de vida e a continuação dos programas de investimento.

No âmbito do financiamento dos orçamentos, os Estados mobilizaram 8.476,9 mil milhões de FCFA em 2022 no mercado dos títulos públicos e 2.022,9 mil milhões no primeiro trimestre de 2023. Tendo em conta a evolução recente, o Conselho debruçou sobre as ações com vista a dinamizar o mercado dos títulos públicos na UEMOA.

O Conselho sublinhou que as perspetivas económicas da União continuam a ser globalmente favoráveis, apesar de persistirem alguns fatores de risco. A taxa de crescimento do PIB real deverá ser de 6,5% em 2023 e 7,0% em 2024, como resultado do reforço da atividade nos setores terciário e secundário, nomeadamente a realização de vários projetos de grande envergadura no setor do petróleo e gás.

Os Ministros examinaram e aprovaram o Relatório sobre a situação económica e monetária da UEMOA em 31 de dezembro de 2022 e procederam à aprovação das contas do BCEAO para o exercício de 2022, bem como à afetação dos resultados financeiros.

Além disso, o Conselho adotou o projeto de Convenção que rege a Comissão Bancária da UMOA e o seu Anexo, bem como a Diretiva relativa à Luta contra o Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de armas de destruição maciça e o Projeto de Lei Uniforme relativo ao mesmo assunto.

Por último, o Conselho aprovou a nomeação de representantes dos Estados-Membros para o Comité de Estabilidade Financeira da UMOA (CSF-UMOA).

Para o BOAD

O Conselho de Ministros aprovou as perspetivas financeiras atualizadas revisadas 2023-2027, o relatório anual 2022 e as contas anuais da BOAD para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os Ministros aprovaram igualmente a alteração dos Estatutos desta Instituição na sequência da decisão de aumento do capital que ocorreu no final de dezembro de 2022.

Para a Comissão da UEMOA

O Conselho de Ministros examinou e aprovou o Projeto de Ato Adicional relativo à renovação do mandato e nomeação dos Conselheiros do Tribunal de Contas da UEMOA.

Os Ministros examinaram e adotaram a Decisão que aprova o Programa Regional de Desenvolvimento da Economia Digital (PRDEN) da UEMOA e as modalidades de sua implementação. O PRDEN, que será implementado no período 2023-2027, visa contribuir para a melhoria do desempenho das empresas da União e facilitar as relações entre os cidadãos e os Estados-Membros. Este programa deverá ainda contribuir para o aumento da utilização dos serviços digitais nas atividades económicas e sociais no espaço UEMOA.

A adoção destes dois textos permitirá tornar este Programa operacional através da implementação dos dispositivos institucionais de sua governação e financiamento.

Para a AMF-UMOA

O Conselho de Ministros deu mandato ao Presidente da AMF-UMOA para criar um Comité de Reforma Institucional e Organizacional, a ser submetido, até o final do ano 2023, com propostas de refundação deste Órgão e dos sucessivos reajustes dos textos de base que regem o seu funcionamento, após mais de vinte e cinco (25) anos de existência.

Na sua Sessão Ordinária de 16 de junho de 2023, realizada na sede do Banco Central em Niamey, as seguintes conclusões e recomendações foram aprovadas pelo Conselho de Ministros, no final das negociações:

Para a Comissão da UEMOA

O Conselho analisou e adotou o relatório semestral de execução da supervisão multilateral, de junho de 2023, elaborado para o primeiro semestre do ano, que procede à avaliação dos resultados económicos e financeiros dos Estados-Membros da União para o ano de 2022 e as perspetivas 2023. O crescimento económico da União foi de 5,9% em 2022, após 6,1% em 2021. Em 2023, a taxa de crescimento económico seria de 7,0%. Adotou igualmente a Recomendação relativa às orientações para as políticas económicas no ano de 2024. Os Estados-membros são convidados a implementar ações estruturantes destinadas a intensificar a produção agrícola. Neste contexto, o Conselho convidou a Comissão da UEMOA a iniciar todas as ações com vista a aumentar a produção agrícola de modo a favorecer a autonomia alimentar.

O Conselho adotou o Regulamento relativo ao código mineiro comunitário da UEMOA. Este regulamento visa dotar a União de um quadro jurídico harmonioso favorável ao desenvolvimento económico sustentável e que assegure um equilíbrio entre a necessidade de criar incentivos para atrair os investidores e a necessidade de proteger a base de rendimento e os recursos dos Estados-membros.

Os Ministros também adotaram a Diretiva relativa à Proteção do Consumidor na UEMOA, que visa estabelecer um quadro jurídico e regulamentar harmonizado da proteção do consumidor nos Estados membros com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do mercado comum.

O Conselho adotou a diretiva relativa à desmaterialização dos procedimentos e formalidades aduaneiras e do comércio externo no seio da UEMOA. Esta Diretiva tem por objetivo dar uma base jurídica ao processo de desmaterialização dos procedimentos e formalidades aduaneiras e

do comércio externo, a fim de melhor acompanhar os Estados-membros na promoção do comércio eletrônico transfronteiriço.

O Conselho adotou a diretiva relativa ao quadro de coordenação e partilha das frequências radioelétricas para os serviços terrestres de 87,5 MHz a 30 GHz nas zonas fronteiriças e marítimas dos Estados membros da UEMOA, que tem por objetivo definir as regras de gestão das frequências radioelétricas nas zonas fronteiriças dos Estados membros da UEMOA, para evitar interferências prejudiciais às comunicações.

Adotou também a Diretiva relativa à harmonização do quadro regulamentar relativo à homologação dos equipamentos terminais e equipamentos radioelétricos no espaço UEMOA, tendo por objetivo definir as regras comuns relativas à homologação desses equipamentos terminais e equipamentos radioelétricos no espaço UEMOA, tais como estações de base, telemóveis, terminais Wi-Fi ou transmissores de rádio.

O Conselho aprovou o primeiro coletivo no orçamento da União e adotou o segundo para o exercício de 2023. Tomou conhecimento igualmente do relato das transferências de créditos efetuadas entre 11 de setembro de 2022 e 30 de maio de 2023.

Para o Tribunal das Contas

O Conselho examinou e aprovou os relatórios finais de auditoria dos órgãos da UEMOA para os exercícios de 2019 e 2020.

Neste contexto, adotou os Regulamentos relativos à aprovação das contas financeiras dos órgãos da União, bem como as Decisões que dão quitação ao Ordenador Principal do Orçamento da União e ao Contabilista Principal dos órgãos da União para os exercícios de 2019 e 2020. Também tomou decisões que concedem a quitação de gestão aos contabilistas cessantes.

Para a AMF-UMOA

O Conselho de Ministros da União procedeu à renovação do mandato do representante da Guiné-Bissau no seio da AMF-UMOA, por um período de três (3) anos, com efeitos a partir de 1 de julho de 2023.

O Conselho aprovou igualmente as contas anuais da Autoridade dos Mercados Financeiros da UMOA para o exercício de 2022 e decidiu a afetação do resultado beneficente resultante.

Para o BCEAO

O Conselho de Ministros aprovou o projeto de lei uniforme sobre a regulamentação bancária nos Estados membros da UMOA. Além disso, o Conselho procedeu à aplicação dos artigos 67º e seguintes dos Estatutos do BCEAO, com vista à substituição de dois membros do Comité de Política Monetária.

Na sua Sessão Extraordinária de 26 de junho de 2023, realizada por videoconferência, o Conselho procedeu essencialmente ao exame dos dossiers inscritos na ordem do dia da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo de 8 de julho de 2023.

Na sua Sessão Ordinária de 22 de setembro de 2023, realizada na sede da Agência Principal do BCEAO em Abidjan, as seguintes conclusões e recomendações foram aprovadas pelo Conselho de Ministros, no final das discussões:

Para a Comissão da UEMOA

O Conselho examinou e adotou, no domínio da economia digital, a Diretiva relativa à utilização em massa do material digital que enuncia os princípios e as condições que os Estados-Membros são convidados a respeitar no quadro da promoção dos utilizadores digitais. Esta diretiva estabelece, além disso, uma lista de 20 serviços públicos que os Estados-membros devem digitalizar num prazo de 12 a 18 meses.

O Conselho de Ministros adotou igualmente a Decisão que cria o Comité dos reguladores nacionais digitais dos Estados membros da UEMOA. Esta decisão visa criar um quadro mais amplo de concertação entre as autoridades reguladoras digitais dos Estados-membros junto da Comissão, para melhorar a governação no setor da economia digital.

O Conselho também analisou o Regulamento relativo ao controlo da concentração de empresas no seio da União Económica e Monetária da África do Ocidental, a fim de permitir um controlo eficaz neste domínio. Decidiu adiar a sua aprovação para uma próxima sessão.

O Conselho validou, por outro lado, a Decisão que aprova o Programa Especial de Apoio Técnico e Financeiro da UEMOA à Guiné-Bissau, que tem como principal objetivo o reforço das capacidades dos recursos humanos e técnicos da administração pública e capacidades produtivas do país.

O Conselho adotou, por fim, a Diretiva que harmoniza as disposições relativas ao direito à remuneração por cópia privada no seio dos Estados-membros da UEMOA, cujo objetivo principal é contribuir para a melhoria dos rendimentos dos criadores, nomeadamente os titulares dos direitos de autor e dos direitos conexos.

Além disso, o Conselho foi informado sobre a situação da criação de um fundo de estabilização macroeconómica na UEMOA. Este fundo tem por objetivo o reforço da supervisão multilateral e a consolidação da resiliência dos Estados-membros face aos choques exógenos.

O Conselho foi igualmente informado das propostas da Comissão para uma mobilização optimal das receitas fiscais na União.

Para a AMF-UMOA

Após o exame das principais conclusões dos primeiros relatórios de acompanhamento das Concessões de Serviço Público concedidas à BRVM e ao DC/BR, o Conselho de Ministros incentivou a AMF-UMOA e as Estruturas Centrais, concessionárias, a acelerarem as diligências em curso, para satisfazer os requisitos de desempenho esperados.

Examinando as conclusões do relatório sobre a cartografia dos riscos do mercado, o Conselho de Ministros convidou a AMF-UMOA a dotar-se de mecanismos adequados à gestão dos riscos e a submeter toda a proposta pertinente para esse efeito, para aprovação.

O Conselho de Ministros foi informado sobre a situação da implementação dos projetos de reforma do mercado financeiro regional da UMOA. Por conseguinte felicitou a Organização pela implementação das ações estruturantes que permitirão reforçar a atratividade e o desenvolvimento do mercado.

Por último, o Conselho tomou conhecimento do Coletivo de Orçamento 2023 da AMF-UMOA, do relatório anual 2022 da Comissão e das principais conclusões do Colóquio Internacional sobre a

Finança e o Investimento Sustentáveis na União, realizado em Abidjan, nos dias 14 e 15 de setembro de 2023. Incentivou os órgãos e instituições comunitárias a desenvolver uma sinergia de ações em torno do financiamento climático.

Para o BOAD

Os Ministros aprovaram a nota relativa à criação de um Fundo para o financiamento de estudos de viabilidade de projetos «clima» nos países membros da UEMOA.

Para o BCEAO

O Conselho de Administração analisou as propostas relativas à aplicação do artigo 56º dos Estatutos do Instituto de Emissão.

Na sua Sessão Ordinária de 21 de dezembro de 2023, nas instalações da Agência Principal do BCEAO em Cotonou, as seguintes conclusões e recomendações foram aprovadas pelo Conselho de Ministros:

Para o BCEAO

Ao analisar a recente evolução da situação económica na União, o Conselho de Ministros congratulou-se com a vitalidade da atividade económica no decurso de 2023, apesar de uma conjuntura internacional difícil. Com efeito, a atividade económica na União manteve-se vigorosa em todos os setores. A taxa de crescimento da União deverá ser de 5,7 % em 2023.

Os ministros observaram que as pressões inflacionistas se atenuaram, embora não seja possível excluir o risco de uma reviravolta. A taxa de inflação na região deverá ser de 3,7% em 2023, contra 7,4% em 2022.

O Conselho observou que as perspectivas económicas da União continuam a ser globalmente favoráveis. De acordo com as últimas projeções, o crescimento do PIB da União em termos reais deverá ser de 6,5% em 2024, após 5,7% em 2023, impulsionado por um bom desempenho do setor terciário e pelo aumento da atividade no setor secundário, consequência do aumento da produção extrativa e transformadora.

Em consequência, os Ministros aprovaram o Relatório sobre a situação económica e monetária da UEMOA até 30 de setembro de 2023 e a previsão macroeconómica da UEMOA para os anos de 2023 a 2028.

Além disso, o Conselho aprovou o Projeto de Lei Uniforme que regulamenta a microfinança na UMOA. O Conselho decidiu igualmente aumentar o capital social mínimo dos bancos da UMOA, a fim de reforçar a resiliência do setor bancário e responder às necessidades de financiamento das economias da União.

Os ministros também estabeleceram limites para a implementação da Lei Uniforme de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destruição em Massa nos Estados membros da UMOA.

Além disso, o Conselho aprovou os resultados da Comissão Especial para a seleção dos Auditores externos do BCEAO para os exercícios de 2024 a 2029 e procedeu à nomeação do representante do Mali no Comité de Estabilidade Financeira na UMOA (CEF-UMOA).

Por fim, em aplicação do artigo 56º dos Estatutos do BCEAO, o Conselho de Ministros procedeu à nomeação do Senhor Der Rogatien PODA, na qualidade de Vice-Governador do Banco Central, para um mandato de cinco anos, com efeitos a partir de 5 de fevereiro de 2024.

Para o BOAD

O Conselho, após a adoção das atas das reuniões ordinárias do Conselho de Ministros da UMOA realizadas em 31 de março de 2023 em Dakar, na República do Senegal, e em 22 de setembro de 2023 em Abidjan, na República da Costa do Marfim, aprovou as Perspetivas Financeiras atualizadas 2024-2028 do BOAD, a nota relativa à entrada no capital do BOAD do Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África (BADEA) e assim como referente ao levantamento das imunidades e privilégios do BOAD no âmbito da concessão de contribuições por certos parceiros.

O Conselho foi igualmente informado da proposta de emissão de uma dívida híbrida a ser subscrita pelo Cassa Depositi e Prestiti (CDP), sob a forma de investimento privado, da proposta de emissão de uma dívida híbrida a ser subscrita pelo BADEA, na forma de investimento privado, bem como as conclusões dos *workshops* temáticos organizados pelo BOAD no âmbito da comemoração do seu cinquentenário.

Para a Comissão da UEMOA

O Conselho de Ministros examinou e aprovou o orçamento dos órgãos da União, a título do exercício de 2024, que se cifra em receitas e despesas num montante de 142,0 mil milhões de FCFA contra previsões revistas de 2023 de 145,5 mil milhões de FCFA, ou seja, uma redução de 3,5 mil milhões de FCFA, o que corresponde a uma taxa relativa de 2,4%.

Este orçamento toma em conta, a aceleração da implementação do Quadro de Ações Prioritárias (CAP-2025).

Assim, o Conselho adotou o Regulamento relativo ao orçamento dos órgãos da União para o exercício de 2024 e as Decisões subsequentes.

Os Ministros examinaram igualmente o relatório semestral de execução da supervisão multilateral, de dezembro de 2023.

No que diz respeito às perspetivas económicas e financeiras a médio prazo, a consolidação orçamental começaria em 2025. No entanto, estas perspetivas seriam afetadas pelo ambiente internacional marcado pela continuação da guerra na Ucrânia, pelas tensões geopolíticas no Médio Oriente, volatilidade dos preços das matérias-primas e restrição das condições de financiamento. No plano regional, os riscos dizem respeito à persistência da crise de segurança e incertezas associadas às crises sociopolíticas em alguns Estados da União.

Para garantir a viabilidade da União e reforçar a resiliência das economias, o Conselho observou que é imperativo restabelecer ou preservar as condições de um clima social e económico de todos os Estados-Membros e prosseguir os esforços de mobilização dos recursos, tanto internos como externos.

O Conselho adotou, por conseguinte, o relatório semestral de execução da supervisão multilateral de dezembro de 2023 e a recomendação relativa às perspetivas económicas e financeiras a médio prazo dos Estados-Membros para o período 2024-2028.

Para o Tribunal das Contas da UEMOA

O Conselho examinou e aprovou o relatório final de auditoria dos órgãos da UEMOA para o exercício 2021.

Por conseguinte, adotou o Regulamento que aprova as contas financeiras dos órgãos da União para o exercício de 2021 e as Decisões que dão quitação aos gestores orçamentais e contabilistas das instituições da União para o exercício de 2021.

Os ministros adotaram igualmente uma decisão que dá o visto de gestão ao contabilista-chefe cessante dos órgãos da União.

Para a Autoridade dos Mercados Financeiros

O Conselho de Ministros convidou a Autoridade dos Mercados Financeiros da União Monetária da África Ocidental (AMF-UMOA), a finalizar o dossiê relativo à Reforma Institucional e Organizacional do Órgão, com vista ao seu exame durante a sessão do mês de março de 2024, na qual será igualmente analisado o projeto de orçamento da Autoridade para o ano 2024.

7.1.3 - COMITE DE POLÍTICA MONETÁRIA DO BCEAO

Em 2023, a composição do Comité de Política Monetária do BCEAO sofreu as seguintes alterações:

Para a República da Guiné-Bissau, o Senhor Jeremias António DA CRUZ PEREIRA, Coordenador do Gabinete Técnico do Ministro das Finanças da Guiné-Bissau, foi nomeado em 16 de junho de 2023 para substituir o Senhor José BIAI.

Para a República do Senegal, o Senhor Cheikh Tidiane DIOP, Diretor-Geral da Contabilidade Pública e do Tesouro, foi nomeado em 1 de setembro de 2023 para substituir o senhor Moussa TOURE.

Para os membros intuitu personae, o Senhor Abdoulaye SOUMANA, Presidente do Conselho de Administração da Universidade de Ciências e Tecnologias do Níger, foi nomeado em 16 de junho de 2023 para substituir o senhor Maïna Boukar MOUSSA.

Para a República do Mali, o Senhor Sidiki TRAORE, Inspetor do Tesouro, reintegrou o Comité após o regresso do Mali às instâncias da União, na sequência da decisão da Conferência dos Chefes de Estado da UEMOA, realizada em 8 de julho de 2023, na República da Guiné-Bissau.

Durante o ano de 2023, o Comité de Política Monetária do BCEAO realizou quatro reuniões ordinárias. Em 1 de março, 6 de setembro e 6 de dezembro nas instalações da sede do BCEAO e 7 de junho por videoconferência, sob a presidência do Sr. Jean-Claude Kassi BROU, Governador do Banco Central, seu Presidente estatutário.

Na sua Sessão realizada a 1 de março de 2023, o Comité analisou as principais evoluções da conjuntura económica internacional e regional, e os fatores de risco que podem afetar as perspetivas a médio prazo da inflação e do crescimento económico na União.

No que diz respeito à conjuntura internacional, o Comité observou a continuação da desaceleração da atividade económica mundial durante o quarto trimestre de 2022. De acordo com as últimas projeções publicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em janeiro de 2023, o crescimento económico mundial abrandou de 3,4% em 2022 para 2,9% em 2023. Estas perspetivas são influenciadas, segundo o FMI, por fatores de risco globalmente desfavoráveis,

associados principalmente ao agravamento da situação sanitária na China, à estagnação da guerra na Ucrânia, e ao endurecimento mais evidente das condições financeiras, que poderia acentuar os riscos de incumprimento da dívida externa.

Nos mercados de matérias-primas, os preços dos produtos energéticos e não energéticos caíram globalmente no quarto trimestre de 2022, após terem atingido níveis históricos no segundo e terceiro trimestres de 2022.

No entanto, as pressões inflacionistas persistiram na maior parte do mundo, levando os bancos centrais a intensificar o aperto da política monetária, através de um aumento das taxas de juro. Em particular, o Banco Central Europeu (BCE) e o FED tomaram medidas para reduzir os respetivos balanços. Estas medidas deverão resultar numa redução da liquidez no sistema financeiro.

Ao examinar as condições económicas na UEMOA, o Comité constatou que a atividade económica se manteve dinâmica no quarto trimestre de 2022, com um aumento de 5,4% do PIB em volume, um ano após uma subida de 5,7% registada no trimestre anterior. De acordo com as últimas estimativas, o crescimento do PIB real da União deverá ser de 5,6% em 2022 e 6,5% em 2023, após 6,1% em 2021. O Comité de Política Monetária observou, no entanto, que estas perspectivas favoráveis de crescimento da União, estão suscetíveis a riscos, essencialmente com tendência de baixa, ligados às incertezas sobre a conjuntura internacional, deterioração do clima de segurança na região, e más condições meteorológicas.

A execução das operações financeiras dos Estados membros da UEMOA se traduziu, no decorrer do ano de 2022, por um aumento do défice orçamental, base engagements, incluindo donativos, em relação ao ano anterior, devido às medidas tomadas para preservar o poder de compra das populações e continuar a execução dos programas de investimento público. O défice orçamental atingiu 6.971,7 mil milhões, ou seja, 6,4% do PIB no final de dezembro de 2022, contra 5.435,3 mil milhões ou 5,4% um ano antes.

As trocas comerciais externas dos Estados-membros da União em 2022, resultaram num défice de conta corrente de 7,7% do PIB, após 5,6% em 2021. O saldo global da balança de pagamentos apresentou um défice de 3.443,2 mil milhões, em comparação com um excedente de 475,7 mil milhões no ano anterior. Esta deterioração das contas externas ocorre num contexto de encarecimento dos produtos alimentares e energéticos nos mercados mundiais, conjugado com uma diminuição dos fluxos líquidos de capitais a título da conta financeira.

As condições monetárias na União no quarto trimestre de 2022, foram marcadas por uma subida das taxas de juro, devido aos três aumentos sucessivos de 25 pontos base das taxas de juro do BCEAO desde junho de 2022. Os pedidos de refinanciamento dos bancos da União foram pagos a uma taxa mínima de 2,50% até 15 de dezembro de 2022 e, em seguida, a uma taxa de 2,75% durante o resto do trimestre. A taxa média de juros dos empréstimos bancários, com todos os vencimentos, aumentou de 2,62% para 3,26% no último trimestre de 2022. Em particular, para os empréstimos de uma semana que concedem entre si, a taxa de juro aumentou de 2,80% para 3,10%. A taxa de juro média dos créditos concedidos pelos bancos aos seus clientes, aumentou de 6,54% no terceiro trimestre de 2022 para 6,70% no quarto trimestre de 2022.

Os empréstimos à economia aumentaram, em termos homólogos, 14,4% no final de dezembro de 2022. Em contrapartida, os ativos externos líquidos da União contraíram-se em 3.288,7 mil milhões, em ligação com a deterioração das contas externas. Estes desenvolvimentos levaram a um crescimento homólogo de 11,3% da massa monetária no final de dezembro de 2022. Na mesma data, as reservas cambiais atingiram um nível correspondente a uma taxa de cobertura

da emissão monetária de 63,2%, em comparação com 67,9% no trimestre anterior. Estas reservas asseguram à União 4,4 meses de importações dos bens e serviços contra 4,6 meses no trimestre precedente.

O Comité de Política Monetária observou a tendência descendente da taxa de inflação, que se elevou a 7,8% no quarto trimestre de 2022, após 8,4% um trimestre anterior. De forma semelhante, a inflação subjacente (excluindo os produtos de preços voláteis) atingiu 5,2% no quarto trimestre de 2022, após ter sido de 5,4% no trimestre anterior. Esta desaceleração do nível geral dos preços foi, nomeadamente, apoiada pelos bons resultados da campanha agrícola 2022/2023, bem como pelas medidas de política monetária tomadas pelo Banco Central e pelos esforços dos Estados para reduzir a inflação.

As últimas previsões apontam para uma inflação na União que continuará a ser baixa, mantendo-se em níveis elevados durante vários trimestres. Deverá aumentar para 5,6% em 2023 e 2,9% em 2024, após 7,4% em 2022. Em dois anos, no quarto trimestre de 2024, a taxa de inflação deverá ser de 2,5%, situando-se na zona da meta [1,0% - 3,0%]. Esta desaceleração do nível geral dos preços no período de previsão estaria ligada, nomeadamente, ao abrandamento dos preços mundiais dos produtos alimentares e do petróleo, ao prosseguimento da normalização da política monetária e medidas orçamentais destinadas a reduzir os custos da vida.

No entanto, a taxa de inflação manteve-se elevada ao longo de vários períodos e os riscos de uma retomada da inflação a curto prazo associados aos recentes aumentos dos preços dos produtos petrolíferos e da eletricidade em alguns países, criando receios de uma desindexação das expectativas de inflação.

O Comité de Política Monetária considerou, por conseguinte, necessário prosseguir o processo de normalização gradual da sua política monetária, iniciado em junho de 2022. Por conseguinte, decidiu aumentar as taxas de juro do BCEAO em 25 pontos base, a fim de acelerar o regresso gradual da inflação à meta. Por exemplo, a taxa de juro mínima em operações de injeção de liquidez foi aumentada de 2,75% para 3,00% e a taxa de juro do balcão de financiamento marginal de 4,75% para 5,00%. A decisão entra em vigor em 16 de março de 2023. O coeficiente de reserva mínima aplicável aos bancos da União permanece inalterado em 3,0%.

Na sua Sessão de 7 de junho de 2023, o Comité de Política Monetária decidiu manter inalterado a taxa principal à qual o Banco Central empresta os seus recursos aos bancos, em 3,00 %, bem como a taxa de juro no balcão de empréstimo marginal em 5,00%, níveis em vigor desde 16 de março de 2023.

Esta decisão surge após as subidas das taxas de juro de referência iniciadas em junho de 2022 e tendo em conta a atenuação gradual das pressões inflacionistas num contexto de crescimento económico sustentado na União.

A inflação nos países da União diminuiu. A taxa de inflação diminuiu de 8,4% em setembro de 2022 para 5,7% em março de 2023 e 4,6% em abril de 2023. Esta queda foi apoiada pelos bons resultados da campanha agrícola 2022/2023, a redução dos custos de energia e as medidas de política monetária tomadas pelo Banco Central e os esforços dos Estados para combater o custo de vida. Nos próximos períodos, a inflação deverá continuar a diminuir para menos de 3,0% em conformidade com o objetivo do Banco Central.

Os créditos à economia aumentaram 16,6% em termos anuais no final de março de 2023, após 14,4% no trimestre anterior, para apoiar o financiamento das economias da União.

Na sua Sessão de 6 de setembro de 2023, o Comité de Política Monetária decidiu aumentar as taxas de juro do Banco Central em 25 pontos base, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2023. Assim, a principal taxa de referência à qual o Banco Central empresta os seus recursos aos bancos passa de 3,00% para 3,25%.

Esta decisão surge num contexto de incerteza crescente a nível regional, de pressões inflacionistas persistentes, de condições financeiras mais elevadas nos mercados internacionais e de menor mobilização de recursos externos. O aumento das taxas de juro visa, portanto, antecipar e conter o impacto destes fatores de risco nas perspetivas macroeconómicas da União.

A atividade económica na UMOA manteve o seu dinamismo de crescimento no segundo trimestre de 2023. Para 2023, o crescimento económico é projetado em 5,6%.

A taxa de inflação em termos homólogos, que tinha atingido 5,8% no primeiro trimestre de 2023, diminuiu para 4,0% no segundo trimestre. Em julho de 2023, ela subiu para 3,4%.

Por outro lado, os créditos à economia evoluíram a um ritmo sustentado, registando uma progressão de 16,2%, em ritmo anual, no final de junho de 2023, após 16,6% no final de março de 2023. Esta orientação permite apoiar a atividade económica na União.

Na sua sessão de 6 de dezembro de 2023, o Comité de Política Monetária decidiu aumentar as taxas de juro do Banco Central em 25 pontos base, com efeitos a partir de 16 de dezembro de 2023. Assim, a principal taxa de referência à qual o Banco Central empresta os seus recursos aos bancos passa de 3,25% para 3,50%. O coeficiente de reservas mínimas aplicáveis aos bancos permanece inalterado em 3,0%.

Esta decisão surge num contexto em que os riscos de um regresso das pressões inflacionárias estão a aumentar, em ligação com o aumento das incertezas tanto a nível internacional como regional. Tem igualmente em conta as tensões sobre as contas externas da União. O aumento das taxas de juro visa, assim, antecipar e conter o impacto destes fatores de risco.

A atividade económica no âmbito da UMOA manteve o seu dinamismo de crescimento no terceiro trimestre de 2023, prevendo-se para todo o ano de 2023 um crescimento económico projetado em 5,7%. A taxa de inflação, em ritmo anual, deverá situar-se em 3,07% no final do ano de 2023, após 7,4% em 2022.

Por outro lado, o crédito à economia continua a evoluir a um ritmo sustentado, registando uma progressão de 13,9%, em taxa anual, no final de setembro de 2023, após 16,2% no final de junho de 2023. Em particular, o ritmo de crescimento dos empréstimos concedidos a empresas privadas atingiu 15,0%, após um crescimento de 18,9% no trimestre anterior. Os pagamentos às famílias aumentaram 9,8% após 11,3% no trimestre anterior. Esta orientação permite apoiar a atividade económica na União.

O Comité de Política Monetária, analisando a evolução dos riscos que rodeiam as perspetivas macroeconómicas, tomará, se necessário, as medidas adequadas para assegurar a estabilidade monetária da zona.

7.1.4 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

Em 2023, a composição do Conselho de Administração do BCEAO conheceu as seguintes evoluções:

Para o Burkina Faso, o Senhor Bruno Raymond BAMOUNI, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado em 26 de abril de 2023 para substituir o senhor Célestin Santéré SANON.

Para a República da Costa do Marfim, o Senhor Arthur AHOUSSE, Diretor-geral adjunto do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado em 7 de novembro de 2023 para substituir o senhor Konan Jacques ASSAHORE.

Para a República da Guiné-Bissau, o Senhor Faustino DE PINA RODRIGUES, Tesoureiro-Geral, foi nomeado em 14 de novembro de 2023 para substituir o Senhor Carlos GOMES.

Para a República do Mali, o senhor Abdoulaye TRAORE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças, reintegrou o Conselho, após o regresso do Mali às instâncias da União, na sequência da decisão da Conferência dos Chefes de Estado da UEMOA, realizada em 8 de julho de 2023, na República da Guiné-Bissau.

O Conselho realizou duas sessões ordinárias, respectivamente em 15 de março e 15 de dezembro de 2023 na sede do BCEAO em Dakar, sob a presidência do Sr Jean-Claude Kassi BROU, Governador do Banco Central, seu Presidente estatutário.

Na sua Sessão Ordinária de 15 de março de 2023, o Conselho analisou e aprovou as demonstrações financeiras do BCEAO para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira (IFRS) e as regras específicas do BCEAO. Além disso, tomou conhecimento dos Relatórios do Comissário Controlador para o exercício de 2022.

O Conselho também analisou o Relatório de Autoavaliação do Comité de Auditoria do BCEAO para o exercício 2022 e aprovou a Relação de Conclusões da reunião do referido Comité realizada em 14 de março de 2023, na sede do Instituto de Emissão.

Além disso, os membros do Conselho de Administração foram informados das conclusões do Relatório anual de atividades do Comité de Auditoria, para o exercício de 2022.

No final dos trabalhos, o Conselho felicitou o Banco Central pelos resultados obtidos e decidiu submeter as demonstrações financeiras assim aprovadas à aprovação do Conselho de Ministros da União, em conformidade com os Estatutos do BCEAO.

Na sua Sessão Ordinária de 15 de dezembro de 2023, o Conselho examinou e aprovou o projeto de orçamento do BCEAO para o exercício 2024.

Os membros do Conselho também aprovaram as Notas de conclusão das reuniões do Comité de Auditoria da BCEAO realizadas em julho e dezembro de 2023, na sede do Instituto de Emissão.

O Conselho, além disso, foi informado dos resultados dos trabalhos da Comissão Especial para a seleção dos Auditores externos do BCEAO no âmbito dos exercícios de 2024 a 2029 e deu o seu parecer favorável, com vista à sua submissão à aprovação do Conselho de Ministros da União, em conformidade com os Estatutos do Banco Central.

7.1.5 - COMITÉ DE AUDITORIA DO BCEAO

Em 2023, a composição do Comité de Auditoria da BCEAO sofreu as seguintes alterações:

Para Burkina Faso, o Senhor Bruno Raymond BAMOUNI, Diretor-Geral do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado em 23 de janeiro de 2023 para substituir o Senhor Célestin Santéré SANON.

Para a República da Costa do Marfim, o Senhor Arthur AHOUSI, Diretor-geral adjunto do Tesouro e da Contabilidade Pública, foi nomeado em 23 de janeiro de 2023 para substituir o senhor Konan Jacques ASSAHORE.

Para a República do Mali, o Senhor Abdoulaye TRAORE, Secretário-Geral do Ministério da Economia e das Finanças, reintegrou o Comité, após o regresso do Mali às instâncias da União, na sequência da decisão da Conferência dos Chefes de Estado da UEMOA, realizada em 8 de julho de 2023, na República da Guiné-Bissau.

Em 31 de dezembro de 2023, o Comité de Auditoria da BCEAO realizou três sessões ordinárias nas instalações da sede da BCEAO e da Agência Principal de Abidjan, respetivamente, 14 de março de 2023 e 17 de julho de 2023, sob a presidência do senhor Konan Jacques ASSAHORE, o seu Presidente estatutário, bem como em 13 de dezembro de 2023, nas instalações da sede do BCEAO, sob a presidência do senhor Arthur AHOUSI.

Na sua Sessão de 14 de março de 2023, o Comité de Auditoria do Banco Central examinou, nomeadamente, as demonstrações financeiras do Banco Central e os relatórios do Comissário Controlador a título do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Após ter examinado as demonstrações financeiras elaboradas pelos Serviços do Banco e os relatórios de auditoria apresentados pelo Comissário Controlador, o Comité observou com satisfação que o exercício do Banco Central produziu um excedente líquido de 125,306 mil milhões, um aumento de 127% em relação ao ano anterior.

O Comité tomou nota da opinião emitida pelo Comissário Controlador sobre os estados financeiros que se traduziu em sua certificação sem reservas das contas do BCEAO a 31 de dezembro de 2022. O Comissário Controlador indicou, além disso, que o dispositivo de controlo interno do Banco Central é satisfatório. No entanto, fez recomendações para o seu reforço.

O Comité de Auditoria dirigiu as suas felicitações ao Governador e ao pessoal do Banco Central, pelos resultados obtidos e recomendou que o Conselho de Administração, aprove as contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, tal como são apresentadas.

Além disso, o Comité observou com satisfação a situação de implementação do plano de ação resultante da sua autoavaliação realizada em 2019 e o resultado da avaliação das prestações do Comissário Controlador e dos Controladores Nacionais no âmbito do exercício 2022.

Além disso, o Comité de Auditoria examinou o relatório sobre o dispositivo de cibersegurança do BCEAO e o relatório anual sobre as atividades de controlo do Instituto de Emissão. O Comité incentivou a diligente implementação das medidas previstas para amadurecer o dispositivo acima mencionado.

Tomou conhecimento dos dossiês de informação, nomeadamente a carta de afirmação para o exercício 2022 e a situação de implementação das recomendações formuladas pelas missões de auditoria interna e externa.

Por fim, o Comitê felicitou os Serviços do Banco Central e o Comissário Controlador pela qualidade dos documentos produzidos e a clareza das apresentações.

Na sua Sessão de 17 de julho de 2023, o Comitê de Auditoria do Banco Central examinou, nomeadamente, o estado de execução das missões de auditoria interna em 30 de junho de 2023 bem como o relatório anual sobre os riscos operacionais a título do exercício 2022.

O Comitê observou com satisfação a boa execução do programa de missões de auditoria interna no primeiro semestre de 2023 e elogiou o desempenho do BCEAO.

Após a análise do relatório anual do Banco Central sobre os riscos operacionais para o exercício de 2022, o Comitê apreciou a pertinência do relatório que dá uma garantia razoável sobre a qualidade da gestão dos riscos no BCEAO.

Além disso, o Comitê tomou conhecimento do estado de implementação, em 31 de maio de 2023, das recomendações formuladas durante as suas sessões anteriores, bem como dos planos de ação resultantes das suas autoavaliações.

O Comitê acompanhou com interesse uma apresentação sobre o dispositivo de controlo das operações da Direção Nacional do BCEAO para a Costa do Marfim. No final da apresentação, elogiou o Banco Central pela qualidade do dispositivo existente.

Além disso, o Comitê tomou nota das conclusões da análise comparativa da composição dos comités de auditoria de uma amostra de bancos centrais, relativamente à presença de administradores independentes.

Por fim, o Comitê elogiou os Serviços do Banco Central pela qualidade dos documentos produzidos e pela clareza das apresentações.

Na sua Sessão de 13 de dezembro de 2023, o Comitê de Auditoria reuniu-se para examinar, nomeadamente, os resultados dos trabalhos da Comissão Especial para a seleção dos Auditores externos do BCEAO no âmbito dos exercícios 2024 a 2029, o relatório anual de atividades para o ano de 2023, o programa de trabalho para o exercício de 2024 e o plano trienal de auditoria interna do BCEAO para o período de 2024 a 2026.

O Comitê examinou as conclusões dos trabalhos da Comissão Especial para a seleção do Comissário Controlador e dos Controladores Nacionais do BCEAO para os exercícios de 2024 a 2029.

Igualmente, elogiou o BCEAO e a Comissão Especial pela qualidade do trabalho realizado, nomeadamente pelo rigor, transparência e respeito das melhores práticas observadas no processo de seleção. Garantiu que as sociedades de auditoria escolhidas dispusessem dos recursos humanos e das competências técnicas necessárias para a auditoria e certificação das contas do Banco Central, em conformidade com os Estatutos do Instituto de Emissão e normas internacionais aceites.

Consequentemente, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração que emita um parecer favorável sobre a lista dos proponentes titulares e suplentes propostos para a auditoria externa das contas do BCEAO, no âmbito dos exercícios 2024 a 2029.

O Comitê de Auditoria aprovou ainda o seu relatório anual de atividades para o exercício de 2023, sob reserva da tomada em consideração das observações formuladas na sessão, bem como o estado de implementação dos planos de ação resultantes das suas auto-avaliações. O

relatório anual de atividades será submetido à aprovação do Conselho de Administração na sua sessão de março de 2024.

O Comitê aprovou igualmente o seu programa de trabalho para o ano 2024, dedicado à análise dos relatórios financeiros do BCEAO para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, ao plano de ação sobre o reforço do dispositivo de ciber-resiliência do BCEAO, à avaliação externa da Direção de Inspeção e Auditoria e acompanhamento da execução do programa das missões de auditoria interna do ano 2024. Além disso, o CSNU realizou três sessões de formação no âmbito do reforço das capacidades dos seus membros.

Observou com satisfação a boa execução do plano de auditoria trienal 2021-2023 do Banco Central. O Comitê aprovou o plano de auditoria interna para o período 2024-2026, que abrange as principais áreas de atuação do Banco e os riscos emergentes, incluindo os relacionados com a cibersegurança, o branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

O Comitê tomou nota, além disso, do estado de implementação das recomendações anteriormente formuladas, bem como das missões de auditoria interna e externa.

Além disso, apreciou a apresentação do Comissário Controlador sobre a auditoria das contas em 31 de outubro de 2023 e sobre o controle interno.

Por fim, o Comitê elogiou os Serviços do Banco Central pela elevada qualidade dos documentos produzidos e pela clareza das apresentações.

7.2 - ADMINISTRAÇÃO DO BCEAO

7.2.1 - GOVERNAÇÃO E ESTRUTURA OPERACIONAL DO BCEAO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

MEMBROS DO GOVERNO

Governador	Sr. Jean-Claude Kassi BROU
Vice-Governador	Sr. Norbert TOE
Vice-Governador	Sr. Mamadou DIOP
Secretário-Geral	Sr. Abdoulaye SECK
Diretor de Gabinete	Sr. Kouao Ephrem ENOH
Conselheiro Especial do Governador	Sr. Bassambié Franck BATIONO
Conselheiro do Governador	Sr. Antoine TRAORE
Conselheiro do Governador	Sr. Gbégnon Alain M. KOMACLO
Conselheiro do Governador	Sr. Ahmadou Al Aminou LO
Conselheiro do Governador	Sr. Kossi TENOU
Conselheiro do Governador	Sr. Chalouho COULIBALY

GABINETE DO GOVERNADOR

Administradora Delegada da Fundação BCEAO- Abdoulaye FADIGA	Sr^a Akouélé Sylviane MENSAH
Diretor do Gabinete do Governador	Sr. Abdoulaye TRAORE

Diretora da Célula de Comunicação do Governador	Sr^a Adja Aminata NDIAYE
---	---

SECRETARIADO GERAL

Secretário-Geral	Sr. Abdoulaye SECK
Conselheiro do Secretário-Geral	Sr. Adrien Amadou Mactar DIOUF
Diretora do Secretariado-geral	Sr^a Gisèle KENY NDOYE

CONTROLE GERAL

Controlador-Geral	Sr. Gbégnon Alain Michel KOMACLO
Conselheiros do Controlador-Geral	Sr. Coulibaly HORO Sr. Kora LILIOU Sr. Mahamadou Ali ISSOUFOU

DIREÇÕES GERAIS

Diretor-Geral das Atividades de Fiduciárias	Sr. Bwaki KWASSI
Diretor-Geral da Economia e da Moeda	Sr. Bassambié Franck BATIONO
Diretor-Geral das Operações e da Inclusão Financeira	Sr. Mahamane Alassane TOURE
Diretora-Geral da Estabilidade Financeira e do Financiamento das Economias	Sr^a Yaye Aminata SECK MBOW
Diretor-Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr. Ekoué Djro GLOKPOR
Diretor-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	Sr. Alioune Blondin BEYE
Diretor-Geral do Centro Oeste Africano de Treinamento e Estudos Bancários (COFEB)	-

CONSELHEIROS DOS DIRETORES GERAIS

Conselheiro do Diretor Geral de Atividades de Fiduciárias	Sr. Siaka KEITA
Conselheiro do Diretor-geral da Economia e da Moeda	Sr. Bléhoué Toussaint DAMOH
Conselheiro do Diretor Geral de Operações e Inclusão Financeira	Sr. Charlie Jerry DINGUI
Conselheiro do Diretor-Geral da Estabilidade Financeira e do Financiamento das Economias	-
Conselheiro do Diretor-Geral da Organização e dos Sistemas de Informação	Sr. Tiéguélé Abdoul F. COULIBALY
Conselheira do Diretor-Geral da Administração e dos Recursos Humanos	Sr^a. Fama Adama KEITA
Conselheiros do Diretor-Geral do Centro Oeste Africano de Treinamento e Estudos Bancários	Sr. Patrick KODJO - Sr. Balibé Serge Auguste BAYALA

DIREÇÕES DOS SERVIÇOS CENTRAIS

Diretor de Assuntos Jurídicos e Institucionais	Sr. Abdourahmane NIANG
Diretora da Documentação, Publicações e Arquivos	Sr^a. Ndèye Fatou DIOP SECK
Diretor da Inspeção e Auditoria	Sr. Mouhamed DIOP
Diretora de Vigilância e Prevenção de Riscos	Sr^a. Anastasie CARVALHO KODJO
Diretor de Estudos Fiduciários	Sr. Mohamed Almountaka ALFIDJA
Diretor de Operações de Caixa	Sr. Yamoussa M. KONE
Diretor do Centro de Processamento de Fiduciários	Sr. Salifou HAMANI
Diretor de Estatísticas	Sr. Mahaman Tahir HAMANI
Diretor de Conjuntura Económica e Análises Monetárias	Sr. Bléhoué Toussaint DAMOH
Diretor de Estudos Económicos e Integração Regional	Sr. N'Guessan Berenger Landry ABOU
Diretor de Operações de Mercado	Sr. Djibril DIAW
Diretor de Sistemas e Meios de Pagamento	Sr. Charlie Jerry DINGUI
Diretora de Inclusão Financeira	Sr^a. Niffone Jacqueline DABOU
Diretor de Operações Bancárias e Financiamento Alternativo	Sr. Bassirou Makha Racine KANE
Diretor de Estabilidade Financeira	Sr. Banassi OUATTARA
Diretor de Contabilidade e Controle de Gestão	Sr. Noël Doris HOUNDJI
Diretor de sistemas de informação	Sr. Tiéguélé Abdoul F. COULIBALY
Diretor de Orçamento e Aprovisionamento	Sr. Jean-François JOSSOU
Diretor de Gestão Administrativa e Social do Pessoal	Sr. Vincent SEDALO
Diretor de Gestão de Carreiras e Competências	Sr. Jean-Blaise KOUAME
Diretor de Patrimônio e Segurança	Sr. Ali SEINI OUMAR
Diretor de Ensino e Programas de Formação	Sr. Toukou Fernand ABOUTOU
Diretora de Pesquisa e Parcerias	Sr^a. Ndèye Amy NGOM SECK
Diretora de Assuntos Administrativos e de Comunicação	Sr^a. Hadja Yelly KONE

DIREÇÕES NACIONAIS

Diretor Nacional para o Benin	Sr. Emmanuel ASSILAMEHOO
Diretor Nacional para o Burkina	Sr. Armand BADIEL
Diretor Nacional para a Costa do Marfim	Sr. Chalouho COULIBALY
Diretora Nacional para a Guiné-Bissau	Sr^a. Zenaida M. LOPES CASSAMA
Diretor Nacional para o Mali	-
Diretor Nacional para o Níger	Sr. Maman Laouali ABDOU RAFA

Diretor Nacional para o Senegal	Sr. Ahmadou Al Aminou LO
Diretora Nacional para o Togo	Sr^a Akuwa DOGBE AZOMA

SECRETARIADO-GERAL DA COMISSÃO BANCÁRIA DA UMOA (CB-UMOA)

Secretário-Geral	Sr. Antoine TRAORE
Secretários Gerais Adjuntos	- Sr. Habib THIAM - Sr. Thierry TOFFA
Diretora da Resolução das Crises e de Assuntos Jurídicos	Sr^a. Fatou Sy Mangane ANTWI-GYAMPEM
Diretor dos Estudos e das Relações Internacionais	Sr. Babacar FALL
Diretor da Supervisão Permanente das Instituições de Crédito e Instituições de Moeda Eletrónica	Sr. Josephate ZOLA
Diretor da Supervisão Permanente dos Sistemas Financeiros Descentralizados	Sr. Saïdou SAYORE
Diretor do Controle de Mercado das Instituições de Crédito e Instituições de Moeda Eletrónica	Sr. Malick DIARRA
Diretor de Controle Local dos Sistemas Financeiros Descentralizados	Sr. Kalidou Assane THIAM
Diretora de Meios Gerais	Sr^a Aissa CHEIFFOU N'DABIAN

7.2.2 - GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

No final de dezembro de 2023, o número total de funcionários do BCEAO, todos os corpos, foi de 3.414 agentes contra 3.401 agentes em 31 de dezembro de 2022, ou seja, uma progressão líquida de 13 agentes (0,38%).

Este quadro é constituído por 3.348 agentes em atividade nos locais do BCEAO e 66 agentes em posição de destacamento ou de missões de serviços em outras instituições.

O número total de pessoas em atividade nos locais é distribuído da seguinte forma:

Alta Administração e Diretores: **98 agentes, ou seja 2,93 %;**

Quadros Superiores: **1.173 agentes, ou seja 35,04 %;**

Pessoal Administrativo e Técnico: **2.077 agentes, ou seja 62,04 %.**

A distribuição do número total de funcionários em atividade por local, apresenta-se da seguinte forma:

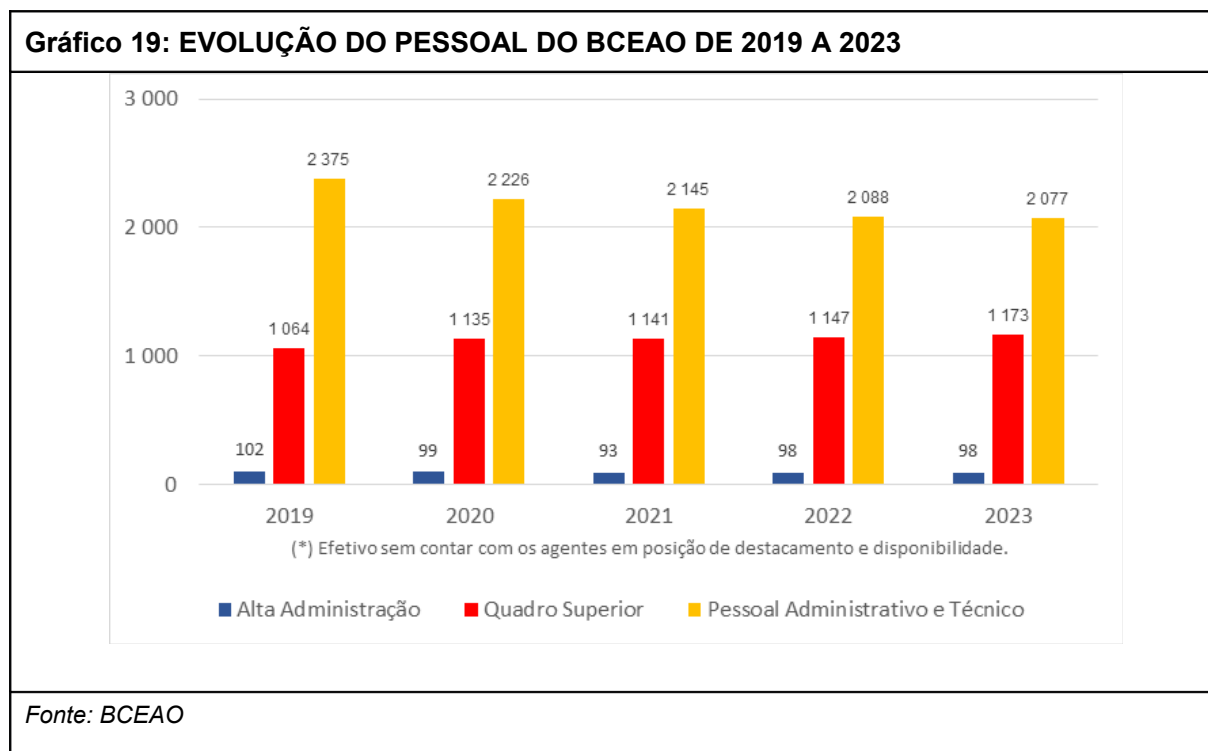
Sede: **788 agentes, ou seja 23,54 %;**

Direções Nacionais (8 Agências Principais e 16 Agências Auxiliares): **2.410 agentes, ou seja 71,98 %;**

Secretária-geral da Comissão Bancária da UMOA: **147 agentes, ou seja 4,39 %;**

Representação do BCEAO junto das Instituições Europeias de Cooperação: **3 agentes, ou seja 0,09 %.**

O efetivo em atividade é constituído por 38,5% de agentes do sexo feminino, num total de 1.314 profissionais, enquanto os agentes do sexo masculino representam 61,5%, correspondendo a 2.100 profissionais.



7.2.3 - PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

No âmbito da gestão do património imobiliário do BCEAO, após a conclusão, em 2023, das obras de construção dos edifícios da Agência Auxiliar de Saint-Louis, prevê-se que a sua entrada em funcionamento seja efetivada em 2024.

No contexto do programa de consolidação das infraestruturas, os trabalhos de reabilitação e ampliação dos edifícios das Agências Auxiliares de Bobo-Dioulasso, no Burkina Faso, Abengourou, na Costa do Marfim, e Maradi e Zinder, no Níger, prosseguiram ao longo de 2023. Paralelamente, iniciaram-se as obras na cidade de Ouahigouya, no Burkina Faso.

Além disso, prosseguiram os trabalhos de ampliação em altura do edifício funcional do Secretariado-Geral da Comissão Bancária da UEMOA, situado em Abidjan.

7.2.4 - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Melhoria da gestão da segurança da informação

No âmbito dos esforços contínuos para fortalecer a gestão da segurança da informação, o BCEAO estabeleceu um Serviço Operacional de Cibersegurança (SOC) integrado na Direção dos Sistemas de Informação (DSI). Esta iniciativa visa garantir uma gestão eficaz das atividades de prevenção, deteção, tratamento e resposta a incidentes de segurança informática. Para tal, foi realizado um reforço das competências dos agentes afectos ao SOC, capacitando-os, em particular, para o domínio da ferramenta de automação de resposta a incidentes, implementada com êxito no primeiro trimestre de 2023.

Segurança de Sistemas e Redes

No âmbito da segurança dos sistemas e redes informáticas, foi concluída a implementação de uma plataforma de análise comportamental para a deteção proativa de ameaças. Adicionalmente, foi implementada uma solução robusta de encriptação de dados em todos os computadores portáteis do Instituto de Emissão, com o objetivo de prevenir fugas de informações sensíveis. A gestão de acessos aos sistemas informáticos também foi aprimorada através da implementação de uma plataforma unificada de gestão de identidades, permitindo otimizar a autenticação dos utilizadores do Sistema de Informação Bancária (SIB).

Proteção de dados pessoais e conformidade regulamentar

No que diz respeito à proteção de dados pessoais, o BCEAO iniciou um procedimento de consulta para contratar os serviços de uma consultoria externa, com o objetivo de identificar e formalizar os processos em conformidade com as legislações em vigor na UMOA. Além disso, o BCEAO tomou as medidas necessárias para renovar a certificação PCI DSS³, um padrão essencial para a segurança dos dados relativos aos cartões de pagamento. Também foi realizada uma avaliação aprofundada dos dispositivos de segurança da plataforma de mensagens financeiras SWIFT⁴, garantindo assim um nível ótimo de segurança para as operações financeiras.

Desenvolvimento de aplicações

No que diz respeito ao portfólio de aplicações, o BCEAO continua a sua estratégia de consolidação das aplicações empresariais, com o objetivo de otimizar os processos internos, melhorar a produtividade e aumentar a qualidade dos serviços oferecidos.

Para tal, vários módulos de aplicações foram implementados, contribuindo significativamente para a eficácia operacional. Entre esses módulos, destaca-se o Sistema Integrado de Planeamento e Gestão das Atividades (SIGMA), a aplicação dedicada à gestão das questões jurídicas (AJUR), a ferramenta de automação da revisão analítica (IROCO) e o sistema de gestão das reservas obrigatórias (RO). Além disso, todas as funcionalidades da plataforma de digitalização de cheques (CIC) e dos componentes-chave da interface monetária (INTERMON) foram integradas no Sistema de Informação Bancária (SIB).

Ademais, uma nova versão da Central de Incidentes de Pagamento foi implementada na comunidade bancária da União, levando em consideração as solicitações de evolução apresentadas pelos participantes.

Os trabalhos de reestruturação das aplicações, que abrangem o acompanhamento dos sistemas financeiros descentralizados, a gestão de recursos humanos (SIRH), a gestão de salários e de ativos imobilizados (MIMOSA), também avançaram, nomeadamente com a implementação de um módulo de gestão da carreira profissional dos colaboradores.

Paralelamente, prosseguiu o projeto de desenvolvimento de uma aplicação específica para gerir os títulos e a liquidez no âmbito da política monetária.

³ Norma de segurança de dados da indústria dos cartões de pagamento

⁴ Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Globais

7.2.5 - DISPOSITIVO DE GESTÃO DOS RISCOS E ATIVIDADES DE CONTROLO

As atividades realizadas ao longo de 2023 enquadraram-se no reforço da resiliência do BCEAO face às situações de crise e na consolidação dos mecanismos de controlo dos riscos operacionais e de controlo interno.

No que diz respeito às ações destinadas a fortalecer a capacidade do BCEAO para enfrentar crises, foi realizada uma campanha de atualização da documentação do Plano de Continuidade das Operações (PCO) em todas as Agências. Esta campanha foi precedida por ações de sensibilização e formação dos correspondentes PCA, designados pelas estruturas e locais para atuar como intermediários da Direção de Supervisão e Prevenção de Riscos (DSPR). Também foi elaborado e transmitido às Agências um guia para a preparação e execução dos testes do PCO. Finalmente, um teste do PCO foi realizado em dezembro de 2023.

Quanto à segurança da informação, a BCEAO reforçou a governança do seu Sistema de Informação, designando formalmente um Responsável pela Segurança dos Sistemas de Informação (RSSI). A principal missão deste responsável é definir a estratégia de cibersegurança da BCEAO e garantir a sua implementação. Também foram introduzidas inovações nas ações de sensibilização do pessoal sobre segurança da informação, incluindo a distribuição de um folheto mensal e de um boletim informativo bimensal.

No domínio da segurança das pessoas e dos bens, a vigilância de segurança continuou, graças ao recurso, nomeadamente, a ferramentas de monitorização dos níveis de alerta e dos riscos por país.

Por sua vez, a consolidação do sistema de controlo interno traduziu-se principalmente pela implementação de ações de formação, incluindo a organização de seminários, com o objetivo de reforçar as competências dos Controladores das Operações, para que possam cumprir eficazmente o seu papel e contribuir para a gestão dos riscos.

Além disso, no que diz respeito ao controlo externo das contas do BCEAO relativo ao exercício de 2022, concluiu-se que as demonstrações financeiras são regulares e sinceras, apresentando, em todos os seus aspetos significativos, uma imagem fiel da situação financeira do BCEAO, da sua performance financeira e dos seus fluxos de tesouraria a 31 de dezembro de 2022. O Auditor Externo também indicou que o sistema de controlo interno implementado pelo BCEAO é satisfatório. Em conformidade com as disposições contidas na Política de seleção dos Auditores externos, o Conselho de Ministros procedeu à seleção do Auditor externo e dos Controladores Nacionais para a certificação das contas do BCEAO relativas aos exercícios de 2024 a 2029. Por outro lado, a missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a avaliação das salvaguardas do BCEAO considerou o sistema do BCEAO globalmente satisfatório.

No âmbito da auditoria interna, cerca de cinquenta missões foram realizadas, de acordo com o programa anual da Direção de Inspeção e Auditorias (DIA), com o objetivo de fornecer, com independência e objetividade, uma garantia razoável sobre o grau de controlo das atividades do BCEAO, nomeadamente no que se refere ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais, à eficácia e eficiência das operações, à salvaguarda do património, bem como à segurança e fiabilidade dos dados processados pelos sistemas de informação.

Uma atenção especial foi dada aos riscos relacionados com a cibersegurança, às atividades fiduciárias, às operações de mercado, bem como à segurança das pessoas e dos bens.

Além disso, foram realizadas atividades no âmbito do reforço das capacidades dos auditores internos, a fim de garantir uma cobertura adequada dos principais riscos associados às

atividades do Banco Central. Assim, para além das ações do plano de formação da BCEAO em temas relacionados com a área da auditoria, os auditores internos beneficiaram de oportunidades de desenvolvimento de competências oferecidas por organizações profissionais das quais são membros (ações de formação, partilha de experiências, conferências, etc.). O BCEAO também participou em vários encontros internacionais de alto nível dedicados aos desafios e perspectivas das profissões de controlo e auditoria interna.

Por outro lado, foram realizadas ações de melhoria com o objetivo de reforçar a eficácia do processo de auditoria interna e permitir que se adaptasse às evoluções do ambiente interno e externo da BCEAO. Estas ações focaram-se, nomeadamente, na utilização das ferramentas digitais implementadas pelo Banco em resposta à pandemia de Covid-19, na atualização dos guias de auditoria das atividades fiduciárias para refletir a implementação do Centro de Tratamento Fiduciário, na integração sistemática dos controlos gerais informáticos nas auditorias das estruturas, bem como nas modalidades de comunicação dos resultados das missões de auditoria interna.

7.2.6 - PLANO ESTRATÉGICO 2022-2024 DO BCEAO

O Banco Central continuou, ao longo de 2023, a implementação do seu Plano Estratégico 2022-2024, que inclui 14 objetivos estratégicos desdobrados em 58 objetivos operacionais e 72 projetos. Estes projetos deverão permitir, a longo prazo, à Instituição dotar-se de ferramentas modernas para enfrentar as ameaças emergentes e contribuir, nomeadamente, para o reforço do conhecimento sobre a dinâmica das economias da União, bem como para a resiliência e solidez do sistema bancário e financeiro.

Até 30 de setembro de 2023, dos 30 projetos com prazo de conclusão até 31 de dezembro de 2023, 17 foram concluídos ou estão a decorrer normalmente (56,67%). Estes projetos dizem respeito, entre outros, à implementação de uma estratégia de monitorização e reação contra as fake news, à criação de uma carta gráfica e à implementação de uma célula de garantia de qualidade para o COFEB, e à criação de uma base de dados das contas nacionais dos Estados membros da UEMOA. O mesmo se aplica aos projetos relacionados com a realização de um estudo sobre a implementação de um sistema de fornecimento de liquidez de emergência pelo BCEAO na União, à elaboração de uma nota conceptual que define a abordagem que o BCEAO poderia adotar para considerar os impactos das mudanças climáticas na condução da política monetária, e à realização de estudos sobre o impacto da emissão de uma Moeda Digital de Banco Central (MDBC) na política monetária. Os outros projetos em curso estão a decorrer normalmente, sem dificuldades significativas em perspetiva.

7.2.7 - SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DO BCEAO

O BCEAO submeteu, de 8 a 10 de novembro de 2023, em conformidade com as exigências normativas, o seu Sistema de Gestão da Qualidade a uma auditoria externa de acompanhamento n.º 1, realizada pelo Gabinete Bureau Veritas. No final desta avaliação, o certificado do BCEAO na norma ISO 9001 foi mantido, evidenciando assim a dinâmica de melhoria contínua do seu funcionamento e da qualidade dos serviços prestados aos seus clientes e parceiros, através da conformidade das suas práticas com os padrões internacionais.

Além disso, após mais de uma década de implementação da abordagem de qualidade, a Instituição iniciou, em 2023, a avaliação do seu impacto nas atividades. Perspetivas de evolução do sistema serão desenvolvidas, com o objetivo de consolidar os ganhos alcançados, ao mesmo tempo que se visa uma maior eficácia no funcionamento das atividades do Banco e uma maior satisfação dos seus clientes.

VIII - FORMAÇÃO, PESQUISA E PARCERIAS

8.1 FORMAÇÃO E REFORÇO DE CAPACIDADES	94
8.1.1 - Reciclagem e formação do pessoal do BCEAO.....	94
8.1.2 - Formação com diploma.....	95
8.1.3 - Programa de formação de gestores.....	95
8.1.4 - Programa de apoio de instituições de crédito e administrações económicas e financeiras da UEMOA.....	96
8.1.5 - Outras atividades de formação.....	97
8.2. PESQUISA, PARCERIAS E PUBLICAÇÕES	97
8.2.1. Estudos realizados por equipas de investigadores internos.....	97
8.2.2. Estudos realizados no âmbito da cooperação e estadias de pesquisa.....	98
8.2.3. Ferramentas de apoio à decisão.....	98
8.2.4. Participação em encontros científicos internacionais (patrocínios).....	99
8.2.5. Reforço das capacidades.....	99
8.2.6. Publicações.....	100

8.1 - FORMAÇÃO E REFORÇO DAS CAPACIDADES

66 sessões de formação realizadas;

2.269 participantes foram registados dentro do pessoal do Banco Central;

84 agentes recentemente recrutados foram formados através da plataforma digital (e-learning), antes da formação residencial no COFEB;

36 agentes participaram no Programa de reforço de Serviços de Caixa;

421 agentes participaram no Programa de formação virtual em língua inglesa (PAFLA).

Ao longo de 2023, o COFEB continuou a implementação dos seus programas de formação, tanto para o seu público interno (66 sessões) como externo (37 sessões), oferecendo apoio em termos de reforço de capacidades ao pessoal da BCEAO, às administrações dos Estados membros da UEMOA, aos estabelecimentos de crédito, aos estabelecimentos de moeda eletrónica, bem como aos Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD). As ações realizadas focaram-se especialmente no fortalecimento das capacidades de gestão dos responsáveis da BCEAO, bem como no apoio ao sistema bancário e financeiro da União, no âmbito da divulgação das reformas iniciadas.

8.1.1 - RECICLAGEM E FORMAÇÃO DO PESSOAL DO BCEAO

O pessoal do BCEAO beneficiou, ao longo do ano de 2023, de seminários organizados pelo COFEB no âmbito da implementação do plano de formação interna. Foram organizadas 66 sessões de formação no decorrer desse exercício, com a participação de 2.269 agentes.

O COFEB elaborou um programa de formação específico sobre a Regulamentação das relações financeiras exteriores dos Estados membros da UEMOA, designado R09, destinado a todos os principais intervenientes no tratamento e controlo das operações financeiras exteriores, nomeadamente os agentes do BCEAO, os sujeitos passivos envolvidos e as Administrações públicas.

O objetivo deste programa de formação é explicar as disposições do Regulamento R09 e as modalidades da sua aplicação, como as diligências de avaliação das dívidas e créditos sobre o exterior, as disposições relativas ao repatriamento das receitas de exportação e a constituição de dossiês de cobertura em divisas nos balcões do BCEAO. Visa também assegurar uma melhor compreensão dos princípios da regulamentação das operações cambiais e sensibilizar para a necessidade de reforçar os mecanismos de controlo interno em vigor, para um melhor acompanhamento das prescrições regulamentares. Foram organizadas duas sessões de formação, respetivamente de 12 a 15 de setembro de 2023, para 192 agentes do BCEAO, e de 10 a 13 de outubro de 2023, para 246 responsáveis e quadros dos estabelecimentos de crédito e das Administrações económicas e financeiras da União.

A implementação da formação de integração dos agentes recentemente recrutados continuou. No total, 84 agentes recém-recrutados concluíram a primeira etapa, que ocorreu sob a forma de autoformação. A segunda etapa consiste num seminário residencial no COFEB, organizado no início do ano.

O novo sistema de formação em língua inglesa, denominado Programa Acelerado de Formação em Língua Inglesa (PAFLA), entrou na sua fase de implementação efetiva. Este sistema oferece uma solução de formação virtual e flexível, permitindo aos aprendentes agendarem a sua formação de acordo com a sua disponibilidade, com o principal objetivo de tornar os agentes autônomos e operacionais, num curto espaço de tempo, no uso da língua inglesa. No total, 421 agentes do Banco Central iniciaram a formação.

Ao longo de 2023, foi lançado um recrutamento interno seguido de uma formação qualificante para os selecionados, com o objetivo de reforçar os efetivos da Caixa em todos os locais do BCEAO. O processo de recrutamento interno ocorreu em duas fases: uma fase de teste escrito, na forma de uma prova de dissertação de cultura geral, e uma fase de entrevista oral com um júri. Após o processo, 36 agentes foram declarados aprovados. Eles iniciaram uma formação qualificante para garantir a sua promoção aos postos de nível superior a que aspiram.

Finalmente, o COFEB implementou, durante o ano de 2023, um programa de formação específico sobre finanças digitais e finanças verdes, destinado ao seu pessoal e validado pelas Autoridades do Banco Central.

8.1.2 - FORMAÇÃO CERTIFICADA

O COFEB assegurou a supervisão académica das 44.^a, 45.^a e 46.^a promoções do ciclo de certificação. Assim, 23 auditores da 44.^a promoção defenderam os seus trabalhos de fim de curso entre 22 e 31 de janeiro de 2023. Na sua reunião de 1 de março de 2023, a Comissão Pedagógica de Validação de Resultados decidiu atribuir o diploma de Mestrado II em Finanças e Gestão Bancária a toda a promoção, o que resultou numa taxa de sucesso de 100%.

Relativamente aos 26 auditores da 45.^a promoção, estes realizaram os seus estágios práticos entre 28 de agosto e 28 de novembro de 2023. A defesa dos seus trabalhos de fim de curso está prevista para o período entre 26 de dezembro de 2023 e 16 de janeiro de 2024.

Quanto à 46.^a promoção, composta por 31 auditores, estes iniciaram a sua formação no dia 6 de novembro de 2023, no âmbito do ano académico 2023-2024.

8.1.3 - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE GESTORES

Este programa inclui dois componentes: o apoio aos gestores do BCEAO e o reforço das capacidades dos dirigentes e altos quadros de instituições de crédito e administrações públicas.

No âmbito do programa de desenvolvimento pessoal (gestão e liderança), 198 gestores do BCEAO participaram em 6 seminários de formação, organizados em 12 sessões, das quais 11 foram realizadas à distância. O objetivo é reforçar as competências de gestão e fornecer as melhores ferramentas para que os participantes se tornem gestores inspiradores e impactantes. Os temas abordados nestas formações foram: "Tornar-se um gestor próximo", "Ter sucesso na assunção de funções", "Leitura rápida", "Gestão de reuniões", "Reflexão estratégica para melhores tomadas de decisão" e "Aperfeiçoamento no SMQ".

Relativamente às ações dirigidas ao público externo, estas foram centradas na primeira edição de dois programas de certificação, criados em parceria entre o COFEB e a HEC Paris:

- **Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária, nível 1 (CEMSTRAT 1)**, destinado aos Diretores técnicos e operacionais de instituições bancárias e financeiras, bem como das administrações públicas e organizações regionais. Um total de 30 participantes foram certificados nesta edição de 2023, após seguirem um percurso composto por sete módulos.
- **Certificado Executivo de Gestão Estratégica Bancária, nível 2 (CEMSTRAT 2)**, destinado aos Diretores Gerais, Diretores-Gerais Adjunto, membros dos comités de direção e quadros com elevado potencial das instituições bancárias e financeiras, assim como das administrações públicas e organizações regionais. Doze participantes,

incluindo quatro mulheres, foram certificados nesta edição de 2023, ao concluir os cinco módulos que compõem o programa.

Além disso, o COFEB e a HEC Paris organizaram duas formações curtas, personalizadas e online, denominadas "**Webinários ao vivo**", destinadas ao ecossistema bancário e financeiro. As duas temáticas atuais abordadas para 70 participantes foram as seguintes:

- **Finanças verdes e sustentáveis:** conceitos, práticas e perspectivas;
- **Financiamento de infraestruturas em África:** qual a estratégia para os bancos?

8.1.4 - PROGRAMA DE APOIO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E ADMINISTRAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS DA UEMOA

O COFEB organizou 33 sessões de formação a favor das instituições de crédito, Sistemas Financeiros Descentralizados (SFD), Estabelecimentos de Moeda Eletrónica (EME) e Administrações Públicas. O número total de participantes foi de 2.020. Estas formações contribuíram para a divulgação das normas regulamentares relativas ao dispositivo prudencial Basileia II e III, incluindo a organização da 6.^a edição do Percurso Certificante, em parceria com o Grão-Ducado de Luxemburgo, a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, o factoring, a contabilização das operações de moeda eletrónica, a elaboração de relatórios regulamentares e a governação bancária.

Em relação especificamente ao factoring, cujo projeto de lei uniforme foi adotado pelo Conselho de Ministros da UEMOA em dezembro de 2020, as ações de sensibilização e formação iniciadas desde 2021 em parceria com a AFREXIMBANK e a FCI (Factors Chain International) continuaram. Assim, uma conferência internacional foi organizada entre 7 e 9 de junho de 2023, no hotel Radisson Blu de Dakar, destinada a empresas de factoring, bancos, instituições financeiras não bancárias e empresas.

Além disso, no âmbito da continuidade das ações de sensibilização e promoção da inovação digital, no contexto da Estratégia Regional de Inclusão Financeira, foi realizado um workshop regional sobre a digitalização dos pagamentos públicos, no dia 13 de abril de 2023. Entre os participantes estavam parceiros técnicos e financeiros, bem como administrações públicas da UEMOA.

O ano de 2023 foi também marcado pelo lançamento de dois novos programas de formação certificada, realizados, respetivamente, em maio e outubro. Estes programas abordam os seguintes temas:

- **Regulamentação Bancária e Modelização dos Parâmetros de Basileia:** Esta formação faz parte do processo contínuo de divulgação do dispositivo prudencial. Também visa preparar os bancos para as evoluções da regulamentação Basileia II e III, especialmente a transição para os modelos internos de avaliação de riscos bancários. A formação é organizada em parceria com a Escola Nacional Superior de Estatística e Economia Aplicada (ENSEA) de Abidjan.
- **Finanças Digitais:** Esta formação reforça as iniciativas da BCEAO no apoio ao desenvolvimento das finanças digitais, nomeadamente a criação do Gabinete de Conhecimento e Acompanhamento das FinTechs na UMOA (BCSF-UMOA) e a publicação de vários guias. Contando com o apoio do Grão-Ducado de Luxemburgo, através da Agência de Transferência de Tecnologia Financeira (ATTF), esta formação permite aos participantes

aprofundar os seus conhecimentos sobre o design e implementação de estratégias de desenvolvimento digital, além de conhecer as ações realizadas ou recomendadas pela BCEAO para impulsionar o processo de transformação digital.

8.1.5 - OUTRAS ATIVIDADES DE FORMAÇÃO

O COFEB organizou várias conferências de atualidade durante o ano de 2023, abordando os seguintes temas:

- **"Quais as transformações futuras das profissões e do emprego no setor bancário e financeiro?"**: Conferência realizada online em 6 de fevereiro de 2023, por ocasião da abertura solene da 45ª promoção do COFEB, conduzida por Jean-Michel SAHUT, Professor de Finanças na IDRAC Business School de Lyon, França.
- **"A UEMOA e os fatores de competitividade para além do preço"**: Conferência presencial realizada em 15 de fevereiro de 2023, apresentada por Patrick PLANE, Diretor de pesquisa no CNRS (CERDI-FERDI) e membro do Comitê Científico do COFEB.
- **"Avaliar os efeitos da política comercial através do modelo de gravidade"**: Conferência realizada em 3 de maio de 2023, conduzida por Charles Doucouré FE, Professor e Pesquisador na Escola Nacional Superior de Estatística e Economia Aplicada (ENSEA) de Abidjan e Pesquisador associado à Cellule d'Analyse de Politiques Economiques du Cires (CAPEC).

Além disso, tal como no ano anterior, foi realizado um seminário especial para os auditores da 45ª promoção, com o tema **"Gestão e liderança"**, com o objetivo de fornecer as competências de gestão essenciais para o exercício da função de quadro na esfera profissional.

O COFEB também foi palco, em 18 de outubro de 2023, da apresentação da edição de outubro de 2023 das perspectivas da economia mundial por uma delegação do Fundo Monetário Internacional (FMI). A apresentação foi feita por Jean-Marc NATAL e Martin STUERMER, respetivamente, Chefe de Divisão Adjunto no Departamento de África do FMI e Economista.

8.2 - PESQUISA, PARCERIAS E PUBLICAÇÕES

As atividades do COFEB em matéria de pesquisa, parcerias e publicações concentraram-se essencialmente na realização de estudos previstos no programa do ano de 2023.

8.2.1 - ESTUDOS REALIZADOS PELAS EQUIPAS DE INVESTIGADORES INTERNOS

As equipas de investigação interna do COFEB realizaram estudos sobre os seguintes temas:

"Ciclo financeiro e política orçamental na UEMOA": Este estudo analisa o impacto dos ciclos financeiros no comportamento da política orçamental na UEMOA e avalia em que medida esse impacto é distinto daquele exercido pelo ciclo económico.

"Impacto do mobile money na eficácia da política monetária: caso da UEMOA": Este estudo investiga o impacto do mobile money na eficácia da política monetária na UEMOA, explorando os mecanismos pelos quais o desenvolvimento do mobile money pode afetar a moeda e a inflação na União.

"Incerteza e financiamento na zona da UEMOA: os bancos racionam o crédito?": O estudo explora a relação entre o financiamento bancário na UEMOA e a incerteza, analisando também a reação dos bancos e a resposta da política monetária em períodos de incerteza.

"Deve-se rever a medida do objetivo de estabilidade de preços: uma visão sobre um debate recente": Este estudo analisa os contornos do recente debate internacional sobre o aumento ou não do nível do objetivo de estabilidade de preços, especificamente o nível da taxa de inflação alvo fixado em 2% por várias autoridades monetárias na condução das suas políticas monetárias.

"Inflação e política monetária em um contexto de baixo crescimento: o que aprender com a prática dos países desenvolvidos": O objetivo deste estudo é identificar os fatores explicativos da recente inflação mundial e analisar as medidas de política monetária implementadas pelas autoridades centrais dos países desenvolvidos para restaurar a estabilidade dos preços.

8.2.2 - ESTUDOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO E DOS ESTÁGIOS DE PESQUISA

Em conformidade com o Plano Estratégico do BCEAO (2022-2024), dois estudos conjuntos estão em fase de finalização sobre os seguintes temas:

"Efeitos da volatilidade do preço do petróleo sobre o crescimento económico: uma análise comparativa entre os países da UEMOA", em colaboração com a ENSEA-Abidjan.

"Competitividade na UEMOA e dinâmica das exportações de produtos", em parceria com a FERDI (França).

Além disso, no âmbito da cooperação com a ENSEA de Abidjan, o COFEB recebeu, durante o primeiro semestre de 2023, dois pesquisadores dessa instituição para estadias de pesquisa. Estes estágios foram organizados no âmbito do componente "troca de técnicas e experiências" do acordo de cooperação assinado entre as duas instituições.

No seguimento do processo de organização da edição de 2022 do Prémio Abdoulaye FADIGA para a promoção da pesquisa económica na UEMOA, o COFEB recebeu o autor do melhor artigo para uma estadia de pesquisa. Durante sua estada, o autor desenvolveu um estudo sobre o tema: *"Construção de um índice de stress financeiro para a UEMOA"*.

A elaboração deste índice permite identificar de forma precoce os riscos macroprudenciais e propor as medidas adequadas. O estudo propõe uma metodologia para calcular um índice que avalia o bom funcionamento e o grau de resiliência do sistema financeiro, ou seja, a estabilidade financeira.

8.2.3 - FERRAMENTAS DE APOIO À DECISÃO

No âmbito dos trabalhos de modelização e conceção de ferramentas de previsão e apoio à decisão para as Direções de Atividades do BCEAO, as diligências realizadas incluíram:

A automação do modelo SARIMAX para previsão das entradas e saídas de sinais monetários nos balcões do BCEAO, a pedido da Direção de Estudos Fiduciários.

A operacionalização do modelo de rede de análise do risco sistémico e de contágio no sistema bancário, para a Direção da Estabilidade Financeira.

8.2.4 - PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS (PATROCÍNIOS)

No âmbito da cooperação com universidades e centros de pesquisa, o BCEAO copatrocinou, em conjunto com a AUDA-NEPAD e a Escola Africana de Economia, a Conferência Anual da Universidade de Princeton, que teve lugar nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2023, nos Estados Unidos, com o tema "Catalisar a política macroeconómica para o desenvolvimento na África Subariana". Para este evento, além da participação em streaming de agentes do BCEAO e de alguns parceiros do COFEB, dois investigadores do Instituto de Emissão apresentaram os seus trabalhos durante o workshop sobre o financiamento do desenvolvimento, que precedeu a conferência.

O BCEAO também copatrocinou a edição de 2023 da Conferência Africana da Econometric Society (AFES, 2023), organizada pelo Consórcio para a Pesquisa Económica em África (CREA), em Nairobi (Quênia), de 1 a 3 de junho de 2023, com o tema "Melhoria do ambiente da política monetária, diversificação e fortalecimento dos sistemas financeiros e das capacidades técnicas e profissionais no setor financeiro".

Além disso, o Instituto de Emissão participou na primeira Conferência Euroafricana, com o tema: "Moeda, Transformações Estruturais e Políticas Públicas (MT2P)", organizada pela Associação Internacional para os Estudos e Pesquisas Macroeconômicas e Monetárias em África (ERMA), de 29 de novembro a 1 de dezembro de 2023, na Universidade de Tours (França).

Nas duas últimas conferências, o BCEAO apresentou, por um lado, os resultados do Documento de Estudo e Pesquisa (DER) elaborado em 2022, com o tema "Transição fiscal na zona UEMOA: análise dos efeitos sobre o déficit orçamental", e, por outro lado, promoveu a *Revue Économique et Monétaire* (REM), publicada pelo BCEAO.

8.2.5 - REFORÇO DAS CAPACIDADES

O BCEAO implementou a terceira edição do seu Programa de Reforço das Capacidades dos Pesquisadores da UEMOA em Metodologia de Pesquisa. O workshop teórico, com o tema "Os Fundamentos da Metodologia de Pesquisa em Ciências Económicas e a Redação de uma Proposta de Pesquisa", e o workshop prático, dedicado à avaliação das propostas de artigos, foram conduzidos por uma equipa de Professores da FERDI, AICFM, e das Universidades de Ottawa (Canadá), Abomey-Calavi (Benim), Thomas Sankara de Ouagadougou (Burkina Faso), Abdou MOUMOUNI de Niamey (Níger), Cheikh Anta DIOP de Dakar e Gaston Berger de Saint-Louis (Senegal).

Em 2023, as ações de cooperação também abrangeram a organização conjunta de workshops metodológicos para agentes do BCEAO e de instituições parceiras. Neste contexto, os seguintes temas foram abordados:

"Modelagem com o software R" com a Universidade de Princeton, de 13 a 16 de março de 2023;

"Programação do modelo de gravidade com o software Stata" com a ENSEA, a 12 de maio de 2023;

"Programação em Excel Visual Basic for Application" com a African School of Economics (ASE), de 31 de julho a 4 de agosto de 2023;

"Previsões de curto prazo e nowcasting" com o Banco de França e o Instituto Bancário e Financeiro Internacional (IBFI), nos dias 28 e 29 de setembro de 2023.

Os participantes desses workshops foram agentes do BCEAO e de instituições parceiras, como o Banco da Argélia, o Banco dos Estados da África Central (BEAC), o Banco Central do Congo

(BCC), o Banco Central da República da Guiné (BCRG), a African School of Economics (ASE) e a Escola Nacional de Estatística e Economia Aplicada (ENSEA).

Além disso, o COFEB iniciou, a 22 de maio de 2023, a primeira edição da formação certificante COFEB-ENSEA sobre regulamentação bancária e modelagem dos parâmetros de Basileia. As duas sessões, realizadas de 22 de maio a 3 de junho de 2023 e de 20 de novembro a 1 de dezembro de 2023, contaram com a participação de 35 participantes.

8.2.6 - PUBLICAÇÕES

No que diz respeito às publicações, o COFEB elaborou e divulgou ao público documentos científicos sobre temas económicos atuais e emergentes. O COFEB assegurou a publicação regular da *Revista Económica e Monetária* (REM) do BCEAO e elaborou as atas do Simpósio que marcou a celebração do sexagésimo aniversário do BCEAO, para o qual assumiu o Secretariado do Comité Científico.

Nesse contexto, os *Documentos de Estudo e Pesquisa* (DER), assim como as *Notas e Estudos Temáticos* produzidos em 2022, foram divulgados no site do COFEB. Também foram elaborados e publicados resumos para facilitar a compreensão dos resultados dos trabalhos de pesquisa para leitores não especializados.

Em relação à *REM*, os números 33 e 34 foram editados e publicados respetivamente a 30 de junho e a 29 de dezembro de 2023. Os temas abordados no número 33 são: «Avaliação e determinantes da sincronização dos ciclos económicos na União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)» e «Relação dinâmica entre os saldos da conta corrente e do orçamento na UEMOA: a consideração das mudanças de regime e das transmissões assimétricas». Já os temas do número 34 são: «Integração monetária na África Ocidental: avaliação dos co-movimentos dos desalinhamentos das taxas de câmbio efetivas reais» e «A Zona de Livre Comércio Continental Africana pode melhorar a industrialização na África Ocidental?».

Além disso, a gestão da *REM* foi marcada pela organização, a 28 de março de 2023, da segunda Mesa Redonda sobre a avaliação e orientação desta revista. Este encontro permitiu ao Comité Científico fazer um balanço do funcionamento da *REM* e apresentar recomendações para reforçar a sua notoriedade e visibilidade.

**IX - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, COOPERAÇÃO
MONETÁRIA NO SEIO DA CEDEAO**

9.1 - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL.....	102
9.2 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA NA CEDEAO.....	102

9.1 - RELAÇÕES COM O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Durante o ano de 2023, o Benin, a Guiné-Bissau e o Níger continuaram a implementar os programas económicos e financeiros (PEF) apoiados pelo FMI. Foram celebrados novos acordos de financiamento com a Costa do Marfim (maio de 2023), o Senegal (junho de 2023) e o Burkina Faso (março e setembro de 2023), e uma missão dos Serviços do FMI, realizada no Togo entre novembro e dezembro de 2023, resultou num acordo preliminar com as autoridades nacionais no âmbito da Facilidade Alargada de Crédito (FAC). A situação no Mali não registou nenhuma evolução particular durante o período em análise.

O ano de 2023 foi particularmente marcado pelo acesso de Burkina Faso ao novo balcão de choque alimentar do FMI, criado em setembro de 2022. Este financiamento, suportado pelo instrumento da Facilidade de Crédito Rápido (FCR), visa apoiar os esforços do país para fornecer ajuda de emergência às populações vulneráveis em situação de insegurança alimentar. O Senegal, por sua vez, beneficiou em 26 de junho de 2023 do novo mecanismo de financiamento ao abrigo da Facilidade para a Resiliência e Sustentabilidade (FRS), criada em maio de 2022. O apoio financeiro concedido visa apoiar as reformas estruturais do país, com o objetivo de reduzir os riscos macroeconómicos, nomeadamente os associados às alterações climáticas e às pandemias.

As operações realizadas pelo Banco Central com o FMI, em nome dos Estados membros da UEMOA, resultaram, em 2023, em entradas líquidas de recursos no valor de 1.085,44 milhões de DTS (878,78 mil milhões de FCFA), contra 388,04 milhões de DTS (328,82 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Este aumento está relacionado com o forte aumento no volume de saques, que ascendeu a 1.546,96 milhões de DTS (1.251,28 mil milhões de FCFA), contra 586,78 milhões de DTS (486,51 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Quanto aos reembolsos, estes também aumentaram em 205,51 milhões de DTS, passando de 183,96 milhões de DTS (145,74 mil milhões de FCFA) para 389,46 milhões de DTS (314,43 mil milhões de FCFA). Em 2023, não foi concedido qualquer alívio da dívida aos países da União.

As despesas suportadas pelo BCEAO e pelos Estados membros em 2023 ascenderam a 175,04 milhões de DTS (141,29 mil milhões de FCFA), contra 45,54 milhões de DTS (36,57 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Estas despesas referem-se às comissões pagas pelo BCEAO e aos encargos de juros relacionados com o Mecanismo Alargado de Crédito (MEDC), o Instrumento de Financiamento Rápido (IFR) e o Acordo de Confirmação.

Em termos de remuneração das suas posições credoras em 2023, o montante pago pelo FMI aos Estados membros da UEMOA registou um aumento de 72,22 milhões de DTS, totalizando 102,98 milhões de DTS (83,22 mil milhões de FCFA), contra 30,76 milhões de DTS (25,61 mil milhões de FCFA) no ano anterior. Estes recursos provêm dos juros sobre os ativos e da remuneração da posição de reserva.

9.2 - COOPERAÇÃO MONETÁRIA NA CEDEAO

No domínio da integração regional, a avaliação das performances macroeconómicas dos Estados membros continuou em 2023, em conformidade com as disposições do Pacto de Convergência da CEDEAO, adotado em junho de 2021. Os dados disponíveis indicam que, em 2023, tal como em 2022, nenhum Estado membro cumpriu todos os critérios de convergência macroeconómica de primeiro nível. Esta falta de desempenho da região está particularmente relacionada com a persistência de elevados déficits orçamentais, o aumento da inflação e a diminuição das reservas de divisas na maioria dos países da região.

No entanto, no que diz respeito ao Programa da moeda única da CEDEAO, foram registados progressos significativos ao longo de 2023. A este respeito, é importante mencionar a aceleração da implementação das atividades identificadas no roteiro para o lançamento do Eco, adotado em 19 de junho de 2021, em Accra, no Gana. Nesse âmbito, o BCEAO presidiu às sessões ordinárias do Comité dos Governadores dos Bancos Centrais dos Estados membros da CEDEAO, no decorrer de 2023. Durante esses encontros, as Autoridades monetárias da região adotaram, entre outras, as seguintes propostas: os critérios relativos à implementação da infraestrutura do Sistema de Pagamento e Liquidação da CEDEAO, a distribuição do montante do capital inicial do futuro Banco Central da África Ocidental entre os Estados membros envolvidos, as reservas de divisas a serem agrupadas para a futura união monetária da região e a sua distribuição, bem como a dotação do Fundo Comunitário de Solidariedade e Estabilização.

O BCEAO continuará a participar, com todas as outras partes interessadas, em todas as iniciativas significativas de integração económica e monetária envolvendo os Estados membros da UEMOA no seio da CEDEAO.



BCEAO
BANCO CENTRAL DOS ESTADOS
DA AFRICA OCIDENTAL

Avenue Abdoulaye Fadiga
BP 3108 - Dakar - Sénégal
www.bceao.int